

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JORGE LUCAS MAIA

TRÂNSITOS SUL-ATLÂNTICOS:
o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a circulação de referenciais de cultura negra
na diáspora africana

Rio de Janeiro - RJ
2020

JORGE LUCAS MAIA

**TRÂNSITOS SUL-ATLÂNTICOS:
o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a circulação de referenciais de cultura negra
na diáspora africana**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^o Dr. Amilcar Araujo Pereira.

Rio de Janeiro - RJ

2020

CIP - Catalogação na Publicação

MM217t Maia, Jorge Lucas
Trânsitos sul-atlânticos: o Centro de Estudos Afro
Asiáticos e a circulação de referenciais de cultura
negra na diáspora africana / Jorge Lucas Maia. --
Rio de Janeiro, 2020.
138 f.

Orientador: Amilcar Araujo Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2. pós
graduação lato-sensu em história da África e do negro
no Brasil. 3. Ensino de história. 4. História da
África. 5. Atlântico negro sul. I. Pereira, Amilcar
Araujo, orient. II. Título.

Continuação da Ata de Defesa de Dissertação do(a) mestrando(a) **Jorge Lucas Maia**, realizada em 23 de março de 2020.

Prof(a). Dr(a). **Amilcar Araujo Pereira** (UFRJ)

Prof(a). Dr(a). **Rosana Heringer** (UFRJ)

Prof(a). Dr(a). **Monica Lima e Souza** (PPGHIS-UFRJ)

Jorge Lucas Maia – candidato

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Amilcar A. Pereira', is written over a horizontal line.

Amilcar Araujo Pereira (UFRJ)

Presidente da Banca

*Dedicado ao meu pai guerreiro, Paulo Jorge Maia, que
me precede e ao meu sobrinho brilhante, Diego Pereira*

*Lima,
futuro de mim.*

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que com palavras, gestos, olhares fraternos, sorrisos sinceros e até com ajuda financeira disseram "Zica, vai lá!" (Emicida). Agradeço a todo o apoio daqueles que me acompanharam nessa jornada intensa, confusa, mas deliciosa.

Os dois últimos anos foram de muita luta, mas também de muitas vitórias e vivências especiais, que sem o apoio dessas várias pessoas que estiveram comigo, nada teria a graça e o sabor que teve, pois eu nunca ando só, nunca!

Presto minha sincera gratidão a algumas pessoas em especial. Amilcar Araujo Pereira e os amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (GEPEAR), com quem formei bonitos laços de companheirismo e afeto. Pessoas essas que espero carregar ao lado e no coração por onde quer que eu ande daqui em diante, assim como espero também ser um pouco parte de cada um ali.

À Elizah Rodrigues e Paulo Brandão, amigos-irmãos que estão comigo a cada passo, dando força, coragem, conselhos, bons almoços e uma mão inteira de prosa a cada oportunidade. Muitíssimo obrigado por isso.

Aos meus melhores amigos, Lucas Ferreira, Eldo Santos (Zulu), Fernando Gomes (Nando). Sem vocês as alegrias excepcionais da vida seriam muito menos vibrantes e o cotidiano rotineiro muito mais cinza e opaco.

Agradeço ainda à minha querida mãe, Efigênia Santos que sempre "segurou as pontas", dessa vez não foi diferente.

Não posso e nem quero deixar de mencionar ainda meu profundo agradecimento a mais um amigo-irmão, Ralf Rickli, que há quase 12 anos foi o professor que plantou em mim a sementinha dos caminhos intelectuais que nos últimos anos têm já ramificado e dado bonitos frutos, como este trabalho o é.

Obrigado àqueles que me guardam e me acompanham, herança mais valiosa que recebi de minha amada avó Sueli Fatima Silva, os orixás e ancestrais que não me deixam cair sem levantar. Me soltam, deixam bambear, mas se eu caio nunca levanto só. Pois quem é que já viu criança aprender a andar sem tontear, sem cair?

Agradeço ainda a Beluce Bellucci, Amauri Mendes Pereira, Marcelo Bittencourt, Monica Lima, Luena Pereira e Jacques D'Adesky que contribuíram imensamente para a pesquisa que deu origem a este trabalho, com seus depoimentos orais, fotografias e documentos que me cederam.

Por fim, agradeço a mim mesmo. Por sempre acreditar no meu próprio sucesso e pela persistência e voracidade que foram necessárias para chegar de cabeça erguida ao fim dessa fase envolvida por tantas ansiedades, angústias, inseguranças e pressões que o mundo gera e sempre gerou só pelo gosto de me ver desistir, "mas não... permaneço vivo, prossigo a mística, vinte e sete anos contrariando a estatística" (Racionais, MC's).

Resistir é preciso para existir. Existir sendo o que quisermos ser, sonhando nossos próprios sonhos, podendo dispensar as migalhas que nos querem dar como favores.

Minha luta pela existência é por mim, pelos que vieram antes de mim e pelos que aí estão, chegando aos montes. "Pros moleque da quebrada, um futuro mais ameno. Essa é a meta" (Racionais MC's).

"Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro. E esse futuro não é cósmico, é o do meu século, do meu país, da minha existência. De modo algum pretendo preparar o mundo que me sucederá. Pertencço irredutivelmente à minha época" (Frantz Fanon, Peles Negras Máscaras Brancas,p.29)

RESUMO

Este trabalho consiste no esforço de traçar um panorama histórico sobre o desenvolvimento do campo dos estudos africanos e afro-diaspóricos no Brasil, tendo em vista uma análise do papel exercido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) nesse processo. Considerando que o CEAA foi responsável pela oferta do primeiro curso de pós-graduação em história da África existente no Brasil, o trabalho apresenta alguns dos principais processos e políticas internos e externos ao Centro que fizeram com que o CEAA tenha sido responsável por essa iniciativa pioneira e emblemática para a história do Brasil, de modo geral, e para a história do ensino da disciplina História neste país, tendo tido consequências importantes para a história do ensino de história(as) e cultura(as) africana(as) e afro-diaspórica (as) de forma específica. O principal argumento do trabalho é o de que, por ser um local que desde a sua formação até os últimos anos de existência atraiu constantemente para si pessoas que têm interesse no desenvolvimento dos estudos africanos e das lutas antirracista tanto no continente africano quanto no Brasil e algumas outras partes da diáspora negra no mundo, o CEAA foi um local marcado pela circulação de cultura negra e de experiências de lutas contra o racismo entre as margens do Atlântico. Isso proporcionou constantes contatos e interinfluências principalmente entre Brasil e países africanos ao sul do Saara. Esses contatos geraram ao longo dos últimos 47 anos, diversos produtos para o Brasil e para a África, dentre os quais o curso "HISTÓRIA DA ÁFRICA E DO NEGRO NO BRASIL", sobre o qual apresento aqui uma análise.

Palavras-chave: CEAA; Lutas Antirracista; Educação Antirracista; Ensino de História da África; Relações Brasil-África

ABSTRACT

This work consists in the effort to present a historical view about the development of the african and afro-diasporic studies in Brazil, producing an analysis about the role of the Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) [Afro-Asiatic Studies Center] in this process. Considering that CEAA was the responsible by offer the first course of post graduation degree about "History of Africa" created in Brazil, this work present some of main process and politics which happened inside and outside of this Center, that made CEAA have become the responsible by this pioneer and emblematic initiative for the history of Brazil, in general, and for the history of teaching of History as discipline in this country. It generated important consequences for the history of teaching of african history and culture, as afro-diaspora's history in special way.

The main argument of this work is that, by to be a place which since the begin until the last years of existence to attracted and gathered people who has interest about development of the african studies and anti-racist struggle in Brazil, african countries and other parts of black diaspora around the world, CEAA was marked by circulation of black culture and anti-racist struggle experiences developed between the both Atlantic borders. That made possible constants contacts and mutual influences mainly between Brazil and southern Sahara countries. That contacts generated diverse results for Africa and for Brazil during the last 47 years, among which, the "HISTÓRIA DA ÁFRICA" (HISTORY OF AFRICA) post-graduate course, about which I present an analysis in this text.

Key words: CEAA; Anti-racist Struggle; Anti-racist Education; African History Teaching; Brazil-Africa Relations

Sumário

Sumário	12
Introdução	13
Referencial teórico	24
A dimensão colaborativa/ paridades	26
Dimensão dos conflitos e negociações	34
Capítulo I - Panorama histórico sobre os estudos africanos e o papel do Afro-Asiático	37
Surgimento dos centros de estudos africanos pelo mundo ocidental	37
Os três grandes centros do Brasil	44
O CEAA	48
A biblioteca, motivo de tudo	52
"Almoxarifado do movimento negro"	55
"Sim, mas tem que criar entidades negras"	64
Capítulo II - Um polo de circulação de cultura negra e antirracista no Atlântico negro sul: preparando o terreno para a pós-graduação	67
O CEAA enquanto lugar de circulação de referenciais de cultura negra e antirracista	67
Primeiros projetos: Fundação Ford, Finep	72
Os encontros e congressos da década de 1980	76
Período Hasenbalg: 1986-1996	79
A retomada dos estudos de África	83
Os afetos que mobilizam	84
A Equipe Clandestina	85
Clippings: Conexão do CEAA com o mundo africano em tempo (quase) real	87
A chegada da experiência moçambicana: anos 1990 e 2000	91
A Transformação do CEAA em um gestor de bolsas internacionais	93
Branco em lutas negras?	98
Capítulo III - o curso de pós-graduação lato-sensu em história da África e do negro no Brasil	105
Os "finalmentes": como surge o curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil	105
Histórico de lutas do movimento negro por educação	106
Primeira turma e a presença marcante do movimento negro	113
Turmas seguintes e a maior participação de professores das redes públicas de educação básica	120
Ano 2000 e os marcos fundamentais da consolidação dos estudos africanos como um campo profissional no Brasil: X ALADAA e a abertura de concursos para a área de África nas universidades públicas	122
Criação do Instituto de Humanidades: os profundos impactos sobre o CEAA	127
Última fase: história da África e do negro no Brasil oferecido como curso EAD	132
Últimas notícias: como está o curso hoje	133
Considerações finais	134
Bibliografia	136

Introdução

O objeto desta pesquisa são as articulações e a circulação de referenciais culturais negros e de luta antirracista, que se desenvolvem entre as duas margens do Atlântico sul, entre o continente africano e o Brasil. Tomo o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) como estudo de caso, mais especificamente o curso de pós-graduação *lato-sensu* em história da África e do negro no Brasil, primeiro curso de pós-graduação desse tipo no país, ministrado a partir de 1996 e que tinha como público alvo militantes do movimento negro e professores do ensino básico.

Minha ligação com estudos africanos se dá a partir de alguns impulsos principais. Desde a graduação em História realizada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tenho um interesse especial por história e culturas africanas, tendo sempre tendido a procurar por disciplinas que trabalhassem sobre essas temáticas. Esse interesse me levou a participar durante alguns anos do Leáfrica, Laboratório de Estudos Africanos da UFRJ, coordenado pela professora Monica Lima, do Instituto de História. Além disso, entre 2015 e 2017, atuei como estagiário no acervo documental e artístico de Abdias Nascimento, que é mantido e administrado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), dirigido pela professora Elisa Larkin Nascimento. Esses são apenas dois exemplos dentre outros diversos, como cursos, minicursos, palestras, encontros, congressos e grupos que participei na busca pela construção de experiências e um repertório intelectual voltado aos estudos de África e diáspora negra.

Esse interesse é de cunho acadêmico, certamente, mas não apenas. Envolve também interesses de ordem pessoal, que unidos, e em decorrência de uma série de outros fatores, me motivaram a realizar uma viagem de pesquisa a Moçambique, entre o final de 2015 e início de 2016.

Essa viagem me trouxe vários presentes adoráveis, dentre eles, a possibilidade de passar aproximadamente 40 dias visitando arquivos, bibliotecas e conversando com novas pessoas, apreendendo novas ideias e absorvendo um novo mundo que se abria para mim.

As conversas que tive em Moçambique em alguns momentos tiveram um caráter bem informal e começaram de maneira **quase** despreziosas, ao acaso. Já em outros momentos se deram na forma de entrevistas de história oral com intuito de produção de fontes para meus estudos. No entanto, seja de uma maneira ou de outra, procurei manter olhos e ouvidos

sempre atentos para captar tudo o que poderia ser sistematizado e contribuísse para a finalidade pretendida.

Devo dizer que naquele momento, apesar de bem-intencionado e munido de um certo referencial teórico e metodológico que contribuiu bastante para o desenvolvimento daquela investigação, não era muito evidente para mim quais caminhos eu trilharia para a construção do trabalho.

Aquela experiência foi para mim um laboratório, no qual pude testar e aprender na prática quais eram minhas possibilidades e limites metodológicos e teóricos enquanto investigador estreante. Ainda não havia uma definição de quais fontes utilizar, se minha abordagem seria mais voltada para discussões em torno de questões ligadas à memória dos processos inerentes à independência de Moçambique, se seria sobre as disputas políticas em torno dos discursos a respeito do que é ou não considerado cultura e história nacional, ou ainda, se meu foco seriam as narrativas históricas sobre os atores, processo e fatos importantes da história nacional presentes nos livros (ou como se diz em Moçambique, “manuais”) escolares da disciplina História.

Tendo todas essas dúvidas/possibilidades em vista, decidi “atacar” por todos os lados possíveis, indo a bibliotecas e arquivos para copiar livros escolares, livros teóricos ou textos literários, entrevistando pessoas que entendia como sendo importantes no contexto moçambicano, seja do ponto de vista cultural, político ou histórico, mas também entrevistando pessoas comuns, para tentar perceber um pouco de como as ideias sobre a história e personagens considerados importantes para a nação circulam no senso comum.

Além das conversas informais, que em alguns casos foram gravadas em áudio e em outros casos registradas apenas na memória, também comprei todo e qualquer livro que me parecesse interessante para ajudar a perceber um pouco a respeito de quais ideias sobre seus próprios processos históricos circulam naquela sociedade.

Posso dizer que de alguma maneira essa estratégia (que podemos chamar provisoriamente de multidimensional), funcionou.

Essas pesquisas me renderam um volume considerável de fontes de estudos sobre história e cultura africana, dentre livros teóricos, literários e didáticos, assim como vídeos, fotografias e gravações de conversas e entrevistas em áudio.

Foi com base em parte desse material que desenvolvi a pesquisa de monografia intitulada *“Ícones da pátria em debate: um estudo das disputas por narrativas em torno da memória nacional e da construção do currículo escolar em livros didáticos de história em*

Moçambique, pós-independência”, com a qual obtive o título de bacharel em História pela UFRJ.

A partir dessa experiência, já como estudante de mestrado em Educação, pela mesma instituição, em contato com a bibliografia no campo dos estudos culturais, o pensamento pós-colonial e o pensamento decolonial, passei a me interessar não apenas pela história e cultura da África contemporânea de maneira localizada, como foi o caso da monografia. As leituras, aulas, conversas e reflexões que vivenciei no período me incitaram a pensar sobre as maneiras como os referenciais históricos e culturais, com enfoque para os referenciais de luta antirracista, circulam e se relacionam entre o continente africano e a diáspora negra.

Especialmente nesta pesquisa, minha intenção é compreender alguns aspectos de como essa relação se dá no Brasil a partir do CEEA.

No início deste texto citei que para além das motivações acadêmicas, há interesses de ordem pessoal que me aproximam da temática aqui referida e me levaram a fazer aquela viagem de pesquisa.

Pois bem, compreender aspectos e processos relacionados não apenas às culturas africanas e à história africana, mas também à história e culturas afro-diaspóricas e em especial, afro-brasileira, é uma questão que acredito ser fundamental e estruturante para compreender a sociedade brasileira e os sentidos que essa sociedade vem historicamente produzindo no cotidiano.

A partir dessa perspectiva, considerando a importância da temática e tendo em vista minha formação como professor de História e historiador, me sinto também responsável por contribuir para o fortalecimento da produção de conhecimentos nesse campo de estudos em nosso país, pois, apesar ser um campo que tem crescido nos últimos anos, com contribuições de intelectuais brasileiros e estrangeiros, ainda há muito a se explorar.

Por outro lado, não seria honesto da minha parte se omitisse o quanto a questão me toca emocionalmente, pois na condição de homem negro, vivendo e situado historicamente sob um mundo no qual a força hegemônica e monocultural do eurocentrismo, do racismo e de diversos outros frutos da modernidade europeia se faz tão intensa e significativa, temas como culturas africanas e cultura afro-brasileira, história da África, história das experiências negra neste país e o ensino de história afro-brasileira e africana se relacionam profundamente com minha existência, surtindo efeitos cotidianos nas maneiras como me percebo no mundo, com minha história de vida, com minha formação psíquica e minhas subjetividades.

Tendo em vista, portanto, que o aprofundamento no conhecimento sobre tais temáticas está em grande medida ligado aos sentidos e significados que esses estudos me ajudam a construir ou desconstruir sobre as percepções do mundo ao meu redor.

Nessa perspectiva, o artigo de Amilcar Pereira, "*Por uma autêntica democracia racial*¹": os movimentos negros nas escolas e nos currículos de História corrobora na elucidação da relação direta entre identidade, produção de sentidos e educação.

Amilcar Pereira aponta possibilidades para a construção de práticas pedagógicas e desenvolvimentos curriculares da disciplina de História que contemplem a diversidade de identidades que há no Brasil, com o enfoque para a importância das contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação desta sociedade, trazendo a centralidade de se valorizar o ensino de História por uma perspectiva plural, no exercício de se desvencilhar do eurocentrismo monocultural ainda muito expressivo no ensino de História. Segundo o autor:

"O tema da pluralidade cultural é de fato urgente e importante. E concordo com Hebe Mattos, quando ela afirma que "a história se apresenta como disciplina-chave" para se desenvolver um trabalho em que, ao invés de "reforçar culturas e identidades de origem, resistentes à mudança, mais ou menos 'puras' ou 'autênticas', se busque educar para a compreensão e o respeito à dinâmica histórica das identidades socioculturais efetivamente constituídas" (Mattos, 2003, p.129). E para que isso seja possível é preciso que a história da África e dos africanos e história da população negra no Brasil, em toda sua complexidade, sejam pesquisadas e trabalhadas nas salas de aula de história. (PEREIRA, A., 2012, p. 116-117)

Mais adiante, ainda na mesma linha argumentativa o autor reforça a relação entre memória, História, identidade e democracia:

"Como afirma Jacques Le Goff: "A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia". O protagonismo negro na luta contra a escravidão e na luta por melhores condições de vida no período pós-abolição deve ser pesquisado, conhecido e trabalhado nas escolas de nosso país. (...). Essas histórias são partes da história do Brasil! E essas memórias precisam estar disponíveis para a população brasileira como um todo. Um país culturalmente diverso que se quer democrático, talvez deva lutar arduamente 'por uma autêntica democracia racial', nas escolas e nos currículos." (Ibid., p. 125)

Sabemos que qualquer exercício de reflexão sério e comprometido com a construção

¹ Essa frase, conforme o próprio autor explica, encerra a "Carta Aberta à População", documento publicado pelo recém-criado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), fundado em 1978 em São Paulo, tornando-se um marco na história do movimento negro contemporâneo.

de conhecimentos tende a nos levar a percepções cada vez mais complexas e refinadas a respeito do objeto estudado, nos levando a perceber ou estabelecer novas conexões e a perceber possíveis relações que não se evidenciam à primeira vista. No meu caso, as novas reflexões me levaram a perceber que precisava extrapolar os limites do objeto de pesquisa estudado até então, deslocando o olhar para outro objeto de estudos, o que me pareceu ser mais profícuo e estar em maior consonância com este outro momento em que me encontro enquanto pesquisador.

Conforme citei anteriormente, meu interesse agora é compreender como funciona a circulação e as articulações de diferentes referenciais e agentes culturais do continente africano e da diáspora negra que circulam entre as duas margens do Atlântico negro sul.² Fundamentado pela base teórica sobre a qual o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (GEPEAR- UFRJ) trabalha, grupo do qual faço parte e que é coordenado pelo professor Amilcar Araujo Pereira, da Faculdade de Educação da UFRJ, desenvolvi esta pesquisa baseado em uma perspectiva relacional, a fim de compreender aspectos dessa circulação de referenciais históricos, culturais e de luta antirracista no Brasil contemporâneo, assim como compreender de que maneira isso impacta o campo da Educação.

Este trabalho surgiu a partir do projeto de realizar uma investigação baseada na análise histórica da experiência do que foi o curso de pós-graduação *lato-sensu* “História da África”, oferecido pelo CEAA na Universidade Cândido Mendes (UCAM), devido ao seu destacável pioneirismo. No entanto, durante o processo de pesquisa ficou cada vez mais evidente que manter estritamente essa intenção seria menos profícuo do que o pretendido neste momento.

Isso ocorreu pela constatação de duas questões: o limitado acesso que tive a fontes específicas sobre o curso, devido à falta de sistematização e catalogação dos arquivos consultados; e a percepção da necessidade de traçar uma análise histórica que compreendesse um período maior do que aquele referente ao seu tempo de funcionamento de forma estrita, pois se fazia necessário apresentar uma contextualização mais ampla sobre as condições de surgimento e desenvolvimento dessa pós-graduação, para que assim pudesse construir uma narrativa que justificasse os motivos pelos quais considero essa experiência tão emblemática.

O período que escolhi tratar aqui é, em linhas gerais, bastante amplo, na medida em que seu marco inicial é a fundação do CEAA em 1973 e o marco final é 2010, com a saída de Beluce Bellucci, último integrante ativo do Centro a deixar a Universidade Cândido Mendes.

² Faço referência aqui aos estudos de Paul Gilroy, que em *O Atlântico negro* (2001) trata da circulação de referenciais de cultura negra que se dão fundamentalmente na parte norte do Atlântico. Meu questionamento é justamente sobre como esses referenciais circulam na parte sul do Atlântico, entre Brasil e os países africanos, assim como tentar compreender que produtos essa circulação gera.

A análise se estende brevemente ao processo de transformação do curso presencial em EAD (Ensino à Distância), chegando a tratar um pouco de como tem funcionado o curso de pós-graduação em “História da África e do negro no Brasil” na atualidade, em 2020.

Apesar de uma abrangência de 37 anos fundamentalmente, o que pode parecer demasiado para um trabalho deste tipo, uma dissertação de mestrado, traçar esse panorama histórico se mostrou fundamental para embasar a compreensão de como se construiu o ambiente que propiciou o surgimento do curso sobre o qual me dedico a estudar aqui.

Portanto, compreender o período anterior ao início do curso é necessário para apresentar as bases sobre as quais essa pós-graduação se estrutura, o que ajuda a explicar também, como foi possível seu surgimento e que condições permitiram que essa experiência tenha sido tão rica e recebido contribuições de pessoas de diferentes lugares do mundo, especialmente de países africanos.

Além da articulação com o movimento social negro, que desde o início da história do CEAA manteve relações estreitas de parceria com o Centro.

Conforme citei no início desta introdução, o curso sobre o qual trato aqui foi o primeiro curso de pós-graduação *lato-sensu* em história da África oferecido na história deste país. Isso certamente representa um marco para o campo dos estudos africanos, para história do ensino de história no Brasil e sem dúvidas, em uma perspectiva mais geral, para a história contemporânea do país.

Dentre os centros de estudos africanos existentes no Brasil, o Centro de Estudos Afro-Orientais (1958), que hoje integra a Universidade Federal da Bahia e o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (1969), ainda que sejam apenas dois, certamente são importantes para a construção desse campo de estudos, sendo inclusive os dois centros mais antigos do que o CEAA (1973).

No entanto o centro que escolhi estudar guarda algumas características fundamentais que contribuíram para que essa iniciativa, pioneira e inovadora, tenha surgido ali e não em outro lugar. Neste trabalho um dos meus esforços foi tentar evidenciar algumas dessas características, apresentando um conjunto de fatos e fatores que, se observados individualmente talvez não tenham sido decisivos para a articulação do curso, mas se vistos de maneira interligada, como uma rede, foram fundamentais para que essa experiência tenha se desenvolvido justamente ali.

Metodologicamente, trabalhei com a produção e análise de entrevistas de história oral, conversando com professores que participaram da história do CEAA e lecionaram no curso.

Minha opção por essa metodologia baseia-se em seu caráter de permitir que por meio do acesso às narrativas individuais, se possa compreender quais eventos, fatos e personalidades são considerados importantes e memoráveis, dignos de registro para as pessoas que participaram de determinado processo histórico. Tendo a possibilidade inclusive de acessar, mesmo que parcialmente, as formas como tais fatos, eventos e personalidades afetam os indivíduos que os narram, nos abrindo possibilidades de perceber subjetividades como conflitos, temas sensíveis, afetividades, assim como a presença de elementos objetivos, como fatos e episódios que ficaram registrados apenas na memória das pessoas.

A historiadora Verena Alberti nos informa a respeito do papel da metodologia de história oral na pesquisa:

A história oral é especificamente indicada para o estudo da história política, entendida não como história dos "grandes homens" e "grandes feitos", e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias. (ALBERTI, 2004, p. 25-2)

Elaborei um roteiro semiestruturado que serviu como um guia para a realização das entrevistas. Esse roteiro contém questões amplas que serviram para todos os entrevistados, com perguntas a respeito de como se deu o primeiro contato com o CEAA e como percebem a circulação de pessoas e referenciais históricos e culturais naquele espaço. O roteiro também contém questões individuais, que dizem respeito a atuação de cada entrevistado no Centro.

Para elaborar essas questões específicas de cada entrevistado me baseei em informações obtidas em seus respectivos currículos *Lattes*, além de informações obtidas pelo estudo de bibliografia sobre o Centro que citam aspectos ou fases do CEAA que se relacionam com a trajetória individual de cada entrevistado.

Outra fonte na qual me baseei foi a leitura de quatro entrevistas realizadas para o projeto efetuado no âmbito do CPDOC/FGV que resultou no livro *História do Movimento Negro no Brasil* (2007), organizado por Verena Alberti e Amílcar Pereira. Essas entrevistas foram as realizadas com Amauri Mendes Pereira³, José Maria Nunes Pereira⁴, Carlos

³ Amauri Mendes Pereira é um militante histórico do Movimento Negro desde a década de 1970, tendo sido um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU), do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) e da Sociedade Intercâmbio Brasil-África (Sinba). Doutor em Ciências Sociais, hoje é professor do Instituto de Educação da UFRRJ.

Foi também estudante da primeira turma do curso de pós-graduação *lato sensu* em história da África e do negro no Brasil, vindo a se tornar professor desse curso posteriormente.

⁴ José Maria Nunes Pereira, africanista, foi um dos fundadores e foi vice-diretor do CEAA entre 1973 e 1986. Foi também um dos fundadores e professor do curso de pós-graduação *lato sensu* em história da África e do negro no Brasil.

Alberto Medeiros⁵ e Yedo Ferreira⁶.

Entrevistei cinco pessoas que participaram do CEAA em diferentes momentos de sua história, o que enriqueceu bastante as possibilidades de compreensão do que foi essa experiência histórica e sua importância para a história do Brasil, assim como sua contribuição para o campo dos estudos africanos e do ensino de história neste país.

Para se ter dimensão dessa riqueza, cito aqui em linhas gerais quem são esses entrevistados. primeiro é Beluce Bellucci, especialista em economia moçambicana que viveu e trabalhou por anos naquele país no período do pós-independência. É ex-diretor do CEAA e foi um dos idealizadores e professores do curso de história da África e do Negro no Brasil, além de coordenador da implementação desse mesmo curso na modalidade EAD na UCAM.

Conversei também com Marcelo Bittencourt, especialista em história de Angola e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) há 15 anos. Marcelo fez várias viagens de pesquisa a Angola, tendo começado sua carreira profissional trabalhando como pesquisador e atuando na coordenação de convênios e bolsas estudantis entre Brasil e diversos países africanos durante os anos 1990 e início dos anos 2000. Marcelo é um dos idealizadores e foi professor do curso, assim como Beluce.

Amauri Mendes Pereira e Jacques D'Adesky guardam algumas especificidades dignas de atenção. D'Adesky é nascido em Ruanda, filho de mãe ruandesa e pai belga. É economista com formação na Bélgica e doutor em Antropologia, tendo realizado seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Possui uma importante experiência internacional, tendo trabalhado para as Organização das Nações Unidas na década de 1970, atuando no Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). Ao chegar no Brasil, passou a trabalhar no CEAA a partir de 1979, permanecendo no Centro ao longo da década de 1980. D'Adesky participou, portanto, da fase inicial do CEAA e contribuiu de maneira bastante significativa para o fortalecimento da primeira fase da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, revista de divulgação da produção científica do Centro, além de ter se tornado também um dos professores do curso de pós-graduação estudado aqui.

Amauri Mendes Pereira traz uma experiência também muito rica para essa história. É um militante histórico do Movimento Negro, tendo sido um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) e outras entidades do movimento negro na década de 1970. Atualmente é professor do Instituto de Educação na Universidade Federal Rural do Rio de

⁵ Carlos Alberto Medeiros é um sociólogo e militante histórico do Movimento Negro. Um dos fundadores da Sinba e do IPCN.

⁶ Yedo Ferreira é um militante histórico do Movimento negro, um dos fundadores da Sinba, do IPCN e do MNU.

Janeiro (UFRRJ). Amauri é a única figura dentre os entrevistados que manteve relações estreitas com o CEAA desde seu período de fundação, passando pelas décadas de 1970 e 1980, posteriormente tendo vivenciado a experiência do curso, primeiro como estudante e em seguida como professor.

Portanto, sua experiência abrange um período bastante amplo, praticamente todo o tempo de funcionamento ativo do Centro, além das diferentes maneiras com que se relacionou com espaço ao longo das décadas, o que torna seu depoimento uma importante fonte para a compreensão das diferentes fases do CEAA e as transformações ocorridas.

A quinta entrevistada é Monica Lima, especialista em história da África e dos africanos no Brasil. Monica tem a experiência de ter feito seu curso de mestrado no El Colegio del México, instituição importante e prestigiada no campo dos estudos africanos. Atualmente Monica Lima é professora de história da África na UFRJ, mas trabalhou por muitos anos como professora de educação básica e foi professora do curso aqui estudado desde sua primeira turma, tendo se dedicado sempre ao ensino de história da África e dos africanos no Brasil.

O que todos esses entrevistados têm em comum é a complexidade e riqueza de suas experiências. Seja por uma atuação internacional, seja pela articulação entre movimento negro e universidade, ou ainda pela articulação entre ensino básico e ensino superior.

Ressalto que uma característica indispensável para a interpretação dos caminhos e perspectivas construídos neste trabalho é o fato de todos os entrevistados serem ligados à área de estudos africanos e ensino de história da África. Digo isso porque no CEAA havia três grandes áreas: os estudos africanos, os estudos afro-brasileiros, e os estudos asiáticos. O segundo grupo, apesar de ter tido uma importância marcante na trajetória do Centro, com atuação de figuras como Carlos Hasenbalg, Livio Sansone, Rosana Heringer e Helena Theodoro, por exemplo, esse, assim como os estudos asiáticos, não foi o foco do presente estudo, na medida em que o interesse aqui foi investigar o processo de desenvolvimento do CEAA, tendo em perspectiva a fundação e desenvolvimento do curso, a partir do ponto de vista daqueles que compuseram seu núcleo de idealizadores, gestores e professores, os quais eram fundamentalmente africanistas.

Além das entrevistas, analisei vários documentos encontrados no arquivo pessoal de Luena Pereira,⁷⁷ principalmente, mas também documentos cedidos pelos entrevistados. É

⁷⁷ Luena Pereira antropóloga, filha de José Maria Nunes Pereira e sobrinha de Maria Beatriz Nascimento, importante historiadora e militante do movimento negro. Hoje Luena guarda e preserva em sua casa os arquivos acumulados pelo pai ao longo da vida, assim como alguns arquivos referentes à trajetória de sua tia.

importante informar que o arquivo pessoal de Luena Pereira se encontra ainda sem catalogação formal, contendo referências de datas e locais em apenas algumas fotos e documentos. Portanto, há imprecisões em alguns dos itens encontrados, o que tentei contornar parcialmente com a análise e cruzamento de informações de outros documentos e fotos, assim como informações contidas nas entrevistas, na bibliografia e por fim, com a consulta aos próprios entrevistados sobre informações como datas, locais e pessoas que aparecem em algumas fotografias.

Ainda sobre as fontes documentais, tive acesso a materiais de divulgação de cursos e seminários, *clippings* de jornal organizados pelo CEAA, *folders* e programas resumidos do curso de pós- graduação *lato-sensu* em história da África e história da África e do negro no Brasil. Além de algumas notícias publicadas na imprensa brasileira e internacional sobre o Centro.

Dito isso, espero que as próximas páginas consigam expressar ao menos um pouco da riqueza de informações históricas e articulações que fizeram possível a existência do CEAA e sua contribuição ímpar para o desenvolvimento dos estudos africanos no Brasil e do ensino de história da África e afro-brasileira.

De forma a introduzir os capítulos deste trabalho, informo que o organizei em três grandes temas. Além do referencial teórico, que apresenta aos leitores uma noção das perspectivas sobre as quais trabalho e que orientam minhas reflexões, no capítulo primeiro busco apresentar um panorama histórico do desenvolvimento dos estudos africanos em diversas partes do mundo, passando pelo continente americano e chegando ao Brasil. Em seguida apresento o CEAA desde sua constituição até as contribuições trazidas para o crescimento do campo dos estudos africanos no país, com enfoque para as atividades de relacionamento com o continente africano, a centralidade de sua biblioteca para o desenvolvimento de boa parte das relações ali estabelecidas e a parceria criada entre movimento negro e CEAA desde os anos 1970.

No capítulo segundo procuro apresentar as diferentes fases pelas quais passou o Centro desde a década de 1980 até os anos 2000. Tratando questões como eventos e congressos realizados pelo CEAA, mudanças de direção, assim como mudanças e oscilações de perspectivas internas ao longo dos anos. Nesse capítulo trato dos movimentos de articulação entre Brasil e África, assim como Brasil e outros pontos da diáspora negra no mundo. Apresento também a ideia de "circulação de referenciais de cultura negra e de luta antirracista no Atlântico negro sul", em que faço um movimento de tentar demonstrar as

diversas formas de como esses referenciais circulam através do CEAA e que efeitos isso causa no cotidiano e na trajetória do Centro, compreendendo aquele local como um lugar por onde circulam pessoas e ideias do mundo negro transnacional. Além disso, dois outros pontos importantes são a interpretação que proponho sobre o processo de construção da trajetória do CEAA relacionado às pessoas que ao longo dos anos passam a integrar a instituição, considerando a relevância das relações pessoais de afeto para a aproximação de pessoas chave para seu desenvolvimento.

Por último, proponho uma breve discussão sobre o papel das pessoas não-negras na luta antirracista. Um dos objetivos desse capítulo é demonstrar como se constituem alguns elementos na estrutura do CEAA que preparam o terreno para que o curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil se tornasse possível na década de 1990.

O capítulo terceiro e último é dedicado ao curso de pós-graduação em si, no qual trabalho primeiramente as lutas históricas do movimento negro por educação até os efeitos que essas lutas geraram em âmbito nacional e que contribuíram para a criação de oportunidades para que se fundasse um curso desse tipo no país. Traço uma análise que vai desde a concepção dessa iniciativa até as maneiras como isso veio a funcionar ao longo de seus anos de existência, discutindo características como público alvo, equipe de professores, perspectivas curriculares, objetivos e programas de curso. Toda a estrutura que envolve sua criação e mecanismos de funcionamento.

Estudo as variações que ocorrem ao longo dos anos no que diz respeito a esses aspectos citados em função da trajetória que vai se construindo e termino essa análise com a exposição do processo de desarticulação do CEAA com crises financeiras sofridas por universidades particulares pelo Brasil, o que atingiu fortemente a UCAM e causou ao longo de aproximadamente cinco anos, a dissolução desse centro de estudos tão relevante para o campo de estudos africanos, estudos sobre diáspora negra e questões raciais.

Por fim, trabalho brevemente a transformação do curso presencial em EAD e as implicações positivas e negativas desse processo, chegando até 2020, em que apresento um pouco de como o curso se caracteriza e organiza na atualidade.

Referencial teórico

Tratando-se de teoria, me interessa pensar as articulações da movimentação de grupos e indivíduos engajados na luta contra a colonialidade⁸ e a subalternização com base racial sob os quais os povos não europeus de origem ameríndia e asiática estão submetidos, mas fundamentalmente os povos de origem africana, no caso desta pesquisa em específico.

Subalternização essa que, como argumenta o historiador camaronês Achille Mbembe, fundamenta e embasa a construção da modernidade europeia enquanto modelo de sociedade:

A "modernidade" é, na realidade, outro nome para o projeto europeu de expansão ilimitada que foi implementado durante os últimos anos do século

XVII. [...] O século XIX foi o século triunfante do imperialismo. Foi a época em que, graças ao desenvolvimento da técnica, às conquistas militares, ao comércio e à propagação da fé cristã, a Europa passou a exercer sobre os outros povos mundo afora uma autoridade propriamente despótica

- o tipo de poder que somente se exerce fora das próprias fronteiras e sobre pessoas com as quais se julga nada ter em comum. (MBEMBE, 2018, p. 105)

De maneira complementar, mais adiante o autor fala sobre a racialização do mundo como um paradigma da modernidade e os efeitos gerados por essa racialização que se propagam desde aquele período, séculos XVIII e XIX até os dias atuais:

[...] nosso mundo continua a ser, mesmo que não de maneira admissível, um "mundo de raças". O significante racial ainda é, em larga medida, a linguagem incontornável, mesmo que por vezes negadas, da narrativa de si mesmo e do mundo, da relação com o outro, com a memória e com o poder. Permanecerá inacabada a crítica da modernidade enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgimento do *princípio de raça* e com a lenta transformação desse princípio em matriz privilegiada para as técnicas de dominação, no passado tanto quanto no presente. (Ibid., p. 106)

Compreendo que a experiência do desenvolvimento da modernidade europeia e o lugar ocupado pelos povos não europeus, em especial pelos povos de origem africana, pela

⁸ A colonialidade é a forma de poder que hierarquiza as relações sociais com base na raça, inferiorizando os grupos sociais não brancos e privilegiando os brancos, estabelecendo fenótipos e cultura europeus como padrão civilizacional, relegando à marginalidade ou ao extermínio, portanto, todas as formas de existência que sejam divergentes do padrão europeu. A colonialidade é um fruto do colonialismo, que a partir de um sistema de dominação política e territorial dos europeus ocidentais sobre o continente americano, africano e asiático cria essa forma de hierarquização social com base racial. (WALSH, 2012).

experiência da escravidão atlântica, sua longevidade e seu estabelecimento enquanto sistema é um elemento que, por ser um fator comum aos povos negros tanto no continente africano como na diáspora, de certa maneira as dificuldades geradas por esse fenômeno induzem ou geram a necessidade de articulação de pessoas negras de diferentes lugares, com diferentes culturas e experiências a se influenciarem mutuamente na luta contra os efeitos da modernidade ocidental.

Ao refletir a respeito dos sentidos que o intelectual martinicano e líder do movimento da *Négritude*⁹ Aimé Césaire atribui à palavra **negro**, quando em *Nègre je suis, nègre je serai. Propos recueillies par François Vergès*, faz o seguinte questionamento: "Quem somos nesse mundo branco? Que podemos esperar e que devemos fazer?". Mbembe afirma:

[...] [Césaire] tem uma resposta desprovida de ambiguidades: "Somos negros". Afirmando de maneira tão peremptória sua "negritude". Mas o que entende ele por "negro"? [...] E o que devemos nós entender por essa palavra hoje em dia? Para ele, esse nome remete, não a uma realidade biológica ou a uma cor de pele, mas a **"uma das formas históricas da condição humana"**. **Mas essa palavra também é sinônimo "de luta tenaz pela liberdade e [indômita] esperança"**. Para Césaire, o termo "negro" significa, portanto, algo de essencial, que de modo algum deriva da idolatria racial. [...] esse nome exprime da melhor maneira, e *a contrário*, a busca

daquilo que ele chama de uma "mais ampla fraternidade" ou, ainda, um "humanismo à medida do mundo. [Grifo em negrito é meu].

(Ibid., p. 276-277)

Destaco no trecho de Mbembe a noção de negritude como "uma das formas históricas da condição humana" e a noção do significado dessa palavra como "sinônimo de luta tenaz pela liberdade e [indômita] esperança", ambas atribuídas a Césaire, por Mbembe. Escolhi essas duas frases porque se aproximam bastante da compreensão que tenho sobre identidade, como algo que extrapola fronteiras fixas, sejam elas territoriais, nacionais, culturais ou linguísticas e que se delinea a partir de outros fatores além desses, como pela experiência traumática do colonialismo e do racismo, assim como pela luta antirracista e contra a colonialidade. É o esforço da população negra mundial de participar com dignidade do que podemos a grosso modo chamar de "mundo moderno", não mais como subalterna.

Hoje têm-se falado em transmodernidade¹⁰, termo utilizado pelo filósofo argentino Enrique

⁹ O movimento da *Négritude* foi um movimento cultural e político desenvolvido principalmente por três intelectuais negros francófonos. Leon Damas, Aimé Césaire, e Léopold Senghor, naturais respectivamente de Guiana Francesa, Martinica e Senegal. Esse movimento, iniciado na França durante a década de 1930 tinha como características principais a luta contra o colonialismo e o racismo por meio da afirmação e fortalecimento e valorização de uma identidade negra, utilizando a literatura como principal veículo de expressão.

¹⁰ Ideia mobilizada e desenvolvida por Grosfoguel no artigo intitulado *Descolonizando los universalismos*

Dussel. Consistiria na descentralização da ideia de modernidade, retirando o monopólio do pensamento monocultural europeu sobre a concepção, direcionamentos e regras do mundo moderno, abrindo espaço para outras epistemologias e ontologias participarem de maneira equivalente e contribuírem de maneira ativa para o caminhar desse mundo moderno.

Essa ideia trazida à tona por Dussel diz respeito diretamente ao que Césaire chama de busca por uma "humanidade à medida do mundo". A concepção de um mundo em que os povos africanos e afro-diaspóricos sejam/sejamos compreendidos como tão civilizados, humanos e dignos quanto outros. Um mundo de equidade.

A base teórica deste trabalho está aliada ainda ao conjunto de ideias e conceitos desenvolvidos por Stuart Hall, Paul Gilroy e Lélia Gonzalez, em uma corrente de pensamento bastante próxima a de intelectuais como Homi Bhabha e Amílcar Cabral.

Esses autores que também mobilizo aqui compreendem as culturas e seus processos como elementos dinâmicos e desprovidos de uma essência ou de propriedades que as fixam e materializam como algo estanque e geograficamente demarcado.

As principais ideias que me interessam nesses autores, ainda que com suas particularidades e diferenças, são as que caminham no sentido de compreender a cultura como algo que se produz no contato de matrizes e experiências diferentes. Portanto, sua natureza é oposta a qualquer purismo e essência inviolável, se caracterizando pela constante criação do novo a partir de diferentes influências.

A dimensão colaborativa/ paridades

Paul Gilroy, em seu mais conhecido livro, *O Atlântico Negro*, traz considerações a respeito da formação e funcionamento da cultura negra na modernidade, algumas das quais eu considero dignas de menção:

Com algumas nobres exceções, as explicações críticas da dinâmica da subordinação e da resistência negra têm sido obstinadamente monoculturais, nacionais e etnocêntricas. Isso empobrece a história cultural negra moderna, pois as estruturas transnacionais que trouxeram à existência o mundo do Atlântico negro também se desenvolveram e agora articulam suas múltiplas formas em um **sistema de comunicações globais constituído por fluxos**. Este deslocamento fundamental da cultura negra é particularmente importante na história recente da música negra que, produzida a partir da escravidão racial que possibilitou a moderna civilização ocidental, agora domina suas culturas populares. [Grifo meu]

occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas, publicado em 2007.

(GILROY, 2001, p. 17)

Nesse excerto, Gilroy fala sobre cultura negra na perspectiva da música negra produzida pela circulação de referenciais entre diferentes lugares que se interligam e se relacionam através do Atlântico (África, Américas, Caribe e Europa). No entanto, compreendo que essa dinâmica de produção e circulação de cultura possibilitada pelo “sistema de comunicações globais constituído por fluxos”, se estende para além do âmbito da música, nos ajudando a compreender de maneira mais geral as dinâmicas em torno da cultura negra, ou melhor dizendo, das culturas negras, considerando sua multiplicidade de formas e manifestações.

No trecho acima o autor traz ainda outra questão digna de atenção, na medida que colabora para explicar os motivos que fazem importante a compreensão das formações e de processos culturais e históricos de maneira relacional e interligada.

Gilroy comenta sobre o empobrecimento da história cultural negra moderna. Quando tratamos do fenômeno da invenção do mundo moderno, levando em conta os efeitos gerados e os processos que se desenvolvem a partir dessa criação, tais como o racismo, o colonialismo e o tráfico transatlântico de pessoas africanas escravizadas, partir de perspectivas culturalmente puristas e nacionalmente localizadas parece insuficiente para explicar as dinâmicas da modernidade.

Em um período sem precedentes na história da humanidade em termos de fluxos de pessoas que passam a transitar entre as margens do atlântico em uma quantidade colossal e velocidade cada vez maior, pessoas de diferentes culturas passam a estar em contato de maneira bastante mais frequente do que antes.

As informações e referências circularam mais e por mais lugares, a se misturar, gerar novas práticas e modificar as práticas já existentes. A partir disso, assim como Gilroy, compreendo que pensar somente a partir das histórias nacionais e por perspectivas monoculturais não é o bastante. Há de se pensar a história a partir da invenção da modernidade por uma perspectiva relacional para se conseguir análises com certo grau de profundidade.

Isso se dá em âmbito transatlântico, mas não só. A experiência negra nas Américas funciona de maneira muito semelhantes, já que há esse fluxo de pessoas, informações e diferentes culturas que circulam e se misturam pelo continente americano resultando em uma espécie de matriz cultural comum, que não é, obviamente, como um bloco maciço do onde se extrai o "elemento cultura", mas manifestações mais sutis e pulverizadas como

manifestações artísticas e corporais, práticas religiosas, influências linguísticas, indumentária e afins.

Lélia Gonzalez, importante intelectual e aguerrida militante do Movimento Negro brasileiro defende a "categoria político-cultural *Amefricanidade*" (GONZALEZ, 1988, p. 76), como é o próprio título de seu artigo. A autora compreende, que olhar para a formação cultural e política nas Américas tendo como critério as fronteiras geográficas é uma maneira distorcida de enxergar a questão, já que a partir de sua experiência de trânsito por diferentes países americanos e as reflexões geradas a partir do que percebeu, o continente compartilha uma série de similaridades culturais que torna inadequadas categorias como afro/africanoamericanos, afro/africanocolombianos, afro/africanoperuanos (Ibid., p. 78.)

Para a autora a noção de Améfrica e amefricanas/amefricanos é mais democrática e traduz melhor a realidade cultural do continente, além de fortalecer a consciência da história e formação cultural comum no continente para além das fronteiras geográficas.

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de *amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) [...]. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de *Amefricanidade* está intimamente relacionada àquelas de *Panafricanismo*, "*Négritude*", "*Afrocentricity*", etc. Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir possibilidade de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. (Ibid., p. 76-77)

A categoria criada por Gonzalez tem evidentemente um teor político de forja, ou resgate, como ela mesma diz, de uma unidade entre os povos de origem africana que vivem no continente americano. Essa unidade justifica-se pela experiência histórica comum, tanto da escravidão em si quanto de seus efeitos sociais nas práticas e modo de vida dessa população no período do cativeiro mas não só, é também sobre papéis e posições sociais a que a população afrodescendente nas Américas foi relegada no pós-abolição, o que surte efeitos até os dias atuais pela ação constante do racismo, como a própria autora cita no trecho a seguir, que estrutura essas sociedades gerando efeitos atroz.

A unidade sugerida por Lélia Gonzalez se aproxima muito da ideia de unidade teorizada por Amílcar Cabral, como será possível analisar mais adiante. É a ideia de que apesar das diferenças, que são muitas, há semelhanças suficientemente importantes para formarmos uma unidade e a partir dela lutarmos pela superação de nossos problemas comuns.

A autora explicita sua filiação política e ideológica, deixando evidente sua intenção ao

propor a categoria de Amefricanidade. Está intimamente ligada às ideias do Pan Africanismo¹¹, Afrocentricidade/*Afrocentricity* e movimento da *Négritude*. Todas essas ideias são propostas de organização política e social ou perspectivas culturais que buscam promover transformações ambiciosas na condição histórica de subalternização a que foram sujeitados os povos negros entre África, Américas e Europa desde o século XVI aos dias atuais.

No entanto, um ponto destacável que distingue as propostas de modelos político-culturais citadas acima e a proposta de Gonzalez é que, principalmente quando fala de América Latina, não deixa de incluir um elemento fundamental da formação cultural que há neste continente, que são os povos indígenas.

Isso é importante pois demonstra o quanto a autora era atenta e comprometida em não criar categorias e modelos que se aplicam apenas ao universo teórico, tendo pouca ou nenhuma conexão com o contexto real do qual trata, mas sim desenvolver uma proposta útil e aplicável ao universo ao qual se refere, assim como o são o Pan Africanismo, o movimento da *Négritude* e a Afrocentricidade, cada um no contexto, período e condições em que foi concebido.

Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. (Ibid., p. 77.)

A cultura se produz, se reproduz e se transforma, portanto, a partir da circulação de diferentes matrizes e no contato entre elas.

Avançando um pouco por essa perspectiva que estou aqui construindo, Stuart Hall em *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, chama a atenção para a força de transformação cultural que as culturas marginalizadas exercem sobre o ocidente, principalmente na contemporaneidade. Hall leva em consideração o papel dessas culturas em relação à cultura dominante, ao *mainstream*:

¹¹ O Pan Africanismo é uma ideologia, assim como um movimento político que se mobilizou para promover a união dos povos negros da África e da diáspora com a finalidade de fortalecimento político, econômico e cultural dos povos negros em geral e dos países africanos em especial. Essa ideologia existe desde o final do século XIX e teve seu ponto máximo no período das independências africanas ocorridas fundamentalmente a partir das décadas de 1950 e 1960.

[...] pois não podemos esquecer como a vida cultural, sobretudo no Ocidente e também em outras partes, tem sido transformada em nossa época pelas vozes das margens.

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, a ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas, assim como o feminismo e as políticas sexuais no movimento de gays e lésbicas, como resultado de um novo tipo de política cultural.

Não quero sugerir, é óbvio, que podemos contrapor a eterna história de nossa própria marginalização uma sensação confortável de vitórias alcançadas — estou cansado dessas duas grandes contra narrativas. Permanecer dentro delas é cair na armadilha da eterna divisão ou/ou, ou vitória total ou total cooptação, o que quase nunca acontece na política cultural, mas com o que os críticos culturais se reconfortam.

(HALL, 1997, p. 338)

Quando o autor fala sobre políticas culturais da diferença, luta para a construção de novas identidades a partir da entrada de novos agentes políticos no cenário mundial, sem dúvidas remete ao meu foco de interesse aqui, visto que meu enfoque localiza-se justamente no surgimento de novos fatos, agentes e processos políticos que partem de culturas marginalizadas. Culturas essas que se relacionam com a cultura e ordem dominantes a princípio de maneira subalterna. No entanto, encontram maneiras de se articular e desestabilizar a ordem dominante, gerando assim novos fatos, novos processos e principalmente, novas vozes. As independências africanas são um bom exemplo do que estou dizendo a partir desse trecho de Stuart Hall.

Uma série de fatos e fatores que ocorreram a partir de dinâmicas protagonizadas no *mainstream* vem se desencadeando desde a década de 1930 até o período das independências africanas. Fatos e fatores esses de onde surgem novos elementos que desestabilizam e modificam a ordem e a cultura dominante.

O envolvimento massivo de africanos na Segunda Guerra Mundial é um primeiro ponto marcante desse processo que gostaria de destacar. Só da Tanganyika, onde hoje é Tanzânia, ex- colônia britânica, participaram da guerra 87.000 africanos (MAZRUI, 2010, p.133). Da África Ocidental Francesa 130.000 homens foram mobilizados (Ibid., p.132), sem contar as outras colônias francesas no continente e o restante da África Oriental e de domínio britânico. Com esse expressivo envolvimento em uma guerra de proporções mundiais que tinha como mote, por parte dos Aliados, a defesa da liberdade, o combate ao Nazismo e ao Fascismo - que têm suas bases fundadas no racismo e no totalitarismo -, passam a se fortalecer movimentos nas colônias africanas que questionam a dominação colonial de

maneira cada vez mais forte, principalmente a partir do fim da guerra. Mesmo configurando movimentos periféricos em relação ao *mainstream*, pouco a pouco se articulam e ganham corpo.

De maneira complementar, os filhos das elites coloniais que vão estudar nas metrópoles também começam a se articular em torno de questões como o combate ao racismo, autodeterminação e valorização cultural africana.

Os exemplos franceses e portugueses são emblemáticos. Na França com as alianças formadas entre os jovens intelectuais provenientes de diferentes pontos do império francês se aglutinando atuando em torno das ideias da *Négritude* e do Pan Africanismo. Pessoas como Léopold Senghor, Léon Damas, Aimé Césaire, Cheikh Anta Diop, Amadou Hampâté Bâ, Alioune e Christiane Diop fundaram revistas como *Légitime Défense* e *Revue du Monde Noir*, assim como *L'Étudiant Noir* e a mais conhecida e importante dentre elas, a revista *Présence Africaine* (BARBOSA, 2019, p. 03).

Em Portugal, a Casa dos Estudantes do Império foi uma instituição criada pelo regime Salazarista para manter sob controle e vigilância os estudantes que vinham das colônias africanas para estudar na metrópole. Gerando o efeito contrário ao desejado pelo governo português, a Casa dos Estudantes do Império foi berço de agrupamentos revolucionários, por onde passaram figuras como Amílcar Cabral (Guiné-Bissau e Cabo Verde), Agostinho Neto (Angola), Eduardo Mondlane (Moçambique), dentre outros que se tornaram grandes revolucionários e grandes dirigentes africanos alguns anos depois.

Esses fatores, somados ao enfraquecimento moral e material sofrido pela Europa, mais a conseqüente conjuntura política mundial ordenada pela bipolaridade gerada pelo contexto da Guerra Fria, contribuíram para que os povos africanos se articulassem e se fortalecessem. Esse contexto colaborou para o início do empreendimento das lutas por independência, armadas ou não, o que culminou em novos elementos no jogo de poder mundial. Isso ocorre mesmo com o continente africano estando na posição de periferia do mundo, sem grandes condições *a priori* de fazer frente às grandes potências que ditavam e ditam as regras no planeta.

O desmonte dos impérios coloniais, as guerras coloniais, o surgimento de uma série de novos países com seus próprios projetos econômicos, políticos e sociais, demandam naquele período esses novos elementos que eclodiam provocando desarranjos e instabilidades na ordem vigente. Podemos dizer que as revoluções africanas inverteram a ordem hierárquica de poder e colocaram a África em posição de privilégio relegando à Europa uma posição

periférica? Obviamente não. As posições hierárquicas permanecem de maneira bastante semelhante a outrora, apesar de funcionarem por mecanismos diferentes. No entanto, o que vale a pena sublinhar é que esse mundo pós-independências africanas gera impactos não só na relação entre África e Europa, mas também na diáspora africana no mundo, em especial no Brasil.

A história das lutas por independência, as ideias geradas pelos intelectuais africanos, os projetos políticos e sociais, as personalidades. Tudo isso passou a ser referência para o Movimento Negro brasileiro a partir da década de 1970, havendo inclusive interlocuções já naquele período entre pessoas preocupadas e engajadas na luta antirracista no Brasil e os movimentos revolucionários africanos.

Essa criação de novos referenciais, novas inspirações, mesmo a África não tendo atingido a autonomia e o desenvolvimento que pretendia com as revoluções e independências, passaram a ser, portanto, uma das bases importantes de apoio para a concepção e a ação da militância antirracista no Brasil.

Esses novos fatores são suficientemente fortes em si, por inserir na sociedade ocidental padrão novos elementos culturais que estão além do convencional e do que é considerado como central. Outra noção cara à argumentação que construo aqui, funcionando de maneira basilar, é a percepção de cultura como uma formação híbrida. Mais uma vez dialogando com as ideias de Gilroy já apresentadas aqui, Hall nos traz sua perspectiva sobre os processos que envolvem as formações culturais:

[...] em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações entre posições dominantes e subalternas, de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de materiais preexistentes. Essas formas são sempre impuras, até certo ponto hibridizadas a partir de uma base vernácula.

(HALL, op.cit., p. 343)

Essa noção é de fundamental importância para pensar a concepção do presente trabalho, já que minha investigação tem como foco as relações entre diferentes culturas e os produtos dessas interações para o desenvolvimento das lutas do Movimento Negro no Brasil, principalmente no que tange ao ensino sobre as relações étnico-raciais, ensino de História da África e das experiências negras no Brasil.

O artista e intelectual Abdias Nascimento, em sua participação extraoficial no I Festival Mundial das Artes e Culturas Negras realizado em Dakar, Senegal (1966) nos diz:

“Irmãos: A diáspora [africana] foi o acontecimento mais trágico da história do homem. Fomos arrancados pela violência do coração da África - de nossos deuses, costumes, de nossos afetos - e viemos habitar o Brasil, Cuba, Venezuela, Porto Rico, Haiti, Estados Unidos. A história guarda nossa história nesses quatro séculos e hoje convocados pelo Senegal livre por nossa mãe-África libertada, realizamos a ansiada viagem de volta (...) Negritude nesta Carta Aberta, é compreendida não apenas como um movimento poético ou artístico mas assumida enquanto significa também um instrumento sócio-econômico-cultural de luta contra a supremacia branca a exploração do colonialismo, do imperialismo, do racismo e do neocolonialismo.” (NASCIMENTO, 2002, p. 323; 331, apud SILVÉRIO, 2015, p. 357-358)

A declaração acima expressa uma compreensão dos povos africanos que tende a se aproximar da visão de uma África mítica, fonte cultural inviolável da diáspora africana, sendo um lugar para onde se realiza “a ansiada viagem de volta”, conforme as palavras de Abdias Nascimento. É como se o processo da diáspora significasse uma pausa na história africana que agora começa a ter seu curso “normal” retomado. Essa perspectiva vai totalmente de encontro às ideias dos autores tratados aqui, as quais compartilho e concordo.

No entanto, Hall assim como Gilroy, os dois compreendem o papel daquilo que a teórica indiana Gayatri Spivak chama de “essencialismo estratégico” (FERREIRA, 2010, p. 6), que consiste na admissão de um essencialismo provisório como meio para formação e fortalecimento de identidades que no caso dos movimentos sociais, como é do Movimento Negro, é importante para que se tenha certa coesão para atingir objetivos e gerar conquistas sociais para o grupo, mas sem perder de vista o caráter conjuntural e estratégico desse essencialismo.

Dito isto, devo ressaltar que a Carta Aberta de Abdias Nascimento evidencia algo que contribui para a construção da ideia da existência de similaridades e experiências comuns entre o continente americano e o continente africano. Experiências essas que têm relação com os processos de exploração, a escravidão negro-africana, o racismo e o colonialismo europeu. No entanto, essas experiências similares não são apenas de dor e sofrimento, mas também de elaboração de estratégias, articulações e ações de sucesso contra os males que o desenvolvimento da modernidade europeia trouxe aos povos negros.

Nesse sentido, digo que são justamente as experiências de articulações negras intercontinentais na luta contra aquilo que é ao mesmo tempo produto e viabilizador da civilização européia, que me interessa estudar e compreender. Simultaneamente viabilizador e produto, porque sem a escravidão atlântica, o racismo e a colonização, muito provavelmente não haveria modernidade européia, pois a modernidade estrutura-se

fundamentalmente sobre os fenômenos histórico- sociais citados, ao mesmo tempo em que tem esses elementos como efeitos de seu desenvolvimento.

Dimensão dos conflitos e negociações

Ao refletir a respeito dos conflitos que experiências interculturais¹² podem causar e geralmente causam, Homi Bhabha em *O local da Cultura*, fala sobre a "Instabilidade produtiva de mudança cultural". Essa ideia de Bhabha expressa bem o tipo de fenômeno no qual a experiência internacional e intercultural do CEAA está inserida.

Um projeto fundamentalmente híbrido, que se sustenta em bases moventes, funcionando justamente a partir de e no contato entre as diferenças, sem perder de vista, evidentemente, as semelhanças que unem essas partes diferentes e justificam o esforço de promover uma aproximação a fim de construir um projeto comum.

É no *entre lugar*¹³ (BHABHA, 1998), onde por excelência se localiza essa experiência do CEAA. Por ser um espaço onde não apenas circulam pessoas com diferentes vivências, trajetórias e culturas, mas onde essas pessoas estão juntas por finalidades comuns, para construir um projeto que se desenvolve de maneira dialógica, o que acarreta constantes negociações e conflitos.

Amílcar Cabral, importante intelectual do século XX e líder do processo de independência de Guiné Bissau e Cabo Verde, em seu livro *Unidade e Luta*, que foi escrito a partir da gravação de comunicações proferidas pelo autor aos membros do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C), traz duas contribuições importantes que nos auxilia na compreensão dos significados e arranjos que caracterizam o CEAA.

No início do primeiro capítulo Cabral explica o que compreende por unidade, com objetivo de fundamentar teoricamente os sentidos que atribui ao binômio Unidade e Luta, princípios fundamentais do PAIGC. Em sua exposição, evidencia um sentido duplo do que a palavra unidade significa. O autor começa a explanação da seguinte maneira:

¹² Sobre a ideia de interculturalidade, consultar: CANDAU, V. M. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação, V. 13 n. 37, 45-56, jan./abr. 2008. p. 51.

¹³ Esse conceito consiste na ideia de que há uma zona de contato entre duas ou mais culturas diferentes que está para além dos limites de uma ou outra cultura, está no não lugar, entre uma e outra. É nesse entre lugar que acontecem as hibridizações, a formação de novos produtos (fatos, práticas, relações, etc.) a partir da combinação elementos a dessas culturas se colocam em contato.

O que é Unidade? Claro que podemos tomar unidade num sentido que se pode chamar estático, parado, que não é mais que uma questão de número. por exemplo, [...] se considerarmos o conjunto de homens que está nesta sala, camarada Daniel Barreto é uma unidade. E por aí fora. Essa é uma unidade que nos interessa considerar no nosso trabalho, da qual falamos nos nossos princípios do Partido? É e não é. É, na medida em que nós queremos transformar um conjunto diverso de pessoas, num conjunto bem definido, buscando um caminho. E não é, porque aqui não podemos esquecer que dentro desse conjunto há elementos diversos. Pelo contrário, o sentido de unidade que vemos no nosso princípio é o seguinte: quaisquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo. Quer dizer, no nosso princípio, unidade é no sentido dinâmico, quer dizer de movimento. [...] Isso é para dar aos camaradas uma ideia do que é unidade e para dizer aos camaradas que o fundamento principal da unidade é que para ter unidade é preciso ter coisas diferentes. Se não forem diferentes, não é preciso fazer unidade. Não há problema de unidade. (CABRAL, 1974, p. 70)

O trecho acima nos permite perceber que há muitas semelhanças evidentes entre o pensamento de Bhabha e o pensamento de Cabral. Cada um a seu modo, os dois parecem compreender a coexistência de diferenças como algo potente e dinamizador de transformação em uma sociedade.

Quando Bhabha fala que a cultura se produz no espaço da diferença, no entre lugar, se refere ao espaço instável e indefinido que, justamente por sua falta de moldes pré-fixados, e dificuldade de inteligibilidade à primeira vista, a partir das categorias já estabelecidas, por estar no não lugar é que tem a potência de gerar o novo. Aí está o sentido da frase "instabilidade produtiva de mudança cultural".

No mesmo sentido, quando Cabral caracteriza a unidade no contexto sobre o qual fala como tendo um sentido dinâmico, movente, considero que se trata do caráter multifacetado dessa unidade, que requer arranjos e rearranjos sempre que necessário, devido à multiplicidade de forças envolvidas. Forças essas que separadamente, e vistas de maneira individual, são relativamente bem definidas e bem situadas, mas que em contato, na formação dessa unidade dinâmica, são o gérmen de onde surgem os novos elementos culturais, que são necessariamente híbridos. Novos projetos, novas posturas, novos pensamentos, novas políticas, etc.

No caso e no contexto de Cabral, o elemento novo, híbrido e instável é a luta por libertação de Guiné Bissau e Cabo Verde. Luta cujos rumos, quais características e qual a influência exercida por cada uma das partes sobre totalidade desta, tudo isso se descobre durante o desenrolar do processo e das negociações que vão delineando suas formas.

Compreendo o CEAA como uma experiência na história do Brasil e, sobre o que é um dos focos deste trabalho, a história do ensino de história e cultura africana neste país que, tendo como pano de fundo esse conjunto de ferramentas teóricas, pode ser lido e compreendido em consonância e a partir dessas perspectivas.

Capítulo I - Panorama histórico sobre os estudos africanos e o papel do Afro-Asiático

Surgimento dos centros de estudos africanos pelo mundo ocidental

O Afro-Asiático não é pioneiro no Brasil nem no restante do mundo como centro dedicado aos estudos de África e Ásia. Essa é uma história de longa data, que começa no período entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, com potências colonialistas como Inglaterra e França que desenvolveram mecanismos de controle dos povos africanos colonizados a partir do esforço de compreensão de suas culturas, o que tornava o processo de dominação e administração colonial mais efetivo. A antropologia evolucionista de bases racistas foi um elemento fundamental nesse processo, como é o caso da contribuição das ideias e escritos de um de seus principais representantes, o antropólogo britânico Edward Tylor.

A instituição britânica que representava esse tipo de política era o *International African Institute*, fundado em 1926 em Londres (Pereira, J. 2008, p. 280). No pós segunda guerra mundial, começa a haver, segundo José Maria Nunes Pereira, o início da institucionalização acadêmica dos estudos sobre África. Cria-se na Universidade de Londres a *School of Oriental and African Studies*. Na década de 1960, um novo marco, a criação na Universidade de Cambridge do *Journal of African Studies*, que deu origem à primeira coleção *História da África*, editada em seis volumes.

Na França, no período do imediato pós-guerra, ainda com o colonialismo francês em vigor, existia o *Institut Français de l'Afrique Noire*, com importante representação no Senegal. Em Paris é criado o Centro de Estudos Africanos, na *École des Hautes Etudes*. Paralelamente, intelectuais e estudantes africanos residentes em Paris criam a Sociedade Africana de Cultura, grupo de onde surgiram a importante revista de ampla circulação e duração, *Présence Africaine* em 1947, já citada acima, assim como a livraria e editora homônimas, que representam ambas um passo importante na articulação intelectual e artística negra francófona principalmente, mas não só, contou também com contribuição da diáspora negra anglófona e lusófona, como o escritor norte-americano Richard Wright (BARBOSA, op.cit., p.03) e o grande militante, intelectual e artista brasileiro, Abdias Nascimento (SILVÉRIO, op. cit., p. 357-358).

Do outro lado do Atlântico há a criação de importantes instituições dedicadas ao tema,

o que ocorreu em vários pontos das Américas. Nos EUA, os estudos sobre África passaram a se consolidar com a fundação da Associação dos Estudos Africanos, em 1959. Apesar de já haver iniciativas anteriores realizadas pelos professores negros dos *Black Studies* (Pereira, J. 2008, p. 280), que introduziram a questão em faculdades estadunidenses.

No México, como um forte representante da América Latina no que se trata de estudos sobre África e Ásia, há o Colégio do México (El Colegio de Mexico), instituição de grande prestígio acadêmico na América Latina que, desde 1968, possui o Centro de Estudos de Ásia e África do Norte, que em 1979 ampliou seu campo de interesse para o restante do continente africano, pois até então se restringia apenas aos estudos sobre o norte da África.

O Colégio do México, representado pelo Centro que abriga, teve uma importância de bastante repercussão e um papel representativo para a formação dos estudos africanos na América Latina, por ser um centro de excelência e referência nas Américas já nas décadas de 1970 e 1980.

Amauri Mendes Pereira, um dos cinco entrevistados para este trabalho, ao falar sobre a consistência intelectual do corpo docente do curso de pós-graduação *lato-sensu* em história da África e do negro no Brasil, fala sobre a passagem de Monica Lima¹⁴ pela instituição:

[...] Colégio do México que no ocidente ainda era um dos lugares onde melhor se estudava África, uma referência nos estudos africanos mais do que a maioria das grandes universidades. Inglaterra, França... O Colégio do México era uma referência.¹⁵
(Amauri Mendes Pereira)

Em outro momento, a própria professora Monica Lima, em entrevista concedida a mim relata de maneira qualificada, do ponto de vista de quem viveu a experiência como estudante de mestrado na conhecida instituição mexicana. Experiência essa que marca de maneira bastante contundente sua trajetória profissional, mas não apenas, também sua maneira de olhar o mundo e principalmente sua maneira de enxergar a si própria:

Eu fui estudar África. Essa foi a virada na minha vida. É claro que, eu já sabia que eu era negra, mas lá de fato eu me tornei negra no fundo da alma. Quando eu encontrei a África por professores, por estudo, pelo contato com vários professores africanos, por tudo isso. Aí eu fiz o mestrado em estudos de África no Colégio do México. Esse mestrado que era muito legal, com professores africanos, com alguns professores latino

¹⁴ Monica Lima é especialista em história da África e história dos africanos no Brasil. É professora de História da África no Instituto de História da UFRJ.

¹⁵ Entrevista concedida a mim por Amauri Mendes Pereira em 15 de setembro de 2019, realizada no Campus de Seropédica da UFRJ. Amauri é militante histórico do movimento negro, participando da história do CEAA desde o início. Foi estudante e depois se tornou professor do curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil.

americanos, alguns poucos europeus e estadunidenses, pouquíssimos.¹⁶

Nesse espaço foi fundada a ALADAA, Asociación Latinoamericana de Estudios Afro-Asiáticos, em 1976, uma das principais representações desse campo de estudos nas Américas e que tinha por objetivo a formação de especialistas em África e Ásia na América Latina. O Centro recebeu apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO*) para desenvolver seu programa de mestrado e se tornar a referência que viria a ser, criando também uma editora, responsável pela revista científica *Asia y Africa*, publicada desde 1965 (PEREIRA, J. 2008, p. 283).

A ALADAA não se restringiu apenas ao México, o objetivo era estimular a criação de outras frentes da Associação nos diferentes países da América Latina, e assim, em 1984 foi criada em São Paulo a ALADAA Brasil, com forte presença de pesquisadores da USP, mas que logo se difundiu por outros centros e programas de pesquisa em outros lugares do país.

No entanto, a história dos estudos africanos no Brasil também não começa com a criação da ALADAA Brasil. Essa história começa várias décadas antes, com os primeiros estudiosos que chamarei aqui de independentes, visto que apesar de suas afinidades teóricas comuns, não compunham centros de estudos, associações ou organizações de caráter semelhante que formassem uma comunidade bem definida de estudiosos do tema, que constituíssem um campo.

A dissertação de mestrado de Mariana Shilickmann, sobre o desenvolvimento dos estudos africanos no Brasil colabora para a compreensão desse processo histórico que estou reconstruindo brevemente aqui. Raymundo Nina Rodrigues é o primeiro representante reconhecido desse campo de estudos no Brasil. O médico maranhense, professor da Faculdade de Medicina da Bahia é o principal representante da eugenia e um dos principais representantes da antropologia criminal no Brasil. Sua mais importante obra, *Os Africanos no Brasil*, foi publicada em 1930, apesar de ter sido escrita vinte e quatro anos antes, em 1906. Tendo sido escrita quase integralmente pelo autor, que não teve tempo de finalizar pois, faleceu antes de encerrar esse trabalho, aos 43 anos de idade, deixando a obra com sete capítulos e 280 páginas já escritas. O livro foi concluído por seus discípulos e correligionários, dentre os principais colaboradores estão Oscar Freire e Homero Pires

¹⁶ Entrevista concedida a mim por Monica Lima no dia 03 de outubro de 2019, realizada no Instituto de História da UFRJ. Monica é professora de história da África na UFRJ e foi professora do curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil. Tem uma trajetória marcada pelo trabalho com história da África desenvolvido ao longo de anos na educação básica.

(RODRIGUES, R.N., 2010, p. 2-6).

O pensamento e obra de Nina Rodrigues acompanha a tendência intelectual e política que imperava no mundo ocidental desde o final do século XIX, abrangendo as primeiras décadas do século XX. As correntes de pensamento ligadas ao positivismo, ao evolucionismo social, à antropologia criminal, à eugenia e ao higienismo social. Todo esse conjunto de teorias e práticas era compreendido como o caminho para o que havia de mais moderno e avançado enquanto paradigma de civilização ocidental, uma civilização: fenotipicamente branca e culturalmente branca, caminhando sobre as bases da moderna ciência de matriz principalmente inglesa, francesa e alemã.

No Brasil, na perspectiva das elites políticas e intelectuais do período, existia/existe o que Nina Rodrigues chamava de "problema "O Negro" no Brasil" (Ibid., p.8.), no seguinte sentido: como construir uma nação tal qual as sociedades modernas européias em um país construído culturalmente, linguisticamente, socialmente e, claro, demograficamente por um contingente populacional africano? País esse que em quase quatro séculos somou cerca de 4 milhões de pessoas vindas do continente africano e não só, para "agravar" ainda mais a situação naquele momento, cerca de 1 milhão desse contingente, aproximadamente 25% havia chegado ao Brasil apenas no último século, fato esse que se refletia nas grandes cidades brasileiras, que a contragosto do que pretendia o projeto de nação encabeçado pelas elites, eram verdadeiras Cidades Negras.¹⁷

Para Nina Rodrigues, negros e brancos não eram moralmente uns piores nem melhores que os outros, mas estavam em estágios evolutivos diferentes da humanidade, estando portanto os povos africanos em um estágio anterior do desenvolvimento humano do que estariam os de origem européia. Para ele, o grande problema no Brasil não era exatamente a existência de ambas as raças, mas sim o problema da mestiçagem, que degenerava ambas as raças.

Sobre a cientificidade da inferioridade racial:

O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravagistas dos norte- americanos. Para a ciência, não é essa inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas

¹⁷ Faço referência aqui ao livro *Cidades Negra: africanos, crioulos e espaço urbano no Brasil escravista do século XIX* que trata sobre a presença e atividades de africanos e crioulos nas grandes cidades brasileiras e como essa presença marca visualmente e culturalmente o cotidiano de cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife no século XIX.

diversas divisões ou seções. “Os negros africanos”, ensina Hovelacque, “são o que são, nem melhores nem piores do que os brancos; pertencem apenas a uma outra fase de desenvolvimento intelectual e moral. (RODRIGUES, R.N. op.cit., p.12.)

Nina Rodrigues, compreende a presença africana no Brasil como um fator formador da cultura e do povo brasileiro, não negando as contribuições trazidas nesse sentido. No entanto, é justamente nesse ponto onde mora o "problema "o negro" no Brasil", na medida em que partindo da compreensão de que essa população forma culturalmente o país, estando na qualidade de colonos, atuando portanto como quaisquer outros povos de quaisquer outras origens.

Mas a questão é, o quanto a presença dessa população entendida como atrasada na ordem filogenética do desenvolvimento humano comprometia o projeto de nação brasileiro à época.

Abstraindo, pois, da condição de escravos em que os Negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência; extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das conseqüências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideramos a supremacia imediata ou mediata da Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo. (*Ibid.*, p. 15.)

Contemporâneo de Nina Rodrigues, o baiano Manuel Quirino, artista e intelectual negro, compreendia também a atuação dos africanos no Brasil como colonos, no entanto, segundo Shilickmann, diferente de Rodrigues, Manuel Quirino vê como positiva a colonização africana no Brasil, percebendo esse processo não como o símbolo do fracasso da civilização, mas sim como o enriquecimento da sociedade brasileira pela colonização das civilizações africanas que trouxeram ao Brasil desde técnicas de construção e mineração até musicalidade, corporeidades e paladares. Suas principais obras nesse sentido são *A raça africana e os seus costumes na Bahia* (1916); *O colono preto como fator da civilização brasileira* (1918).

Sua produção evidentemente vai de encontro às teorias científicas racistas que vigoravam no início do século XX, construindo, portanto, em um movimento contrário, uma ideia dos negros compreendidos como civilizados, produtores de conhecimentos, enriquecedores para a nação. Compreendidos como humanos.

Ainda na década de 1930, outro famoso e controverso intelectual também nordestino, como os dois primeiros, é Gilberto Freyre. A perspectiva construída pelo pernambucano pode

ser interpretada como uma linha do meio entre o que Rogrigues compreendia por um lado e o que Quirino compreendia por outro lado. A noção levantada por Freyre, no sentido do que nos interessa aqui é a de que a mestiçagem não é um problema no Brasil, sim uma qualidade, algo que enriquece o país justamente por funcionar sob influência de três diferentes grandes matrizes culturais, a indígena, africana e a européia.

No entanto, para Freyre essas diferentes matrizes não constroem a cultura brasileira de maneira equânime em relação ao papel exercido por cada uma delas. Freyre compreende a matriz européia como a responsável por civilizar, como a principal veia cultural, enquanto as duas outras matrizes exercem um papel secundário, não de civilizar, mas de contribuir com elementos para que essa matriz européia seja mais rica e diversa. Ou seja, trata-se do exercício de uma função apenas auxiliar ao que é principal, a cultura portuguesa.

Freyre compreendia que os portugueses estariam em uma posição de possuírem melhores condições e maior preparo para lidar e absorver outras culturas, principalmente as situadas em regiões tropicais, visto sua longa trajetória de contatos e misturas com árabes e judeus. São os portugueses portanto, mais aptos a conduzir os processos de formação de sociedades em que haja convivência de diferentes culturas fazendo isso de maneira positiva.

Essa são as bases para as ideias do lusotropicalismo desenvolvida pelo autor posteriormente, que compreende que o contato dos lusos com outras culturas nas regiões tropicais gera uma espécie de fator comum a todas as colônias portuguesas, a criação de um arranjo social genuíno e compatível com o mundo moderno, o mundo do contato entre as culturas, da convivência das diferenças.

Esse "novo" modo de viver em sociedade é luso por excelência na visão de Freyre, na medida em que o intelectual faz um casamento ambíguo e polêmico entre culturas (os portugueses e as populações das colônias) e meio físico (os trópicos), achando um certo fator comum, o que chama de "área cultural luso-tropical" que uniria as diferentes partes do império português em África e Ásia.

Essas ideias seriam aproveitadas pelo regime ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar no período de crises do império português, a qual precede o início das lutas por independências nas colônias da África, na tentativa de fortalecer a ideia do luso-tropicalismo nas diferentes partes do império e convencer as elites coloniais de que manterem-se parte do império português era melhor que serem independentes. Freyre foi convidado, portanto, a fazer uma série de visitas aos territórios que à época eram colônias de Portugal na África e na Ásia para realizar análises que fortalecessem sua ideia. Essas viagens aconteceram entre 1951

e 1952, tendo como resultado o livro *Aventura e rotina*, publicado em 1953.

Intelectuais diversos viriam a criticar as ideias de Freyre, até os dias atuais. Um deles é José Honório Rodrigues, que estabelece uma crítica, que na atualidade é bastante comum entre estudiosos do tema mas que na época era inovadora, que é a de Freyre haver ignorado a influência das relações desiguais de poder, os processos de violência da escravidão, do abuso sexual de mulheres negras e todos os outros processos violentos que permitiram o sucesso da instauração do processo de colonização portuguesa de maneira mais efetiva no Brasil do que nas colônias africanas, mostrando o quão falaciosa é a ideia de uma vantagem ou predisposição portuguesa como fator determinante do sucesso ou insucesso da colonização portuguesa e o quanto o resultado da colonização no Brasil não é de fato motivo de glória ou orgulho, dada a constatação dos meios nada harmônicos utilizados.

A obra de Honório Rodrigues é um marco na história dos estudos africanos no Brasil, assim como a de Freyre. Visto que enquanto o primeiro constrói uma narrativa fundamentalmente eurocentrada a respeito das relações entre África, Portugal e Brasil, em *Brasil e África - outro horizonte*. Segundo a análise de José Maria Nunes Pereira, Honório Rodrigues traz para o centro da condução dos processos e relações desenvolvidas, dois atores principais: África e Brasil, relegando a Portugal um papel coadjuvante nesse arranjo:

[Honório] Rodrigues afirma que o Brasil teve "uma maior influência portuguesa na superestrutura da sociedade e maiores efeitos negro-indígenas na estrutura econômico-social". Para ele, fomos "mais africanizados e tupinizados que aportuguesados ou ocidentalizados."
(PEREIRA, J. 1991, p. 70)

A importância do trabalho de José Honório Rodrigues é, portanto, a de retirar Portugal do pedestal de civilizador, no qual Freyre o coloca e mostrar o quanto as relações culturais e sociais entre os povos indígenas brasileiros e os povos africanos são muito mais decisivas na construção dessa sociedade transatlântica na qual vivemos.

Para demarcar definitivamente a posição diametralmente oposta desse autor em relação a ideia de luso-tropicalismo, José Maria Nunes Pereira apresenta ainda um trecho de Honório Rodrigues que expressa de maneira bastante contundente seu argumento nessa obra, quebrando com a concepção de Portugal como o grande civilizador:

Que fez Portugal nesse sentido? Como uma das áreas mais atrasadas da cultura ocidental, um dos países mais subdesenvolvidos da Europa, não formou liderança nem adiantou, com a técnica ou com sua organização social, os povos que dominou. Não pôde dar, porque não tinha para dar. O Governo português pensava ser uma potência colonial, mas era uma

impotência colonial.
(RODRIGUES, J. 1982, p.345 *apud* PEREIRA, J. 1991, p. 71)

Os três grandes centros do Brasil

As ideias e propostas de análise sobre África e a presença africana no Brasil que fervilham nos meios intelectuais brasileiros desde o início do século XX fizeram o tema ser reconhecido como campo fértil e pertinente de investigação científica. De certa maneira a produção de conhecimento realizada no período construiu um pano de fundo, preparou o terreno para o contexto político nacional e internacional que emergiria nos anos 1960 e possibilitaria o início da institucionalização do campo no país.

A formação dos primeiros centros de estudos africanos no Brasil é impulsionada por dois fatores decisivos. A disposição do governo federal sob liderança do então presidente Jânio Quadros, que apesar de sua permanência curtíssima na presidência da república, possibilitou o estabelecimento de contatos mais estreitos com o continente africano naquele momento, já que para o Jânio Quadros a aproximação com África era uma questão necessária pela conexão histórica que temos com o continente e significava um passo em direção a uma retratação da dívida histórica do Brasil com os povos africanos.

Citando uma entrevista concedida por Jânio Quadros para a revista estadunidense *Foreign Affairs*, José Maria Nunes Pereira evidencia o quão forte era essa ideia para a política desenvolvida pelo presidente:

Com relação à África, podemos afirmar que, hoje, esse continente representa uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados ao mundo africano por nossas raízes étnicas e culturais, além de coincidirmos no desejo de tornar possível assumirmos uma posição independente no mundo atual.
(Ibid., p.16, *apud* Ibid., p. 72.)

A posição demarcada por Quadros alia-se à segunda razão central impulsionadora para o surgimento dos centros, que é o cenário internacional. As independências africanas fervilhavam desde os anos finais da década de 1950. Só em 1960, 17 países africanos conquistaram sua independência, transformando portando o cenário geopolítico mundial.

Esse mesmo ano foi declarado ano da África pela UNESCO (SCHLICKMANN, 2015, p. 36), portanto, o continente estava em evidência naquele momento. Não apenas pelo fato das independências em si, mas pelos interesses internacionais das possibilidades de relações comerciais e políticas que se vislumbrava com o novo contexto em que territórios que, no sentido político, eram até então apenas colônias européias e que agora passam a ser Estados

autônomos.

Conhecer a África parecia de fundamental importância no sentido da difícil compreensão/definição da identidade nacional brasileira. Identidade essa que abriga uma série de questões como cultura brasileira, história nacional, símbolos nacionais, formação social e projeto de nação. Algo que, conforme visto brevemente nas páginas anteriores, tem sido objeto de discussão e disputas desde o final do século XIX, intensificando-se no início do século XX. Apenas como um parêntese, vale a pena citar que não por acaso essas discussões entraram em pauta naquele período, já que é justamente ali que o Brasil passa por intensas mudanças estruturais que provavelmente são algumas das mais significativas de sua história. O fim legal da escravidão (1888), sistema no qual Brasil foi fundado e foi base das relações de trabalho, de organização social, dos sistemas de pensamento e de outras tantas frentes da vida social durante quatro séculos. No ano seguinte (1889) o fim da monarquia e instauração do regime republicano no país, o que de certa forma representa um passo importante para o ingresso brasileiro na lógica do que era entendido por vários países no mundo como "avançado" enquanto sistema político e social.

Esse foi um momento de redefinição de rumos, de modelo de sociedade e de reorganização social. Como por exemplo, de que maneira se faria possível construir uma nação branca, de referências europeias e moderna nos padrões franceses e ingleses em um país majoritariamente negro, em todos os sentidos?

Além desse sentido da necessidade de conhecer a África para compreender o Brasil, naquele momento, dos anos 1960, diante da emergência dos novos Estados africanos, conhecer a África também começa a ser uma necessidade para compreender o novo jogo de relações de poderes que passava a se configurar no mundo àquele momento. Ironicamente, à primeira vista, e esse é um ponto frisado por José Maria Nunes Pereira, os três principais centros de estudos sobre África ou sobre África e Ásia que se estruturaram no país foram fundados por pessoas que tiveram sua história de vida atravessada por intensas relações com Portugal.

O primeiro deles, fundado na Bahia em 1959 é o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). Esse centro foi criado por Edgar Santos na Universidade Federal da Bahia. Edgar foi responsável pela criação e estruturação como universidade daquilo que eram até então centros e faculdades independentes, foi portanto o fundador da UFBA.¹⁸ Agostinho da Silva, primeiro diretor do CEAO era português e veio exilar-se no Brasil para fugir da perseguição

¹⁸ Disponível em: < <https://www.ufba.br/historico> > . Acesso em 03 de janeiro de 2020.

da ditadura de Antônio de Oliveira Salazar.

Agostinho Silva compreendia o CEAO ser um local concebido como "uma aliança de nações e povos soberanos, desvencilhar das peias do colonialismo e assim mais apto a uma coligação espiritual consentida, espontânea e sólida". (PEREIRA, J., 1991. p. 84)

Diante do trecho acima, não é difícil imaginar os motivos que levaram à sua perseguição em Portugal, visto sua postura abertamente anticolonialista. No Brasil, Agostinho Silva teve importante papel na vida pública, tendo sido conselheiro de assuntos africanos no governo Jânio Quadros, assim como colaborou com Darcy Ribeiro na criação da Universidade de Brasília.

O CEAO, mais do que outros centros no país, é conhecido por seu viés de pesquisas ligado aos estudos da corrente de tradição africana no Brasil proveniente da Iorubalândia, região que compreende o espaço geográfico situado entre Nigéria e Benin, que caracteriza uma matriz cultural.¹⁹ Parcerias com comunidades de terreiro de candomblé são um exemplo do tipo de relações priorizadas por esse centro, mostrando inclusive o aparente esforço do CEAO para construir relações com a comunidade negra baiana ligada ao candomblé principalmente.

O CEAO foi pioneiro no estabelecimento de intercâmbios de pessoas entre Brasil e países africanos, tendo, por intermédio e financiamento pelo Itamaraty, recebido em 1961 um grupo de 15 estudantes para fazer um curso intensivo de português e sobre a realidade social brasileira. Dentre os estudantes desse primeiro grupo se destacam Fidélis Cabral D'Almeida, que se formou em Direito na USP, tendo posteriormente se tornado ministro da Justiça e depois ministro da Educação em Guiné Bissau, e Étame Ewane, de Camarões, que cursou mestrado em Ciências Políticas também na USP e veio a colaborar posteriormente com Fernando Mourão²⁰ para a criação do Centro de Estudos Africanos na USP. Houve ainda um segundo grupo de estudantes advindos de países da costa ocidental africana em 1962, mas a partir de então o programa de bolsas do Itamaraty se desarticulou (PEREIRA, J. 2008, p. 285).

O CEAO fundou a primeira revista brasileira de divulgação da produção acadêmica sobre África, a revista *Afro-Ásia*, fundada em 1965. Essa consolidou-se como uma revista de ampla circulação internacional, tendo recebido contribuições de pesquisadores de quatro

¹⁹ Para informações mais aprofundadas sobre a ideia de Iorubalândia consultar: BARATA, Denise. *A Educação tradicional na Iorubalândia e sua institucionalização*. Revista Augustus (Rio de Janeiro), v. 14, n. 27, 34-49, fev. 2009. p. 37.

²⁰ Fernando Mourão foi professor de Antropologia da USP e fundador do CEA.

diferentes continentes.

O segundo centro a ser fundado é o Centro de Estudos Africanos, o CEA, na Universidade de São Paulo. O grande responsável pela fundação e desenvolvimento do centro foi Fernando de Albuquerque Mourão, um brasileiro de ascendência portuguesa que passou parte da juventude em Portugal. Realizou lá seus estudos na Universidade de Coimbra e depois em Lisboa, tendo se tornado em ambas cidades, dirigente da Casa dos Estudantes do Império que, conforme já comentado anteriormente, tornou-se um polo de articulações políticas anticoloniais muito importante.

Mourão saiu de Portugal em circunstâncias parecidas às de Agostinho da Silva, fugindo da perseguição do regime salazarista, devido sua atuação política. No Brasil desempenhou importante papel nas articulações internacionais e na divulgação dos estudos africanos no país. Mourão desde a década de 1970 participou da gestão diplomática do Itamaraty, a convite do governo. Esse intelectual fez parte, inclusive, do Comitê Científico Internacional para a elaboração da coleção História Geral da África, editada pela UNESCO, tendo sido intermediário da tradução para o português de quatro dos oito volumes existentes.

Em 1969, a dissertação de mestrado defendida na USP por Fernando Mourão tornou-se um marco na história dos estudos africanos no país, na medida em que foi o primeiro trabalho acadêmico a ser realizado sobre o tema, com o título *A sociedade angolana através da literatura*, orientada por Ruy Galvão de Andrada Coelho. Até então os trabalhos sobre o tema tinham sido todos publicados por estudiosos independentes.

O CEA foi fundado com esse nome em 1968, seu processo de criação e institucionalização como parte da estrutura da Universidade de São Paulo dura de 1965 a 1972. Uma característica importante desse Centro é o foco nos estudos africanos de maneira estrita, com pouco ou nenhum espaço para os temas afro-brasileiros. Uma boa parte dos estudantes de pós-graduação do centro era composta por africanos e ao menos para os orientandos de Fernando Mourão, segundo José Maria Nunes Pereira, que inclusive foi um dos orientandos desse professor, todos os estudantes necessariamente precisavam realizar parte de sua pesquisa em território africano.

O CEA teve uma importância basilar para o desenvolvimento do campo dos estudos africanos no país, na medida em que sempre teve esse enfoque específico para os assuntos africanos e não afro-brasileiros em seus trabalhos, tendo contribuído para a criação da ALADAA Brasil e responsável também pela formação de importantes africanistas brasileiros que foram fundamentais para o fortalecimento e difusão do campo pelo Brasil.

O Centro de Estudos Africanos fundou também uma revista de divulgação de suas pesquisas e de pesquisadores parceiros, a revista *África* que funciona desde 1978, tornando-se a revista de maior número de participação de pesquisadores internacionais dentre as revistas sobre o tema publicadas no país, segundo o estudo de Schlickmann.

O próprio CEAA tem uma parte de seus mestres e um doutor formados por professores ligados ao CEA, tendo sido orientados pelo antropólogo Fernando Mourão ou ainda pelo sociólogo Carlos Serrano, professor de sociologia da USP que também foi diretor do CEA. Exemplos desses são Marcelo Bittencourt que realizou mestrado em Antropologia sob orientação de Mourão e José Maria Nunes Pereira que realizou mestrado e doutorado em Sociologia, também orientado por esse professor. Além de Edson Borges, que realizou mestrado também na USP sob orientação de Serrano.

Todos esses foram pesquisadores ou professores no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da UCAM, no Rio de Janeiro. Inclusive o próprio Carlos Serrano, que atuou como professor na pós-graduação em história da África e do negro no Brasil. O CEAA já existia como um centro historicamente importante para o campo há décadas quando, nos anos de 1990 os integrantes citados tiveram sua formação em nível de pós-graduação no USP, tendo adquirido essa vivência no CEA.

Os congressos e seminários, as publicações, os cursos de extensão, a projeção internacional. Enfim, tudo isso já estava consolidado naquele momento, no entanto, o CEA-USP foi importante para a formação acadêmica de alguns, como foi o caso de Marcelo Bittencourt e Edson Borges, que à época ainda estavam no início de suas carreiras, mas serviu também como validação formal de larga experiência e trajetória consolidada como africanista, que é o caso específico de José Maria Nunes Pereira, que apesar de trabalhar como pesquisador e professor de assuntos diversos relacionados à África desde a década de 1970, só formalizou em títulos acadêmicos sua atuação intelectual na década de 1990.

O CEAA

autor de onze livros sobre os países africanos lusófonos, que foi nosso professor visitante em 1981 e fez um abrangente estudo sobre o africanismo no Brasil.

“Qualquer que seja o futuro do africanismo brasileiro, o lugar de honra está reservado para o CEAA, não pela quantidade e qualidade excepcional dos seus estudos, mas pelo trabalho de formiga realizado em termos de ‘conscientização’ [...] De todas as instituições que visitamos numa dezena de países, o CEAA é, talvez com algumas instituições norte-americanas o único que deu prioridade a essa tarefa [...]”. E finalizou: “Espaço privilegiado onde se pode exprimir livremente, ao abrigo do guarda-chuva de um reitor intocável, o CEAA nestes últimos seis anos foi o enclave onde não poucos

mitos e tabus da sociedade brasileira foram contestados. (PEREIRA, 2008, p. 278-279)

O trecho acima é uma citação de José Maria Nunes Pereira, o **Zé Maria**, como é referido por todos os entrevistados com quem conversei e como se refere a si próprio na entrevista que analiso neste trabalho e que por esse motivo, portanto, em alguns casos também adotarei a variante de seu nome que é bastante usual entre os que conviveram com ele. Eu diria até que essa é a forma quase exclusiva pela qual todos os entrevistados se referem a esse personagem tão importante na história do CEAA e dos estudos africanos no país.

A citação foi retirada do texto de Pelissier chamado *Aspects de l'africanisme brésilien* (Aspectos do africanismo brasileiro), publicado em 1982 no periódico *Le Mois en Afrique*. O parágrafo escrito por Pelissier resume de maneira bastante precisa o que foi a experiência do **Afro-Asiático**, maneira como os entrevistados se referem ao CEAA na maioria das vezes e que também adotarei em alguns momentos. Antes de dissertar sobre o centro em si, considero pertinente falar um pouco sobre as origens mais primárias de onde ele surgiu.

Anteriormente eu disse que houve três grandes centros de estudos no Brasil. Na realidade, houve outra instituição bastante significativa que deixei propositalmente de citar, pois foge à regra de ser ligado a instituições acadêmicas, como os outros, e por sua curta duração. Falo do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, o IBEEA, criado no âmbito da presidência da república durante o governo de Jânio Quadros, por meio do Decreto 50.465, de 14 de abril de 1961 (PEREIRA, J. 1991, p. 86).

Sob o incentivo de uma presidência favorável e simpática à iniciativa, o Instituto tinha o objetivo de produzir conhecimento sobre o continente africano e asiático, mas pelo que pude perceber, houve um enfoque especial para África. Além disso, o objetivo era desenvolver projetos para o estabelecimento da Política Externa Independente (Pereira, J. 2008, p. 287), melhorando desse modo as relações entre Brasil e os países africanos.

Naquele espaço estavam reunidos alguns dos principais intelectuais e figuras políticas que tinham a questão africana e afro-brasileira como foco de interesse naquele momento, como Eduardo Portella, Maria Yeda Linhares, Jorge Amado, Afonso Arinos e Cândido Mendes. O IBEEA durou até 1964, quando sofreu alterações, passando para o Ministério das Relações Exteriores, tendo sido desativado em seguida.

Cândido Mendes é uma figura que merece destaque especial nessa história. Nascido em família privilegiada, herdou título de nobreza ligado ao Vaticano, que lhe conferiu

importante posição na política internacional desde cedo. Ao fazer uma breve caracterização sobre quem é esse personagem no cenário nacional e internacional, trago alguns trechos da entrevista concedida por José Maria Nunes Pereira ao projeto *História do Movimento negro no Brasil* (2007), realizado por Verena Alberti e Amilcar Pereira:

Cândido Mendes é de 1928; portanto, em 1960, ele tinha 32, 33 anos. Era um menino brilhante, formado na PUC em direito, com doutorado, que dava aula na Fundação Getúlio Vargas. Atraiu a atenção da equipe de Jânio Quadros e foi ser chefe da Assessoria Técnica Internacional do presidente. Entrou com aquela vitalidade de traçar uma política externa brasileira, mas especialmente a política externa nova, aquilo que iria ser criado, a política para o terceiro mundo. (José Maria Nunes Pereira)²¹

Ocupando a posição de chefe da Assessoria Técnica Internacional, Cândido Mendes ampliou ainda mais sua circulação, contatos e influências pelo mundo. Fez contatos com presidentes africanos no intuito de abrir novas embaixadas, cumprindo os desígnios de seu papel no governo, ampliar as relações com África.

Sua empreitada parece ter sido bem sucedida e Cândido Mendes parece ter sido bem recebido pelos líderes africanos. Nesse ponto, sua trajetória anterior à função desempenhada naquele momento no governo o ajudou significativamente a facilitar o estabelecimento dessas relações. Não por acaso foi ele o escolhido pelo presidente para ser enviado nesse tipo de tarefa, não qualquer um outro:

[...] Jânio abre uma embaixada em Gana e envia Candido Mendes para anunciar essa abertura. [...] Cândido Mendes, diante de N'Krumah, explica: "Senhor presidente, o meu presidente vai enviar para o senhor um embaixador negro." Quem seria o embaixador negro? Souza Dantas, jornalista, vocês conhecem. N'Krumah disse: "Ótimo, mas diga ao seu presidente para mandar Souza Dantes para a Suécia e venha o senhor para cá." [...] Cândido esconde o "venha você para cá" [...], mas o original, quando ele fala para estrangeiros [...] a frase original é "venha você para cá." Porque N'Krumah fica entusiasmado com aquele brasileiro falando três, quatro línguas, sabendo as coisas da África e porque ele era um pouco ligado a Julius Nyerere, presidente da Tanzânia. [...] Nyerere, porque era católico, era amizade do Vaticano. Então, Cândido tinha também essa fama nos pequenos círculos das independências africanas. (José Maria Nunes Pereira)

²¹ Entrevista concedida por José Maria Nunes Pereira a Amilcar Pereira e Verena Alberti entre 15 e 28 de dezembro de 2006 na cidade do Rio de Janeiro no âmbito do projeto: *Movimento Negro no Brasil* (CPDOC/FGV). In: ALBERTI, V.; PEREIRA, A. (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007. Todos os trechos identificados no corpo do texto como "José Maria Nunes Pereira" são referentes a essa entrevista.

Nesse período, Cândido Mendes dava cursos na PUC-Rio sobre África contemporânea e ali ele e José Maria Nunes Pereira se conheceram, em 1972 na ocasião de um curso de sociologia política africana ministrado por Cândido e para o qual Zé Maria se inscreveu como ouvinte.

Antes de aprofundar sobre como ocorreu o primeiro contato entre essas duas figuras, gostaria de fazer uma pequena digressão para facilitar a compreensão do significado desse encontro para o desencadeamento do que viria a se tornar o Afro-Asiático. Já apresentei um pouco sobre quem é Cândido Mendes e as relações que teve com os assuntos africanos. Vale a pena portanto, apresentar quem foi José Maria Nunes Pereira, largamente citado até aqui, mas ainda não devidamente apresentado.

José Maria Nunes Pereira, nascido em 1937, na cidade de São Luís do Maranhão, filho de um português e uma paraense também descendente de portugueses. Depois da separação dos pais, quando tinha seis anos de idade, Zé Maria foi morar com o pai tendo sido criado por uma mulher negra, mãe Lúcia, que o criou junto a seus próprios filhos, que Zé Maria considerava seus irmãos de criação. Crescer junto a essa família, e a convivência em um bairro negro de São Luís, onde moravam, trouxeram para ele um contato muito estreito com a cultura de origem africana que, devido sua sensibilidade e abertura para isso, parece ter sido decisivo para a trajetória de vida que construiu depois.

Desde muito jovem sempre ligado à África e africanidades. Ele diz: "Eu sempre fui um assimilado ao contrário, um sujeito africanizado desde muito cedo" (José Maria Nunes Pereira) Realizou seus estudos secundários e início do ensino superior em Portugal. Lá participou ativamente das articulações políticas anticoloniais, tendo chegado à diretoria Casa dos Estudantes do Império, na cidade do Porto.

Ali, por onde passaram e onde se reuniam vários dos que viriam a ser os revolucionários africanos que construíram a independência das colônias portuguesas na África, tais como Amílcar Cabral (Guiné Bissau), Agostinho Neto (Angola), Eduardo Mondlane (Moçambique) e outros tantos nomes importantes. Zé Maria se junta, estreitando laços, com os estudantes africanos e aprofundando mais seu processo pessoal de africanização.

Ao retornar ao Brasil, intimamente envolvido e engajado na luta anticolonial angolana, em 1962 ajuda na criação do Movimento Afro-Brasileiro Pró Libertação de Angola, o MABLA e passou a abrigar em sua própria casa o "*bureau* não oficial" (José Maria Nunes Pereira), um polo do Movimento Popular de Libertação de Angola, (MPLA), o que lhe gerou

enormes repercussões, envolvendo inclusive a intervenção da PIDE, polícia política de Portugal. Em decorrência disso Zé Maria foi preso diversas vezes, chegando a dividir cela com o emblemático militante de esquerda da Ação Libertadora Nacional (ALN), o baiano Carlos Marighella.

Pois bem, voltando ao encontro de Cândido Mende e José Maria Nunes Pereira, essas duas figuras com trajetórias especiais e uma vida de relações e contatos com a África e os africanos, exercendo papéis importantes no cenário internacional, cada um a seu modo. Os dois se aproximam ao longo do curso ocorrido na PUC e com o tempo, devido a necessidade de viagens frequentes de Cândido Mendes e a evidente habilidade nos temas africanos que Zé Maria apresentava, este passou a substituir Cândido em algumas aulas. Foi do contato e de conversas entre os dois que surgiu o Centro de Estudos Afro-Asiáticos. E como surgiu a ideia? Zé Maria relata:

Eu disse: "É bom, professor Cândido, porque eu tenho uma biblioteca em casa... " "O senhor tem uns livros em casa?" "É uma biblioteca, professor Cândido. Não chega a dois mil, mas tem um arquivo." Ele gritou para o assistente: "Vicente Barreto, vem aqui!! Vamos criar o Centro de Documentação Africana. Mas foi em 30 segundos, porque nem entramos na sala [...] Isso é importante para ver como as decisões de Cândido eram fulminantes. [...]"

Como foi a criação do Centro? [...]. Demorou uns três meses para ser criado, porque não havia sala. Me reunia em casas, ele pagava o meu salário, pagava a metade do salário da secretária e eu pagava a outra metade. Depois ele pagou três pesquisadores, metade, e eu a outra metade [...]. Era uma coisa assim de um amadorismo brilhante. Até Abril de 1973, o centro funcionou na minha casa. Em abril conseguimos três quartos de sala na Faculdade Cândido Mendes de Ipanema, [...] quatro estantes e oitocentos e poucos livros, trouxe os arquivos, uma máquina de escrever 32 Lettera e o ventilador. No depósito de móveis velhos da faculdade, consegui arrancar umas mesas. E assim foi criado. (José Maria Nunes Pereira)

A biblioteca, motivo de tudo

A biblioteca do Afro-Asiático é um dos elementos mais importantes para a história do Centro. Desde a fundação, como pudemos ver, o gatilho que entusiasmou Cândido Mendes a propor a criação de um centro de estudos foi justamente a informação de que Zé Maria possuía uma biblioteca sobre África. Essa biblioteca se fortalece ao longo dos anos, com novas aquisições feitas por Zé Maria, mas também feitas pela instituição Faculdades Cândido Mendes, que depois, nos anos 1990 viria a se tornar universidade.

Ao longo deste trabalho a importância de biblioteca irá aparecer em diferentes

momentos, visto que é uma espécie de pilar em torno do qual o Centro se desenvolve ao longo das décadas. No entanto, o que é fundamental a esse respeito é se ter a noção, mais do qualquer outra coisa, de que a função mais elementar desse acervo foi juntar e atrair pessoas para o Afro-Asiático. Como uma espécie de catalisador, funcionou muitas vezes como um motivo para conectar pessoas, que em contato desenvolveram ações e construíram a história do centro para muito além da simples consulta bibliográfica, que podia inclusive, em muitos momentos ficar em segundo plano, quando as relações interpessoais se sobrepunham àquilo que pode ter servido em alguns casos, em um primeiro momento, apenas como "isca" para o que é mais importante, aglutinar pessoas.

A fundação do Centro e aproximação de Zé Maria e Cândido Mendes, como comentei acima, teve a biblioteca como catalisador, os encontros de estudantes universitários negros e militantes negros para discutir textos sobre África nos chamados "Encontros aos Sábado" também tiveram a biblioteca como catalisador, a aproximação de pessoas como Marcelo Bittencourt, Roquinaldo Ferreira, Edson Borges, Rogério Schmidt e Francisco Novello, a "Equipe Clandestina", equipe essa que participou de momentos decisivos da história do Centro, como comentarei mais adiante, se dá motivada pela existência da biblioteca e do contato com José Maria Nunes Pereira.

Enfim, a existência desse acervo dá certa liga ao Centro, atraindo pessoas de diferentes lugares. Mas por que motivo ela era tão atrativa? Zé Maria aponta algumas pistas: "A nossa biblioteca era um dos maiores motivos dessas visitas, pois era praticamente a única existente no Rio de Janeiro, sobretudo em atualidade de assuntos africanos." (PEREIRA, J. 2008, p. 288)

Para se ter uma ideia um pouco melhor sobre esse aspecto, Marcelo Bittencourt comenta em sua entrevista sobre uma das formas de como essa biblioteca, no final dos anos 1980 se mantinha sempre atualizada e expandia seu acervo:

Então, como o Zé Maria comprava todos os livros que saíam no Brasil sobre África e volta e meia trazia da França e... Porque a referência dele era a França, muito mais do que os Estados Unidos, do que a Inglaterra, era a França.

E ele lia muito bem francês, então, os livros eram franceses ou portugueses. (Marcelo Bittencourt)²²

Sobre o alcance que teve essa biblioteca que se tornou grande referência, Beluce

²² Entrevista concedida a mim por Marcelo Bittencourt no dia 26 de setembro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana. Marcelo é professor de história da África na UFF e foi um dos idealizadores e professores do curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil oferecido pelo CEAA, além de atuar em outras áreas no Centro, como a área administrativa e de pesquisa em história da África.

Bellucci, ao comentar o contexto que o Afro-Asiático vivia nos anos 1990 ressalta:

[...] o Afro-Asiático tinha a melhor biblioteca de África do Brasil, até recentemente. Agora ela está desativada, mas ela esteve ativa e era sem dúvidas a melhor biblioteca sobre África e depois muito tempo sobre a questão afro-brasileira, a questão racial no Brasil. Era excelente, fruto do trabalho do Zé Maria, com a grande colaboração e incentivo do professor Cândido Mendes. [...] a biblioteca era muito utilizada, vinha gente de fora. Ingleses vinham aqui, espanhóis, africanos vários, vinham para estudar a África [...] na nossa biblioteca.
(Beluce Bellucci)²³



Figura 1- Provável foto da biblioteca original, anos 1970. Fonte: acervo pessoal de Luena Pereira.

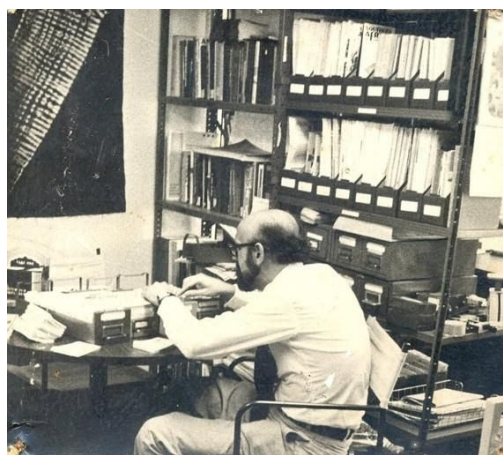


Figura 2- José Maria Nunes Pereira trabalhando em arquivos da biblioteca, provavelmente anos 1970. Fonte: acervo pessoal de Luena Pereira.

Os três excertos acima dão uma boa noção do que quero dizer quando argumento que a biblioteca exerceu papel de tanta notoriedade que trazia para si pessoas das mais diversas, desde estudantes de graduação a pesquisadores internacionais, sendo, portanto, uma das principais forças centrípetas que faziam o CEAA borbulhar de pessoas, ideias, encontros e atividades.

²³ Entrevista concedida a mim por Beluce Bellucci no dia 26 de setembro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo. Beluce Bellucci foi diretor do CEAA, um dos fundadores e professor do curso de pós-graduação *lato-sensu* em história da África e do negro no Brasil, especialista em Economia, com enfoque para economia moçambicana. Foi um dos grandes responsáveis pela transformação do CEAA em uma das principais, talvez a principal instituição gestora de bolsas internacionais de estudantes africanos no Brasil entre os anos 1990 e início dos anos 2000.

"Almoxarifado do movimento negro"

O Afro-Asiático estava instalado, pronto para funcionar, mas faltava definir a que e a quem ele serviria. Seria ele uma continuação em âmbito privado do IBEAA, que reuniria a elite intelectual carioca a fim de debater e produzir livros, realizar conferências e congressos sobre África se utilizando da preciosa biblioteca agora abrigada pelo Centro? E essa produção, para que e a quem serviria? A vocação do CEAA seria talvez seguir os passos do seu par paulistano, o CEA, estabelecendo contatos com africanos e realizando estudos focalizados estritamente em África, mas apenas das margens para dentro, deixando a questão da diáspora de fora?

Bem, aparentemente os objetivos pretendidos com a criação do Centro não estavam tão bem delineados já de início. Essa foi uma questão que se definiu aos poucos, de acordo com os acontecimentos decorridos. Não havia no Rio de Janeiro qualquer outro lugar que servisse como referência a quem tivesse interesse em estudar África, portanto, o Afro-Asiático se tornou a grande referência nesse sentido, desde a década de 1970.

Foi essa a primeira característica que começou a atrair interessados. Os primeiros a se aproximarem foram estudantes da UFF, que por indicação chegaram ao Afro-Asiático para consultar a biblioteca. Esse foi o pontapé inicial para as primeiras atividades do Centro junto ao público e como consequência, os primeiros passos também para o delineamento de a que finalidades o CEAA se prestaria.

Zé Maria narra também sua percepção de como isso ocorreu:

[...] voltemos a abril de 1974. Uma professora da UFF, Maria Berriel, estava fazendo, em suas aulas, uma pesquisa sobre um aspecto do racismo brasileiro, e não tinha livros suficientes na biblioteca da UFF. Então ela disse: "Olha, vocês vão ao Afro-Asiático, que lá tem uma boa biblioteca." E começaram a aparecer, eu sem me aperceber muito bem, aqueles dois, três, quatro negros. Ao mesmo tempo, a minha cunhada, que é nome histórico do movimento, Beatriz Nascimento, irmã de minha segunda mulher, Maria Isabel do Nascimento, havia publicado dois artigos na revista Vozes. Vendo aqueles alunos, eu disse: "Vem cá, vamos nos reunir aqui aos sábados. Tem aqui os textos de Beatriz e nós podíamos discutir..." E no primeiro sábado eu me lembro que foram umas 13 pessoas. Logo ao fim de cinco sábados eram 40, 50.

(José Maria Nunes Pereira)

Dessa maneira começaram a se desenvolver as primeiras atividades, os Diálogos aos Sábados, que reuniam bastante estudantes, professores e militantes negros do Rio de Janeiro

que tinham esse interesse comum em conhecer África e a questão racial no Brasil.

Os objetivos políticos do Afro-Asiático começam a se definir melhor a partir de então, quando Zé Mariam, diante daquela adesão da população negra ao espaço do Centro e o desenvolvimento dessas primeiras atividades:

Eu sempre achava que movimento negro era movimento negro. [...] "A função do Afro-Asiático - até a expressão que eu usava era esta - será ser um almoxarifado do movimento negro. Aqui eles terão todos os livros sobre África, todos os livros sobre negro no Brasil." O que quero dizer com isso? "Não vamos bancar órgão militante do movimento negro. Nós somos metade brancos e metade africanos, então não vamos fazer isso."
(José Maria Nunes Pereira)

Desse ponto em diante o Afro-Asiático passa a ser um lugar de produção de pesquisas, de leituras e de apoio ao movimento negro. Apoio que vem em pelo menos dois sentidos. O trabalho de conscientização do ponto de vista teórico sobre a questão racial no Brasil, com os Diálogos aos Sábados, e depois os cursos de extensão organizados pelo centro.

Falo em conscientização do ponto de vista teórico porque do ponto de vista empírico a população negra no Brasil sabe bem quais são os efeitos do racismo sobre si. No entanto, o trabalho realizado pelo Afro-Asiático foi importante porque ajudou a sistematizar racionalmente as estruturas sobre as quais o racismo opera e assim, ajudando a tornar mais apurada a consciência dessa população sobre a questão, contribuindo para que aquele espaço tenha se tornado, como diz Pelissier: "o enclave onde não poucos mitos e tabus da sociedade brasileira foram contestados" e contribuindo dessa forma para o fortalecimento da luta antirracista.

As atividades dos Diálogos aos Sábados funcionavam da seguinte maneira, havia um pequeno grupo responsável pela consulta de textos na biblioteca do Centro e preparação durante a semana do material a ser discutido no sábado. Esse grupo ganhou uma certa institucionalidade dentro do Afro-Asiático pela função que desempenhava ali, ganharam um certo respeito dentro da estrutura do Centro, sendo conhecidos como Grupo Afro-Brasileiro, formado por Carlos Alberto Medeiros, Paulo Roberto dos Santos²⁴, José Ricardo d'Almeida²⁵ e alguns outros que se tornaram figuras importantes para a luta antirracista no país.

Um outro sentido em que o Centro contribuiu como um lugar de apoio ao movimento negro foi a abertura de sua estrutura física não apenas para a realização dos cursos oferecidos e os Diálogos aos Sábados, mas para as reuniões de organização do movimento em si.

²⁴ Paulo Roberto dos Santos é professor e militante histórico do Movimento Negro.

²⁵ José Ricardo d'Almeida é mestre em Relações Etnorraciais pelo CEFET/RJ e trabalha temas relacionados a racismo nas representações televisivas e cultura de mídia.

Àquela época não havia ainda nenhuma organização ou instituição do movimento negro que dispusesse de um espaço físico, uma sede para realizar suas atividades e, nesse sentido, foi o Afro-Asiático que se prestou a essa função, de apoio não apenas no sentido formativo e intelectual, mas também da questão da disponibilização de sua estrutura física para as articulações do movimento naquele início da década de 1970.

Uma grande quantidade de pessoas que compunham o movimento negro no Brasil que estava se reestruturando naquele momento passou a frequentar o espaço do Afro-Asiático, situado em Ipanema, uma das regiões mais nobres da cidade, o que provocou certa desestabilização da ordem social racista estabelecida. Caracterizando aquilo que Homi Bhabha chama de “instabilidade produtiva de mudança cultural” (BHABHA, 1998).

Amauri Mendes Pereira, relata um pouco o que encontrou ao ter o primeiro contato com o Afro- Asiático, ainda em seu primeiro ano de funcionamento, 1973. Ao ser questionado sobre como tomou conhecimento da existência do Centro e de que maneira se deu o primeiro contato, Amauri explica:

Sempre a minha memória é o Denival me falando. E nós fomos lá. [...] nós tínhamos combinado de chegar um pouco mais tarde, eu cheguei um pouco mais cedo e quando eu fui entrando ali, era um sábado à tarde, foi um choque para mim. [...]

Porque estava assim, ainda dando as coordenadas [...] Maria Beatriz Nascimento. Ela estava falando com o grupo, um grupo de jovens. Eu não conhecia ninguém ali, [...] as pessoas que eu conhecia ainda não haviam chegado e eu fiquei impactado porque eu vi aquela mulher...

[...]. Para mim impactou, primeiro porque era uma mulher muito bonita falando [...] e a forma como ela falava, ela gesticulava.

A leveza com que ela olhou para mim, só faltou dizer para mim, "e aí cara, o que é que está havendo, está assustado?". [...]. Eu fiquei olhando aquilo e fui chegando [...]

Realmente muita força, muita serenidade, um poder muito, né... Uma pessoa iluminada. E aquilo me impactou. Eu nunca havia visto uma mulher negra falando com aquele desembaraço, aquela leveza, inteiramente daquele ambiente, com um nível de articulação das ideias, das palavras [...]. Então é primeiro contato.

(Amauri Mendes Pereira)

Além dos Diálogos aos Sábados havia também os cursos de extensão, que começaram a ser oferecidos já em 1973, quando o Centro é fundado e diferente dos Diálogos aos Sábados, têm um conteúdo programático mais bem definido. No arquivo pessoal de Luena Pereira, encontrei alguns documentos referentes a esses cursos, dentre eles, um que considero precioso pois é o programa do primeiro curso desse tipo oferecido pelo Centro. Nesse documento pode-se ter a dimensão de informações como corpo docente, carga horária, período de duração, quem era supostamente naquele momento a secretária do Afro-Asiático, responsável pelas inscrições, local de realização, regularidade e horário dos encontros e, o que

é mais importante, as escolhas curriculares.



Programa dos primeiros curso de extensão do CEEA, 1973.

Fonte: acervo pessoal de Luena Pereira.

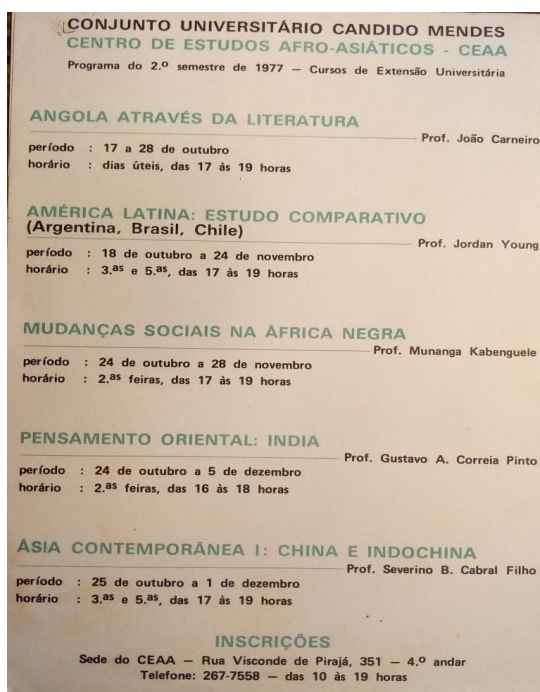
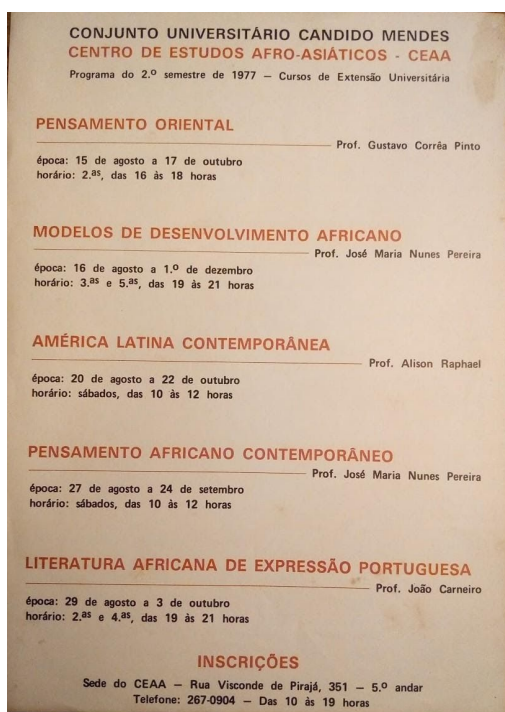
O documento acima mostra que apesar do enfoque de José Maria Nunes Pereira e de Cândido Mendes ser sobre o continente africano, os cursos de extensão oferecidos não se restringiam aos estudos de África, mas contemplavam a parte asiática que o CEEA carrega no próprio nome. O que é uma primeira pista sobre como os estudos sobre Ásia fizeram parte dessa instituição, na medida em que até aqui me ative a falar apenas sobre as relações com África e as questões afro-brasileiras, que afinal de contas é o foco deste trabalho. Ao longo da dissertação será possível perceber outros momentos em que Ásia se fez presente no currículo e nas atividades do Afro- Asiático.

Fica evidente também nesse documento, o quão reduzido era naquele momento o corpo docente a disposição, visto que dos três primeiros cursos oferecidos, dois eram ministrados por José Maria Nunes Pereira. Nesse primeiro momento e de certa forma, ao longo de mais de uma década de existência do Centro a dimensão do improvisado e organicidade, assim como a criatividade foram necessários para desenvolver as atividades do Centro com qualidade, mesmo diante de certa limitação de recursos. Esse é um ponto

importante na composição dessa história. Tal dimensão pode ser observada no relato de José Maria Nunes Pereira sobre como prepara a estrutura para receber os estudantes desse primeiro curso:

Em janeiro, quando ainda não tínhamos sala, fui ao Colégio Santa Rita, em Botafogo, um colégio de crianças, aluguei uma sala com aquelas cadeirinhas pequenas [...], e 30 alunos se inscreveram no primeiro curso de introdução à história da África.
(José Maria Nunes Pereira)

Encontrei também o programa dos cursos oferecidos alguns anos depois, no segundo semestre de 1977.



Programas dos cursos de extensão oferecidos no segundo semestre de 1977. Fonte: acervo pessoal de Luena Pereira.

No decorrer dos anos, uma quantidade maior e mais diversificada de cursos passou a ser oferecida, contemplando não apenas África e Ásia de modo geral e genérico, mas com recortes específicos voltadas para determinados países, como Angola e África de língua portuguesa no caso africano, China e Índia, no caso Asiático e, agora um elemento novo, a América Latina, trazendo questões sobre Argentina, Chile e Brasil. O corpo docente também aumentou e se diversificou, isso explica a diversificação dos temas e mudanças na composição do currículo dos cursos.

Outro dado relevante é a frequência de oferta desses cursos, que ao menos no caso do

segundo semestre de 1977, foram oferecidos dois conjuntos de cursos em um intervalo de tempo relativamente curto e sem espaço entre os dois. Isso mostra o quanto naquele momento as atividades do Centro estavam funcionando com toda força e o quanto a demanda era expressiva. O Afro-Asiático e suas atividades, como cursos e eventos eram amplamente divulgados na imprensa nacional em jornais e revistas como os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil* e outros, os quais não me foi possível identificar em alguns casos informações como nome, data ou ambos.

A imprensa internacional também se interessou pelo Centro, publicando notas e matérias em jornais e revistas falando sobre suas atividades ou publicando entrevistas e trechos de declarações de José Maria Nunes Pereira.



Figura 1: Jornal sem identificação publicado em 25 de novembro de 1978 sobre o curso de chinês do CEA.

Figura 2: Matéria publicada pelo jornal "O Globo" em 28 de março de 1976, na ocasião da passagem da missão da República de Guiné-Bissau pelo CEAA.

Figura 3: Entrevista sem data de José Maria Nunes Pereira, provavelmente em Lisboa, Portugal.

Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Agora, o questionamento mais óbvio que pode surgir diante do evidenciamento dessa ampla circulação de informações sobre as atividades do Afro-Asiático é: no Brasil onde vigorava o Ato Institucional número 5 (AI-5), o período de dez anos, entre 1968 e 1978 em que a ditadura civil militar exercia seu poder repressivo com o maior vigor de todos os tempos, que ficou conhecido como época da "linha dura", como uma instituição podia oferecer cursos sobre a China comunista, sobre revoluções africanas (muitas delas de ideologia socialista ou comunista), receber em sua casa revolucionários de uma revolução bem sucedida, como o caso da missão vinda de Guiné Bissau ao Rio de Janeiro?

Bem, esse questionamento tem uma resposta complexa. Apesar repressão política vivida no país naquela década da "linha dura" na década de 1970, a política externa brasileira se volta para o estreitamento de relações políticas e econômicas com a África, principalmente depois da Revolução dos Cravos (1974), que colocou fim à ditadura salazarista em Portugal, que representou o golpe de misericórdia para o desmantelamento do Império Português, o qual já estava fragilizado pelos longos anos de guerras de libertação em territórios como Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde.

O Brasil foi, por exemplo, um dos primeiros países a reconhecer a independência de Guiné Bissau, antes mesmo de Portugal e o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Esse interesse por estreitar relações com a África trouxe ao Afro-Asiático certa projeção, na medida em que produzia textos e prestava assessoria ao Itamaraty e às empresas que tinham interesses comerciais no continente, o que foi muito útil para o refinamento da percepção de quais seriam as melhores maneiras de executar essa política de aproximação.

Crescem as exportações para o continente, crescem as visitas de presidentes e representantes de governo entre Brasil e países africanos. Segundo José Maria Nunes Pereira, em sua dissertação de mestrado, no período de 1972 a 1977 o Brasil aumentou em mais de seis vezes suas exportações para o continente africano. No caso dos produtos manufaturados, como caminhões, carros blindados, aviões militares, frigoríficos e outros, as exportações cresceram de 42,86% em 1975 para 88, 6% em 1984, mais que o dobro de antes (PEREIRA, J. 1991, p. 98-99).

Portanto, aparentemente, o que se desenvolvia enquanto política interna e o que se desenvolvia enquanto política externa, nesse caso e nesse período, eram projetos bastante

distintos. Nesse mesmo sentido, as intenções dos governos militares do período em se aproximar do continente africano parecem ser bastante diferentes daquelas que tinha Jânio Quadros no início da década de 1960. Jânio declarava que a importância de o governo estreitar laços com África era por uma questão histórica de raízes culturais comuns e para além disso a necessidade de uma retratação histórica do Brasil para com o continente devido a séculos de exploração, assim como a necessidade de fortalecimento de uma política brasileira com posicionamento independente.

No que se refere à política desenvolvida no período da ditadura civil militar na década de 1970, as relações econômicas parecem ser o ponto forte desse interesse brasileiro. O que me leva a pensar isso é o tipo de atenção que foi dado para diferentes formas de ação do Brasil na África. Como salientado anteriormente, as relações econômicas se fortaleceram bastante. O continente africano passou, inclusive, da representação de menos 3% do comércio brasileiro com o exterior em 1972 à marca de 9% em 1981, triplicando. Já no sentido da cooperação para o desenvolvimento social, como é o caso da Educação, os esforços não foram na mesma proporção.

Em 1974 José Maria Nunes Pereira foi enviado a Guiné Bissau por Cândido Mendes, a pedido de representantes do governo federal e em nome do Afro-Asiático para iniciar um programa de cooperação técnico-educacional entre os dois países. Em 1975 outra viagem foi realizada resultando na elaboração em conjunto com o Ministro da Educação de Guiné, Mário Cabral, quatro projetos desse tipo.

Por abstinência do governo brasileiro, nenhum dos projetos foi levado a cabo, mesmo já tendo passado por alguns processos de aprovação dentro de instâncias do próprio governo. Em anos seguintes o CEAA se articulou para tentar dar continuidade aos projetos utilizando fundos advindos do PNUD, ficando na dependência apenas de que os recursos fossem solicitados via Itamaraty para serem liberados. A solicitação por parte do governo brasileiro nunca foi feita, apesar do interesse do Afro-Asiático em coordenar o processo e da manifesta demanda dos países africanos interessados (Ibid., p. 102-103).

Por outro lado, apesar da cooperação do Centro com o governo nas questões de política externa e essa cooperação ter sido não apenas bem recebida, mas demandado pelo governo, o trabalho de conscientização racial realizado, o estudo de processos revolucionários africanos e asiático, tudo isso caminhava em desacordo com a ordem estabelecida.

[...] estamos em 1973, naquele regulamento da linha dura, em que nem a PUC conseguia ter uma aula de história contemporânea com o teor que

tinham nossas conferências sobre desenvolvimento africano, modelo de desenvolvimento japonês, história da África, onde guerrilha era filme do dia [...]

(José Maria Nunes Pereira)

É importante levar em conta que a questão da harmonia, da democracia racial era uma ideia cara à ditadura. Se antes de 1964 o Brasil já vendia para si próprio e para o mundo a autoimagem de um país sem problemas raciais, da convivência democrática e harmônica entre as diferentes raças, principalmente entre negros e brancos, com a ditadura isso se agudiza.

Natália Neris das Silva Santos em sua dissertação de mestrado comenta que devido a essa preocupação foram criadas duas leis proibitivas que são emblemáticas no que diz respeito a essa questão. A primeira é Lei de Imprensa, de 09/02/1967 e logo em seguida a Lei de Segurança Nacional (LSN), de 11/03/1967.

A primeira expressa já em seu artigo primeiro: “não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou de classe”. A segunda lei, em seu artigo 33, item VI previa como crime a "incitação ao ódio e discriminação racial", tendo como agravante se tal ato fosse divulgado por qualquer meio, tais quais panfletos, jornais, rádio, televisão e afins. Ainda na mesma lei, em seu artigo 14, previa como crime a propaganda adversa que consistia em “divulgar por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou prestígio do Brasil” (SANTOS, N. 2015, p. 43).

Isso evidencia o quanto o regime esteve atento a qualquer movimentação política da população negra, utilizando-se do conhecido argumento do "racismo reverso", utilizado há bastante tempo por aqueles que se opõem às lutas antirracistas no país, negligenciando o racismo como um problema nacional. Argumento esse que diz serem as lutas antirracistas e as denúncias de racismo na sociedade brasileira um movimento segregacionista exercido pela própria população negra, de ódio aos brancos e que ao invés de tentar se integrar, quer privilégios, desestabilizando assim a pretensa harmonia social, atuando portanto contra os objetivos do Brasil.

Como o CEAA conseguiu realizar esse tipo de atividade e não ter presos ou censurados seus estudantes, professores e outros envolvidos? Me remetendo novamente ao trecho de Pelissie, é a isso que ele se refere quando fala em "Espaço privilegiado onde se pode exprimir livremente, ao abrigo do guarda-chuva de um reitor intocável". Cândido Mendes, o "reitor intocável" era, como mostrado anteriormente, uma figura de enorme influência junto ao governo e junto à igreja católica e o Vaticano, que exerce uma grande influência política

mundial.

Isso lhe conferia uma enorme proteção quase inviolável mesmo diante daquele cenário absolutamente hostil. No trecho a seguir José Maria fala dessa correlação de forças, citando a proximidade de Cândido e o general Golbery do Couto e Silva, que havia sido chefe da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional no governo de Jânio Quadros, quando Cândido Mendes foi chefe da Assessoria Técnica Internacional. Golbery²⁶ foi uma figura de muita influência no cenário político nacional, tendo sido dos homens de maior confiança e proximidade do general Ernesto Geisel, presidente da república entre 1974 e 1978.

[...] razão principal por que o Centro de Estudos Afro-Asiáticos fazia cursos de guerrilha em plena Ipanema, em 1974, e o II Exército não invadia.

Eram Cândido, a figura vital do Vaticano, e Golbery, os dois interlocutores. (José Maria Nunes Pereira)

Essa interlocução com Golbery talvez tenha sido o principal fator que permitiu que naquele espaço se reunissem grupos tão grandes de pessoas e se discutissem questões proibidas à época. Talvez por isso tenha sido o Afro-Asiático o lugar possível para ser o almoxarifado do movimento negro, que ali começa a se articular, ter ideias de como se organizar, dando origem logo depois a outras instituições.

"Sim, mas tem que criar entidades negras"

Retomando um pouco ao papel que o Centro teve para a rearticulação do movimento negro no Rio de Janeiro, vale dizer que as acaloradas discussões impulsionadas naquele espaço foram muito importantes para essa rearticulação e fortalecimento de um movimento social que se entende e se organiza na luta contra o racismo dessa maneira desde pelo menos a década de 1930. É claro que, em uma compreensão mais ampla de movimento negro, essa definição se amplia para um recorte temporal muito mais amplo, tal qual define o historiador Joel Rufino dos Santos:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais,

²⁶ Para maiores informações sobre Golbery, acessar conteúdo disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/silva-golberi-do-couto-e>>. Acesso em 06 de janeiro de 2020.

recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, J., 1985, p. 287).

No entanto, essa noção mais institucional de movimento negro nasce com a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931. Desde então outras organizações surgiram, como o emblemático Teatro Experimental do Negro (TEN)²⁸²⁷ que foi quem pela primeira vez ocupou o Teatro Municipal do Rio de Janeiro com pessoas negras tanto como artistas quanto como público, na ocasião da estréia do espetáculo *O Imperador Jones*, de Eugene O’Neill, em 1945.

Esse tipo de organização foi desautorizada com o decreto do AI-5 em 1968, quando foram proibidas quaisquer iniciativas de cunho político no país. No período várias organizações foram extintas e outras continuaram funcionando, mas na clandestinidade.

O Afro-Asiático foi central para a rearticulação desse movimento social no Rio de Janeiro. No entanto, logo aquelas pessoas que rapidamente se organizaram passaram a entender que o Afro-Asiático era um ponto importante de apoio para o movimento negro, mas era necessário criar novamente organizações negras autônomas. Carlos Alberto Medeiros, que fez parte do Afro-Asiático (foi membro do Grupo Afro-Brasileiro do CEEA, já citado), em entrevista relata como se deu esse processo:

Essas reuniões, então, eram lá no Afro-Asiático, e em 75, uma parte das pessoas que freqüentavam lá criou uma organização chamada Sinba, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Eu fiz parte dessa criação junto com Amauri [Mendes], Yedo [Ferreira] e outras pessoas. Foi na casa de alguém lá em Bonsucesso e tal. E depois criamos o IPCN. Havia algumas linhas de divergência, mas eu nunca cheguei a sair da Sinba, eu não era anti-Sinba. Mas criamos o IPCN, que aí foi o pessoal do Afro-Asiático junto com artistas. (Carlos Alberto Medeiros)

Amauri Mendes Pereira, fala sobre como surge a ideia de se criarem novas instituições. Essa ideia, como ele próprio relata, teve iniciativa de Yedo Ferreira:

Todo mundo era parte do Afro-Asiático, em dado momento o Yedo diz: "não, é preciso, nós temos que ter nosso lugar de reunião, nossa sede, nosso espaço. Com independência, com autonomia". "Pô, mas o Afro-Asiático nos acolhe a todos, aqui é bom", "sim, mas tem que criar entidades negras". "Poxa, mas é difícil, aqui tem brancos, como vai ser?..", "não não, tem que ser entidades negras!".

O Yedo e o grupo da Sinba eram vistos como mais radicais para fazer isso e foi feito assim.

(Amauri Mendes Pereira)

²⁷ O Teatro Experimental do Negro foi um importante grupo de teatro e de promoção de educação básica para negros fundado na década de 1940 por Abdias Nascimento. As ideias defendidas pelo grupo foram difundidas por alguns anos pelo jornal *Quilombo* (1948-1950).

Não houve rompimento do movimento negro com o Afro-Asiático, muito pelo contrário, essa parceria se mantém ao longo de toda a trajetória do Centro. Apesar disso, havia necessidades próprias que precisavam ser atendidas e isso ampliou ainda mais a atuação desse movimento social, já que a partir desse período as ações de militância antirracista institucionalizadas começam a partir não apenas de uma concentração no Afro-Asiático, mas se difundem por diferentes polos e claro, diferentes maneiras de encarar a militância também.

Capítulo II - Um polo de circulação de cultura negra e antirracista no Atlântico negro sul: preparando o terreno para a pós-graduação

O CEAA enquanto lugar de circulação de referenciais de cultura negra e antirracista

Neste segundo capítulo pretendo apresentar de maneira geral o que veio a ser o Afro-Asiático na década de 1980 até meados da década de 1990, mais especificamente o ano de 1996, quando é realizado o primeiro curso de pós-graduação em história da África de do negro no Brasil.

Pretendo apresentar alguns aspectos de como criam-se as bases para a construção do curso. Qual o contexto de surgimento, os caminhos pelos quais o Centro se desenvolve a ponto de reunir condições favoráveis à emergência dessa iniciativa genuína e marcante para a história do campo e para a história da educação no Brasil.

Minha intenção é tentar responder, ou ao menos apresentar uma proposta interpretativa de que especificidades reunia o CEAA para que ele tenha sido pioneiro na fundação de um curso desse tipo, visto que não era a única instituição no Brasil a desenvolver um trabalho voltado para os estudos africanos e afro-brasileiros.

Meu argumento caminha no sentido de tentar explicar o que foi o CEAA e sua importância para os estudos africanos e afro-brasileiros, mas não apenas, é também analisá-lo do ponto de vista de sua importância para a construção da luta contra o racismo no Brasil e no mundo. É o argumento de que o Afro-Asiático é por excelência um lugar de circulação de referenciais de cultura de luta antirracista ²⁸ no Atlântico negro sul.

Faço referência aqui ao livro de Paul Gilroy, *O Atlântico Negro* (2001), que inclusive, vale salientar, teve sua versão brasileira publicada pelo próprio CEAA, sob coordenação de Márcia Lima ²⁹ e com apoio da Fundação Ford ³⁰. Essa realização do CEAA é um dos muitos passos importantes que o Centro deu em sua longa caminhada para o fortalecimento dos estudos no Brasil sobre África e diáspora negra.

Pois bem, como já comentei na introdução a este trabalho, a minha proposta é de que

²⁸ Explico a ideia de cultura de luta antirracista no final do capítulo 2.

²⁹ Márcia Lima é professora do departamento de Sociologia da USP. Seu tema de pesquisa são as relações raciais e desigualdades raciais, com enfoque para as relações de gênero e raça, mercado de trabalho, educação e políticas de ação afirmativa.

³⁰ A Ford Foundation (Fundação Ford) é uma instituição estadunidense criada em 1936 pelos donos da Ford Motors Company com o objetivo de reduzir a pobreza, fortalecer os valores democráticos e promover a cooperação internacional.

assim como Gilroy aponta a existência de uma cultura negra que se desenvolve na circulação de pessoas e referenciais culturais no Atlântico, mas com enfoque para as relações estabelecidas principalmente entre a América do Norte, o Caribe, a África e a Europa; compreendo que essa relação também se dá na parte sul do Atlântico, entre África e América do Sul (com enfoque para o Brasil neste estudo), com certa participação da Europa também. Na tentativa de demonstrar como se dá esse processo, apresentarei algumas políticas, ações e realizações do Afro-Asiático que evidenciam meu argumento.

José Maria Nunes Pereira é evidentemente uma figura central para o estabelecimento dessa circulação de referenciais. Sua trajetória de vida, os caminhos que percorreu, assim como os contatos e amizades que estabeleceu, são um dos pontos de sustentação da dinâmica que se cria naquele espaço.

Podemos compreender como um primeiro movimento no sentido da ativação e dinamização dessa rede sul atlântica a viagem realizada em 1974 por Zé Maria ao continente africano, com o apoio de Cândido Mendes. Em declaração feita a esse respeito na ocasião do exame de qualificação do projeto que deu origem a este trabalho, exame do qual foi componente da banca, Monica Lima relembra alguns aspectos bastante interessantes dessa história:

Não esqueço que o Zé Maria reiterava [...] em cada momento como foi logo depois das independências dos países africanos de língua oficial portuguesa (os PALOPs) que, ele por conhecer pessoalmente algumas lideranças que se tornaram até presidentes ou com altos cargos no governo no pós- independência, o Cândido Mendes chamou ele [José Maria] no canto, encheu o bolso dele de dólares, desse jeito mesmo ele contava, porque não havia um sistema bancário funcional nos países africanos que ele pudesse utilizar. Enfiou um monte de dólares nos bolsos dele, colocou ele em um avião, para ir visitar os novos chefes de Estado africanos, estabelecer relações aproximando-se do CEEA.³¹

Não posso deixar de notar a dimensão das contingências e o quanto isso é expressivo na narrativa de Monica a respeito desse episódio. O calor do momento em que os fatos acontecem e as decisões que precisam ser analiticamente pensadas para ações rápidas e efetivas como essa, que podem fazer total diferença nos rumos que as trajetórias vão assumindo e como vão se definindo. A viagem de Zé Maria, dessa maneira, quase

³¹ Declaração dada por Monica Lima na ocasião da qualificação do projeto de dissertação que deu origem a este trabalho, realizada em 07 de junho de 2019 na Faculdade de Educação da UFRJ, bairro da Urca, Rio de Janeiro. Todos os trechos extraídos de falas contidas nessa reunião foram utilizados neste trabalho sob autorização expressa de Monica Lima via e-mail.

improvisada, foi o início da reativação de antigas redes e criação de novas, que foram pilar estruturante daquilo que o CEAA veio a desenvolver ao longo das décadas seguintes. Vale lembrar que esses contatos que Zé Maria pretendeu reativar com essa viagem, são boa parte deles possivelmente antigas amizades da época da Casa dos Estudantes do Império, dos tempo de luta anticolonial dos anos 1960.



O historiador Joseph Ki-Zerbo (Burkina Faso) e José Maria Nunes Pereira, 1978, CEAA.
Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Esse é início do estabelecimento de uma rede de circulações no CEAA, o qual, segundo Marcelo Bittencourt, tem dois pilares estruturantes:

Então o Afro-Asiático tinha esses dois pilares. A África, muito em função do Zé Maria, dos contatos que ele manteve, o Zé Maria tinha sido preso aqui no Rio de Janeiro em 1964, depois do golpe, porque ele militava em uma célula clandestina, dava apoio a uma célula clandestina do MPLA aqui no Rio de Janeiro. Ele guardou essas alianças e quando chega o momento das independências é claro que elas foram reativadas e o Afro-Asiático retomou esse papel. Então tinha esse papel de contatos com a África, sobretudo de língua portuguesa, em especial Angola e Guiné-Bissau, que era onde o Zé Maria tinha mais circulação. E esse pilar também de apoio. Mais do que apoio, era um local de vivência das lideranças do movimento negro aqui no Rio de Janeiro, onde se sentiam acolhidos, onde se discutiam coisas relativas ao movimento negro mas também onde se discutia África.
(Marcelo Bittencourt)

A presença desse movimento social era constante e expressiva. A ideia de o Afro-Asiático servir como um "almoxarifado do Movimento Negro" (José Maria Nunes

Pereira) funcionou bem e não apenas serviu como uma base de apoio de infraestrutura, mas conforme já mencionado, serviu também como uma base de formação a partir do contato com referenciais de cultura de luta antirracista. É evidente que essa formação não é em um único sentido, já que estou construindo aqui o argumento de que o que se forma ali é uma rede em que todos se influenciam mutuamente.

Usarei a seguir três exemplos que mostram de maneiras diferentes e por diferentes perspectivas um pouco de como esses referenciais circulavam naquele espaço, em diferentes momentos. O primeiro exemplo é o caso da participação de Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira no processo de fundação e consolidação do MNU. Nesse caso trata-se da aplicação direta de uma referência africana para a realidade da luta antirracista no Brasil. É o caso da proposta de estatuto apresentada pelos dois aos membros da organização do MNU:

A gente tem o livro "História do Moçambique" que tem a Carta de Princípios, é uma carta de 20 pontos, da FRELIMO, então é uma coisa revolucionária. Imagina, nós levamos essa carta de 20 pontos, evidentemente adequando, né? Levamos essa carta de 20 pontos para poder ser o estatuto do MNU, estatuto revolucionário.

Poxa, um pessoal mais revolucionário que nós trouxe um estatuto com cinquenta e tantos pontos. Um estatuto inteiramente burocrático, convencional.

E aí, nesse embate na assembleia nacional do MNU eles ganharam. Gente... Mas não podíamos dizer na época, Yedo e eu, "olha, isso aqui é uma carta de um partido revolucionário que fez a revolução em Moçambique". [...] Porque a gente tinha copiado a Carta do... Copiado, entre aspas, mudando verbos, mudando coisas, mas copiado a Carta de Moçambique e isso era uma coisa que ninguém fazia, ninguém conhecia, ninguém sabia.

(Amauri Mendes Pereira)

Esse episódio, que chega até a ter certo aspecto cômico dado o decorrer criativo da história, ajuda a perceber o quanto o material da biblioteca do Afro-Asiático, onde consultaram o referido livro, serviu não apenas como formação intelectual, mas teve em casos como esse, uma aplicabilidade política direta.

Ao falar do aspecto criativo da história me refiro à inteligência que esses dois personagens tiveram em extrair um modelo pronto e funcional de uma experiência que eles reconheciam como legítima, a revolução moçambicana, e aplicá-lo a um problema da sua própria realidade que até então não tinha solução. Ou seja, a cópia quase literal nesse caso não representa nenhum demérito. Pelo contrário, é o reconhecimento da existência de uma solução pronta vinda de outro lugar e realidade, mas que poderia servir a um problema de sua própria realidade, a qual compartilhava muitas similaridades.

O segundo caso tem um aspecto diferente. Esse trata de uma estratégia de absorção de referências da África e da diáspora como inspiração para a criação de novas estratégias de luta no contexto brasileiro. É o caso que conta Carlos Alberto Medeiros ao relatar a experiência dos Encontro aos Sábados no Afro-Asiático e tratar de alguns aspectos do processo que inspirou e levou à criação da Sinba e do IPCN:

Então, tínhamos muita inspiração tanto na luta na África, quanto na luta nos Estados Unidos: como é que a gente traduziria aquilo [...]. Quer dizer: em nenhum momento se imaginou que se pudesse copiar as formas de luta nos Estados Unidos, muito menos na África [...]. Mas eram referências. Por exemplo: a valorização da história africana, que era uma coisa que valia lá, valia na África, nos Estados Unidos, também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a coisa da história afro-brasileira: adaptar essa ideia e trazer isso para cá. Isso era absolutamente válido e necessário. [...] Certas formas de luta, certas coisas específicas podiam ser trocadas. Inclusive num movimento, que acabou sendo e como é agora – não uma coisa de mão única, mas algo de mão-dupla: eles [estadunidenses] têm vindo muito para cá [...]. É contato, é troca. E isso a gente começou a fazer naquela época e estava claro para a gente. [...] Então, de certa forma, o embrião de tudo que tem acontecido depois.³²
(Carlos Alberto Medeiros)

O terceiro e último caso que corrobora para esta introdução ao CEAA, compreendido como um espaço de referenciais de cultura de luta antirracista no Atlântico negro sul, é outro trecho da entrevista com Amauri Mendes Pereira em que pode-se perceber como a cultura brasileira e suas categorias raciais podem influenciar e de fato influenciaram a África a partir de contatos e conversas estabelecidos naquele ambiente:

Então, o diálogo era legal, era conversa de sentar e ficar horas conversando. Não havia assim, uma sala, um gabinete, não havia. Então, [...] Victor Vockerodt, era um sul-africano, *colored*. Para nós aqui não havia distância, eu negro de pele mais clara, ele também, mais ou menos da minha cor, mas o Victor a experiência dele era inteiramente diferente, que ele era... Ele não era negro na África do Sul [...]. Então ele não era negro, ele era um *colored*. Mas aqui ele viu que era negro, ele tinha que ser negro ou se assumir como negro. Essas conversas se alongavam [...]
(Amauri Mendes Pereira)

É importante notar o quanto esse relato é um reforço do que diz Carlos Alberto Medeiros sobre esse fluxo de circulação cultural ser "algo de mão dupla", entre trocas e compartilhamentos. No caso relatado por Medeiros, não é a África ou os EUA que são como

³² Entrevista concedida por Carlos Alberto Medeiros a Amílcar Pereira e Verena Alberti em 21 de abril de 2004, na cidade do Rio de Janeiro no âmbito do projeto *Movimento Negro no Brasil* (CPDOC/ FGV). In: ALBERTI, V.; PEREIRA, A. 2007. Todos os trechos identificados no corpo do texto como "Carlos Alberto Medeiros" são referentes a essa entrevista.

fontes de saberes e exemplos para o Brasil, mas sim as diferentes pessoas e experiências se influenciando mutuamente. Eu diria portanto que as experiências ali desenvolvidas são para além de algo de mão dupla, mas trata-se do estabelecimento de vias múltiplas que se entrecruzam constantemente.

Amauri Mendes Pereira, no segundo trecho, fala de uma situação corriqueira. Não são congressos acadêmicos, aulas ou reuniões formais. Trata-se do potencial do convívio, do dia-a-dia que ao colocar em contato pessoas com experiências distintas, com compreensões de si e do mundo fundadas em bases diferentes, tem a tendência de fazer emergirem novas ideias e compreensões, sempre híbridas. Nem Victor nem Amauri saíram dessas conversas ilesos, da mesma maneira que entraram, ambos passam a ter um pouco de si e um pouco do outro ao sair de conversas como aquela. Esse é apenas um dos casos dos muitos que aquele espaço aglutinador proporcionou.

Os três casos citados nos dão, portanto, uma boa introdução de como os referenciais de cultura negra e de luta antirracista circularam historicamente pelo CEAA, influenciando pessoas e processos, colaborando para a fortalecimento de iniciativas já em andamento, como é o caso do processo de consolidação do MNU, assim como para o surgimento de novas iniciativas, como foram os primeiros passos para o surgimento do IPCN e da Sinba. Além das influências em nível pessoal, evidentemente, que ficam expressas no relato de Amauri Mendes Pereira sobre conversas com o sul africano Victor Vockerodt.

Primeiros projetos: Fundação Ford, Finep ³³

Em 1979 chega para compor o corpo de pesquisadores do CEAA, Jacques D'Adesky³⁴. Depois de uma pesquisa realizada no país em 1978, trabalhando sobre as relações econômicas entre Brasil e África, ocasião em que ele e Zé Maria se conheceram, Jacques vem no ano seguinte da República Centro-Africana e se estabelece no Brasil.

A convite de Zé Maria, Jacques D'Adesky passa a integrar a equipe de pesquisadores do Centro, trazendo importantes contribuições. Nascido em Ruanda e criado na Bélgica, o

³³ A Financiadora Estudos de Projetos e Programas (Finep) é uma empresa pública brasileira dedicada ao financiamento de projetos que visem o desenvolvimento econômico e social do Brasil, seja no âmbito público ou privado.

³⁴ Jacques D'Adesky é nascido em Ruanda, mas criado e com estudos básicos e superiores realizados na Bélgica, na universidade católica de Louvain, com formação em Economia. É doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Jacques foi membro do CEAA desde o final da década de 1970, tendo sido importante pesquisador e articulador das relações entre Brasil e África na década de 1980, além de professor do curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil do CEAA.

Economista vinha de uma experiência de trabalho com criação e gestão de projetos pelo PNUD, da Organização das Nações Unidas na República Centro-Africana. Essa experiência como gestor lhe conferiu uma capacidade de gestão e visão administrativa que foi bastante útil para o desenvolvimento do CEAA.

A partir dos anos 1980, graças à sua atuação ao Afro-Asiático, há a chegada dos primeiros financiamentos externos aos recursos da instituição que o abrigava, as Faculdades Cândido Mendes. Esses financiamentos vêm da Fundação Ford e do Finep. Jacques D'Adesky narra como foram os primeiros passos no sentido da percepção da necessidade e em seguida o estabelecimento de vínculos com essas duas instituições:

Já observando que no Brasil naquela época não se falava no âmbito acadêmico sobre África, eu considerei que havia um grande potencial de crescimento. O que eu propus ao Zé Maria? É de produzir projetos, fomentar projetos para conseguirmos dinheiro para ampliar nossa equipe e para abrir caminhos para outras pesquisas. Isso que eu fiz. Eu fiz vários projetos, Fundação Ford, Finep. A Finep me proporcionou de viajar pela África, em vários países africanos, tendo o objetivo de levantar a potencialidade das relações... As potencialidades para implementar mais as relações entre Brasil e África. ³⁵ (Jacques D'Adesky)

Os dois projetos citados tiveram objetivos diferentes. O realizado pela Finep visava o aprofundamento dos estudos sobre as relações Brasil-África, estudos esses que D'Adesky já vinha realizando desde sua primeira vinda ao Brasil, em 1978. Por esse projeto o objetivo foi estudar no Brasil e em vários países africanos, maneiras de como aprofundar as relações econômicas entre o Brasil e alguns países do continente africano.



Seminário no CEAA com Ministro das Relações Exteriores do Senegal, Moustapha Niassé, e dirigente da Fundação Léopold S. Senghor, em 1979. Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

³⁵ Entrevista concedida a mim por Jacques D'Adesky em 27 de setembro de 2019 no bairro da Lapa, Rio de Janeiro.

No que diz respeito ao projeto financiado pela Fundação Ford, e esse me parece ter uma relevância direta para o desenvolvimento do CEAA, Jacques fala sobre as consequências trazidas pelo seu desenvolvimento:

[...] o projeto da Fundação Ford abriu o espaço para as questões afro-brasileiras. [...] a primeira dotação que conseguimos obter da Fundação Ford tinha essas duas vertentes. Uma vertente africana, onde eu constava e o Zé Maria também, e uma vertente afro-brasileira que possibilitou contratar figuras ilustres das lideranças negras. [...]. Então, [...] contratamos pessoas que até hoje são reconhecidas, do ponto de vista nacional, como pessoas-chave sobre o levantamento dessa questão, como o professor Joel Rufino dos Santos, historiador. [...] Também Helena Theodoro, que trabalha sobre a questão religiosa. [...] Paulo Roberto dos Santos, um grande estrategista do Movimento Negro, professor de literatura, se eu não me engano. [...] Bom, enfim, uma equipe seleta. [...] em uma conotação mais de militância, isso é importante você entender. Porque não havia docentes negros na época, inseridos na universidade, não havia, isso não existia. E levantando essas questões não existia mesmo, cara.

(Jacques D'Adesky)

Esse primeiro projeto financiado pela Fundação Ford, pois o Centro teria outros projetos importantes financiados por essa instituição ao longo de sua história, trouxe algumas contribuições significativas. O crescimento do corpo de pesquisadores e não só, o crescimento do número de pesquisadores negros brasileiros no Centro, tratando de temas afro-brasileiros, pois até então os pesquisadores que havia eram estrangeiros em sua maioria e com enfoque de pesquisa sobre as questões africanas.

D'Adesky ressalta que essa parcela de pesquisadores negros recém-contratados tinham uma conotação muito mais de militância do que de pesquisa naquele momento, mas que se tornariam grandes referências no estudo dessa questão futuramente. Isso é uma realidade. No entanto, vale lembrar que ao menos dois dos personagens por ele citados tinham já naquele momento uma trajetória intelectual de caráter acadêmico em andamento ou já consolidada. Helena Theodoro àquela altura já possuía duas graduações, uma em Ciências Jurídicas e outra em Pedagogia além de um mestrado em Educação, com título obtido em 1978³⁶. Joel Rufino dos Santos então, já tinha carreira consolidada como intelectual. Quando foi preso por motivos de sua atuação política como integrante da ALN de Carlos Marighella, em 1972, já trabalhava como pesquisador assistente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e com a anistia, em 1979 é reincorporado ao mundo acadêmico, tornando-se professor da Escola de Comunicação e da Faculdade de letras da UFRJ.³⁷

³⁶ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2514918329442109>>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

³⁷ Essas informações foram extraídas da entrevista concedida por Joel Rufino dos Santos a Amauri Mendes

Contudo, apesar dessa inserção acadêmica desde antes da entrada no CEAA, é de fato somente depois do contato com o Centro que, a partir da década de 1980 esses dois personagens passam a trabalhar sobre a questão racial propriamente dita. Fora desse time de pesquisadores do Afro-Asiático, não posso deixar de comentar também a atuação de Lélia Gonzalez, antropóloga e militante do Movimento Negro que desde 1978 era professora da PUC-Rio e já trabalhava com a questão racial no Brasil (BARTHOLOMEU, 2019).

Porém, é evidente a escassez de acadêmicos negros no Brasil na década de 1980, da qual fala D'Adesky, e por isso, a presença desses que entraram no Afro-Asiático marca o início de um movimento de representação da população negra nesse tipo de espaço, ainda que em uma quantidade modesta. Portanto, a instalação de D'Adesky no Brasil e sua atuação no Centro são, como é possível observar em sua narrativa, um impulso de renovação e ampliação que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do Centro.



1- Lélia Gonzalez, 2- José Maria Nunes Pereira.

Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Pereira, Amilcar Araujo Pereira e Verena Alberti na data de 11 de julho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro.
In: ALBERTI, V.; PEREIRA, A. 2007.

Os encontros e congressos da década de 1980

Ao longo da década de 1980 foram desenvolvidos vários congressos, seminários e encontros que trouxeram uma visibilidade grande para o Afro-Asiático. Se na década de 1970 já havia se tornado uma referência para a militância negra e público universitário, negro e não negro que tinha interesse nos temas tratados ali, na década seguinte o Centro vai se popularizando cada vez mais como uma referência nesses assuntos devido aos eventos e projetos que se realizam.



Em ordem do fundo para a frente: 1- Manuel Faustino, 2- Michael Turner, 3- José Maria Nunes Pereira, 4- Jacques D'Adesky, 5- Sarita Albagli, 6- Ricardo Joppert, 7- Judite Rosário, 9- Ana Senna, 10- Maria Helena Barbosa, 11- Nair Monteiro, 12- Continuo Mário. Por volta de 1984, provavelmente no CEAA.
Fonte: Arquivo pessoal de Luena Pereira.

Apresentarei rapidamente alguns dos eventos mais marcantes desse processo que impulsionou enormemente o encontro de pessoas de diferentes origens e diferentes realidades e sua circulação pelo Centro, pessoas essas que passaram a ser levadas àqueles espaços, movidas por temas comuns: estudos sobre África, militância antirracista, temas afro-brasileiros/ afro-diaspóricos e relações Brasil-África.

José Maria Nunes Pereira informa em um de seus artigos que esse período trouxe ao Afro- Asiático o contato com pessoas de mais de duas dezenas de países africanos, assim como com pessoas de outros países latino americanos, além do contato com diplomatas e especialistas em política externa brasileira.

Os contatos construídos nesses encontros proporcionaram ao CEAA a inserção no campo dos estudos das relações internacionais, passando a partir dessa década a integrar o

Grupo de Relações e Política Externa da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Outro aspecto bastante relevante para a compreensão do significado desses encontros é que a partir deles, os pesquisadores do Departamento Afro-Brasileiro do CEAA, assim como os militantes do movimento negro carioca que orbitavam o Centro passam a ganhar autonomia no sentido da formação de redes nacionais e internacionais. Se até então essas redes eram fornecidas e intermediadas pelo CEAA, a partir de então elas também passam a ser construídas por via direta, sem a necessária mediação do Centro. Evidentemente não se trata de uma substituição de modos como as redes se formam e crescem, mas processos que passam a existir em paralelo.

Alguns dos encontros desse período são o Racismo e Apartheid na África Austral, realizado em 1980. No ano seguinte, foi realizado o Seminário Internacional Brasil-África, que teve como principais vetores as perspectivas latino-americanas e africanas no Diálogo Sul-Sul. Em seguida o I Colóquio da Afro-Latinidade, que teve um caráter bastante semelhante, mas agora com um certo aprofundamento maior do que foi tratado no Seminário Internacional Brasil-África de 1981. (PEREIRA, J., 2008, p. 293).

Em 1982 acontece o Encontro Nacional Afro-Brasileiro. Esse encontro é interessante porque pela primeira vez articula iniciativas do Movimento Negro que estavam espalhadas pelo Brasil e que muitas vezes não sabiam o que e como o Movimento Negro em outras regiões estava se organizando. Ou seja, é um ponto importante de construção da ideia de um Movimento Negro de caráter realmente nacional, já que até então as articulações vinham acontecendo bastante em nível local, de cada cidade ou estado, chegando até a articulações interestaduais com estados da mesma região do país. Tudo devido a questões ligadas a dificuldades de recursos e distância, além de que as instituições naquele momento, quando estavam ainda em processo de estruturação, praticamente não conseguiam se articular para produzir jornais e outros impressos que pudessem ganhar circulação tão ampla e fazer conhecer as atividades de umas e de outras tão facilmente, dependendo da distância.

Amauri Mendes Pereira relata suas percepções de como se deu esse encontro:

[...] O Zé Maria consulta, em conversas ele diz "dá para fazer" e conseguiu-se trazer. É evidente que vinha todo mundo de ônibus. Do Maranhão, nesse evento, se eu estou bem lembrado veio [...] Zélia amador de Deus, Nilma Bentes, que tinham criado o CEDENPA no Pará. [...] Se faz um grande seminário afro-brasileiro, uma coisa assim, que foi realmente o momento onde essa militância negra que estava, ao seu jeito, cada um com características diferentes, construindo o que depois a gente viria a chamar de Movimento Negro. Em diferentes estados [...]. No Nordeste, no Centro-Oeste. Houve essa convergência chamada pelo Centro de Estudos Afro-Asiático. (Amauri Mendes Pereira)



Cartaz de divulgação do Encontro Nacional Afro-Brasileiro, 1982. Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Interessante é que, apesar de o evento ter sido uma realização do Afro-Asiático, conforme citei anteriormente, nessa fase a militância negra ligada ao Centro começa a estabelecer suas redes para além dele, construindo maior autonomia de articulação, sem deixar de participar e estar como parceira do Afro-Asiático, mas desenvolvendo nesse sentido, experiências que o extrapolam:

Evidente que o centro realmente, o evento grandioso, as articulações, as conversas, as mesas de debates são no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, mas em paralelo, todas as noites nós fizemos encontros no IPCN. Então era um outro encontro, ali tinham só negros, não tinha plateia, era só a articulação do pessoal.

(Amauri Mendes Pereira)

Isso é uma evidência, em certo sentido, de que havia de fato uma distinção entre o que era CEAA e o que era militância negra, apesar de em muitos momentos caminharem juntos e de maneira muito imbricada. No entanto, aparentemente o CEAA estava cumprindo a função para a qual foi pensado. Não ser uma instituição do movimento negro mas sim uma base de apoio para seus protagonista.

Período Hasenbalg: 1986-1996

A história desse Centro tem algumas fases e, na transição de cada uma delas, pontos de virada. Assim como a chegada de D'Adesky representou o início de uma nova fase, a chegada de Carlos Hasenbalg representou o início da fase seguinte, mas que representa mudanças ainda mais profundas. Carlos Hasenbalg foi um sociólogo argentino, doutor pela Universidade de Berkeley e especialista em relações raciais no Brasil.

Hasenbalg não foi apenas um especialista no tema, mas talvez o maior estudioso sobre essa questão existente desde os anos 1970 até a segunda década dos anos 2000, quando faleceu em 2014, tendo contribuído de maneira absolutamente fundamental para o desenvolvimento desse campo de estudos. Hasenbalg ingressou no CEAA em 1986 para assumir a função de diretor do Centro, função até então exercida por José Maria Nunes Pereira. A partir de sua chegada, mudanças profundas passaram a acontecer e a "cara" do Afro-Asiático passa a se modificar. Hasenbalg representa a consolidação do processo de profissionalização do Centro como um espaço de produção acadêmica de referência e o início da transformação do CEAA em uma instituição gestora de bolsas de intercâmbios de estudantes africanos no Brasil.

O primeiro aspecto, que tem a ver com a consolidação da profissionalização acadêmica do Centro tem duas vertentes. A primeira delas é o enfoque na formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado de estudantes negros do Rio de Janeiro, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da UCAM, no qual era professor.

O objetivo de Hasenbalg nesse ponto era formar uma intelectualidade negra capaz de produzir pesquisas no campo das relações raciais no Brasil. Como comentei anteriormente, já havia, inclusive no próprio Centro, alguns intelectuais desenvolvendo pesquisas nesse sentido. Contudo, eram ainda pouquíssimos, por isso a necessidade da ação de Hasenbalg de criar um contingente expressivo de pesquisadores negros sobre a temática.

Essa fase também é marcada pela ampliação dos projetos de financiamento, com

recursos advindos de instituições como a Fundação Ford, Mellon³⁸ e Mac Arthur³⁹ e UNESCO, tal qual agências financiadoras nacionais como o CNPQ⁴⁰, CAPES⁴¹ E Finep. O projeto de formação de pesquisadores negros é um desses, financiado pela Fundação Ford, o primeiro da fase de CEAA sob direção de Hasenbalg.

A outra vertente dessa profissionalização foi a transformação da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, que já existia desde 1978, em uma revista de grande produtividade científica e que conquistou grande prestígio no campo das relações raciais no Brasil, lembrando que até então o enfoque da revista eram os estudos sobre África e sobre as relações Brasil-África. Nesse ponto faz-se importante explicar um pouco sobre as mudanças ocorridas na relação entre a Fundação Ford e o CEAA.

Segundo o estudo de mestrado de Segura-Ramirez (2000) sobre a história da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, em 1985 há uma mudança na representação da Fundação Ford no Brasil e quem passa a ser representante da instituição a partir de então é Peter Fry, antropólogo inglês que vinha da experiência de implementação e consolidação da pós-graduação em Ciências Sociais na Unicamp, onde atuou até 1983.

Sob a liderança de Fry e alinhado com as concepções da coordenação estadunidense da instituição, na figura de J. Michael Turner, assim como o alinhamento com as posturas de Intelectuais dedicados à questão racial no Brasil naquele momento, como Yvonne Maggie⁴² e Nelson do Vale e Silva⁴³, a preocupação da Fundação Ford passou a ser marcada pelo empenho em desenvolver pesquisas e construir conhecimentos a respeito das desigualdades raciais no país, na medida em que era evidente que esse era um campo ainda bastante obscuro

³⁸ A Fundação Andrew W. Mellon é uma corporação sem fins lucrativos, fundada em 1969, em Nova York, através da consolidação de duas fundações existentes - a Avalon Foundation e a Old Dominion Foundation. A fundação procura fortalecer, promover e defender a centralidade das humanidades e das artes para o florescimento humano, apoiando instituições de ensino superior e cultura.

³⁹ A Fundação John D. e Catherine T. MacArthur, fundada em 1970 em Chicago, busca apoiar pessoas criativas, instituições eficazes e redes influentes que constroem um mundo mais justo, verdejante e pacífico.

⁴⁰ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), fundado em 1951, é um órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para incentivo à pesquisa no Brasil.

⁴¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, fundada em 1951, que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto-sensu* em todos os estados brasileiros.

⁴² Yvonne Maggie é uma antropóloga e escritora brasileira. Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências. Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em antropologia das populações afro-brasileiras, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, relações raciais, ação afirmativa e educação.

⁴³ Nelson do Vale e Silva é pesquisador Sênior nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP-UERJ. Possui experiência na área de Sociologia, com ênfase em Estratificação Social e Métodos Quantitativos, atuando principalmente nos seguintes temas: mobilidade social, relações raciais, estratificação social, desigualdades sociais e estratificação educacional.

no sentido da quantidade de produções acadêmicas àquele momento. Além disso, a outra preocupação era justamente o incentivo à formação de uma intelectualidade negra especialista no assunto.

Nesse período a revista passava por um momento crítico de baixa produtividade, o que agravou a situação na avaliação para a renovação do projeto da Ford no CEAA, já que os resultados se mostravam aquém do desejado pela Fundação. Para resolver a situação a direção do CEAA se reuniu a fim de escolher alguém para assumir a liderança do desenvolvimento dessas questões no CEAA e logo Hasenbalg foi indicado e teve ótima aceitação, visto que era a pessoa mais adequada para assumir essa liderança. Por sua trajetória intelectual ilustre, seu reconhecimento pelos pares da área e por sua proximidade à militância do Movimento Negro e ao CEAA:

Hasenbalg tinha nosso apoio. Carlos Hasenbalg está no CEAA desde o primeiro momento, só que com uma diferença, antes de ser diretor, na última fila em qualquer manifestação [do Movimento Negro] ele estava, ele foi o nosso consultor, modesto...
(PEREIRA, J., 1999, apud SEGURA-RAMÍREZ, 2000)

A partir de então é que Hasenbalg, que já era professor do IUPERJ naquele momento, passou a ser diretor do CEAA, com enfoque para a área de estudos afro-brasileiros, que posteriormente se consolidaria como Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB). Desse período em diante o foco de atuação do Afro-Asiático muda bastante e o campo dos estudos africanos propriamente dito entra em declínio. O enfoque disciplinar também se modifica. Se até então o forte do CEAA era a História, a Economia e às Relações Internacionais, agora a Sociologia entra com bastante força como carro chefe. Além do projeto de 1985/1986 junto à Fundação Ford, outros projetos vieram ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000.

Essa nova configuração, como quase qualquer processo de mudança gerou instabilidades e conflitos. O principal foi o declínio da área dos estudos sobre África e Ásia em favor da emergência dos estudos sobre relações raciais. Há a entrada de novos agentes, a mudança dos rumos e a mudança de direção geral, um relativo isolamento de José Maria Nunes Pereira e perda de influência dentro da instituição, conforme comenta Marcelo Bittencourt:

Quando nós chegamos lá no final dos anos 1980, isso está acontecendo, está entrando o projeto dos estudantes moçambicanos, o Zé Maria está em uma posição de certo isolamento e o diretor do Afro-Asiático não é mais alguém de África, é alguém de relações raciais no Brasil, que é o Hasenbalg. [...]
(Marcelo Bittencourt)

E em outro trecho complementa: "eles estão muito isolados, você não vê circularem por lá intelectuais, professores africanos" (Marcelo Bittencourt). Essa situação gera certa tensão dentro da instituição entre Hasenbalg e Zé Maria, o que por sua vez gera também um certo distanciamento entre os dois núcleos, a equipe de pesquisadores de África e a equipe de afro-Brasil. Por outro lado, um outro aspecto dos conflitos gerados nesse processo tem a ver com a relação do Movimento Negro com CEAA e o desenvolvimento de uma maior profissionalização e institucionalização.

[...] o Afro-Asiático aos poucos foi deixando de ser aquela referência para todo mundo, para a militância negra. Porque é o período do Centro de Estudos Afro-Asiáticos de Afro-Brasil, de relações raciais que não acolhe, que não recebe a militância do Movimento Negro da mesma maneira, entendeu?

Não é o Zé Maria que senta e discute, briga. Não, aí você tem que ter um momento para conversar com Carlos Hasenbalg, porque Carlos Hasenbalg tem projetos, tem coisas, ele é professor do IUPERJ. Em torno dele tem pessoas, cada um com seus projetos.

É diferente o clima [...], o Afro-Asiático cresceu, agora tem oito salas, nove salas.

[...] Quebrou a forma de estar no Afro-Asiático. Você já não pode chegar [...] e pegar um livro na estante, você tem que se dirigir à bibliotecária, Ana Senna⁴⁴, [...]. [...] antes a gente chegava e pegava o livro, mesmo quando Ana Senna já estava lá, "Ana, estou pegando o livro aqui!". De um certo momento em diante muda, entendeu?

(Amauri Mendes Pereira)

Portanto, existe aí uma "faca de dois gumes", ao mesmo tempo em que o CEAA cresce muito, se torna um centro de excelência em pesquisas sobre questão racial no Brasil, impulsiona o desenvolvimento da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, passa a receber recursos nacionais e internacionais, enfim, se organiza institucionalmente de maneira muito mais estruturada, há por outro lado, o declínio dos estudos africanos e a relativa perda daquilo que desde o início havia sido o toque especial do CEAA, que era ser um espaço de livre acesso e de convivência fluída entre os militantes do Movimento Negro e a instituição, assim como a relação com as pessoas africanas de referência que a partir da segunda metade da década de 1980, como Marcelo Bittencourt informa, vão deixando de circular naquele espaço.

⁴⁴ Ana Senna é professora do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua principalmente nos seguintes temas: Fundamentos da Classificação e Representação do Conhecimento e da Informação; Sistemas de Recuperação de Informação; Bibliotecas públicas e Bibliotecas sociais e cívicas em espaços de desfavorecimento social e econômico. Recursos de capital social, culturais e educacionais em bibliotecas; Ética da Informação e da Biblioteconomia. Foi uma das professoras do curso de pós-graduação em História da África e do Negro no Brasil. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/5030978/ana-senna>>. Acessado em 28 de Janeiro de 2020.

A retomada dos estudos de África

No final da década de 1980 passa a ter contato com o Afro-Asiático um grupo de estudantes que futuramente se tornaria central para a retomada das pesquisas sobre África. Esse grupo de cinco estudantes basicamente, da graduação em História na UFRJ chega ao CEAA por indicação de dois professores de história contemporânea do Departamento de História (atual Instituto de História - IH) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. Esses professores são Silvio Carvalho Filho e Adilson Pinto Monteiro. Os dois ofereciam uma disciplina introdutória sobre África e Ásia e estavam formando na UFRJ um grupo de estudos sobre o tema naquele momento. Indicaram então aos estudantes alguns centros de referência para a pesquisa de trabalho final, uma dessas instituições foi o CEAA. Essas estudantes eram Marcelo Bittencourt, Edson Borges, Roquinaldo Ferreira, Francisco Novello e Rogério Schmidt.

Falarei de maneira mais detalhada sobre o processo de absorção desse grupo ao CEAA mais a frente, mas por hora vale traçar um breve resumo. Esses estudantes que desenvolveram bastante interesse sobre África passaram a trabalhar como estagiários no Centro, realizando alguns serviços específicos e em algum tempo passaram a compor o quadro de pesquisadores.

Foram esses Marcelo Bittencourt, Roquinaldo Ferreira, Edson Borges e Francisco Novello, este último que posteriormente foi trabalhar no Itamaraty.

Alguns anos depois Marcelo Bittencourt tornou-se figura-chave para o restabelecimento das relações de cooperação entre Brasil e África que passavam pelo CEAA, assim como ele junto a Edson Borges e Roquinaldo Ferreira fizeram parte da equipe que criou e o curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil, que tratarei em profundidade no terceiro capítulo.

Nesse período de retomada do enfoque para a temática africana do início dos anos 1990, outro fator relevante foi o desenvolvimento do Projeto Moçambique que, financiado pela Fundação Ford, em seu polo estabelecido do Zimbábue sob coordenação de Peter Fry, que havia se transferido para aquele país, o CEAA gerenciou a vinda de vinte estudantes moçambicanos que receberam bolsas para cursar graduação em Ciências Sociais no IFCS-UFRJ. Esse programa durou quatro anos e os estudantes vieram em grupos de cinco pessoas por ano. Esse projeto marca o início da atuação do CEAA como um gestor de bolsas de estudantes internacionais de África e Ásia, mas principalmente África.

Os afetos que mobilizam

Uma perspectiva que funciona como uma chave de análise para compreender as redes que se formam no CEAA e que fortalecem a abordagem trabalhada até aqui, que consiste em olhar para essa experiência como um lugar de circulação de cultura negra e referenciais de luta antirracista no Atlântico negro sul, é a perspectiva de considerar os **afetos** como elemento que atravessa e potencializa as relações que se articulam ali.

Espero já ter ficado evidente que esse é um aspecto central para as primeiras relações estabelecidas com o continente africano. Se não fosse pela experiência de estudo, convivência e luta de Zé Maria com estudantes africanos na época de sua passagem pela Casa dos Estudantes do Império, no Porto, e as relações mantidas principalmente com os angolanos, cabo-verdianos e guineenses já estando de volta ao Brasil na década de 1960, muito do que o CEAA veio a se tornar nas primeiras duas décadas de sua existência, em termos de intercâmbio de pessoas e ideias, não teria sido possível ou ao menos, se fosse possível, provavelmente não com tamanhas proporções como foi. As relações pessoais foram de fundamental importância para o estabelecimento dessa dinâmica. Esse aspecto é algo que vai perpassar a história do CEAA, o tornando cada vez mais forte e diverso, cada vez mais rico em experiências.

Nessa parte do presente trabalho pretendo demonstrar como essas relações se constroem e de que maneiras isso colabora para a preparação do terreno, para a criação de condições propícias para que ali emergisse o curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil que tem suas origens em 1996. Ou seja, meu argumento aqui é de que as relações puramente profissionais não foram o ponto forte para o crescimento do CEAA, mas que o ponto forte está nas relações pessoais de amizade, companheirismo e matrimônio que não são em si aquilo que faz diferença, mas sim um elemento que perpassa as relações profissionais estabelecidas.

A Equipe Clandestina

A retomada do fortalecimento dos estudos africanos e das relações com África a partir do Afro- Asiático é construída em algumas etapas. Pode-se dizer que a primeira delas é a chegada dos estudantes de História da UFRJ que fazem contato com o CEAA, conforme enunciei anteriormente.

Dentre esses que à época eram estudantes, tive a oportunidade de entrevistar apenas um, Marcelo Bittencourt. Marcelo conta em sua entrevista como ele e os colegas se aproximaram do CEAA. Durante o período de estudos para a realização do trabalho final da disciplina sobre história de África e Ásia ministrada por Silvio Carvalho Filho e Adilson Pinto Monteiro na UFRJ, Zé Maria percebeu que aqueles jovens estavam entusiasmados em aprender sobre África e, diante daquele contexto de fragilidade de sua posição diante dos novos rumos traçados e conduzidos por Hasenbalg, ele enxergou certa potencialidade naqueles rapazes para o refortalecimento do campo: "Zé Maria viu a possibilidade de retomar a ideia de abrir uma equipe de africanistas, de jovens pesquisadores [...] através da nossa presença ali." (Marcelo Bittencourt).

Em pouco tempo Zé Maria encontrou uma possibilidade de manter aqueles jovens por perto:

O que acontece é que o Zé Maria então, como vê que a gente está lá quase todo dia ele falou assim "vocês querem trabalhar aqui comigo? Só que eu só tenho duas vagas. É pra fazer isso", o clipping. [...]. Um tem que ser o Rogério, por causa do inglês, boa parte do material vinha em inglês, eram jornais britânicos e o sul-africano [...] o outro se decidiu que seria o Edson por ser mais velho, Edson já tinha um filho [...].

Passados dois ou três meses eu entrei. Continuei indo lá para fazer a pesquisa de monografia e o Zé Maria me chamou, "olha, já dá para você vir também". A gente trabalhou ali recebendo um cheque do Zé Maria, como uma bolsa. Eu, Edson e Rogério, meses, eu acho que aquilo não chegou a um ano. (Marcelo Bittencourt)

Mais adiante comenta sobre a importância desse contato com o Centro e, dentro dos caminhos que trilhou, o significado que ter sido contratado por Zé Maria naquele momento teve para a construção de sua trajetória profissional:

Essa aproximação é que foi decisiva, quer dizer, a UFRJ é importante porque ela lança o núcleo, lança a disciplina e faz a gente ter contato com o Afro- Asiático e o contato com o Afro-Asiático é decisivo também porque aí nós fomos recrutados pelo velho. O Zé Maria vai nos recrutar, em uma coisa assim, muito informal, por isso a minha eterna gratidão ao

velho. A vida que eu tenho, a formação, a profissão que eu escolhi, o que eu escrevo, o que eu faço, tudo se deve a esse encontro.
(Marcelo Bittencourt).

Aqui evidencia-se uma certa volta da organicidade das relações naquele espaço, o que havia sido perdido com o processo de maior institucionalização do Centro.



1-Marcelo Bittencourt, 2- Francisco Novello, 3-Adilson Pinto Monteiro,
4- José Maria Nunes Pereira, 5-Monica Lima, 6-Edson Borges.,
7-Rui Pinheiro de Vasconcelos, 8-Roquinaldo Ferreira. 1990-1991,
UCAM, R. da Assembléia nº 10. Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Marcelo relembra um pouco da relação que ele, os colegas e Zé Maria passaram a estabelecer na convivência e no trabalho a partir de constituição dessa equipe de africanistas em formação:

Lembrei agora de uma coisa muito carinhosa até, nós éramos a “equipe clandestina” do Afro-Asiáticos. [...] Zé Maria sempre foi uma pessoa muito bem-humorada e um frasista [...]. Ele criou então esse termo [...]. Éramos nós, não porque éramos clandestinos, a gente entrava lá, conversava com todo mundo, mas porque nós não éramos oficializados, a gente recebia uma parte da receita que ele recebia do tal clipping, era dali que vinha o nosso salário. (Marcelo Bittencourt)

No entanto, apesar da evidente importância das relações de afeto e de isso ter resultado em experiências bastante frutíferas posteriormente, essa informalidade não encontra lugar seguro naquele contexto de criação de maiores formalidades e profissionalização do

Centro, o que gera certa tensão interna: "não que o Hasenbalg tivesse algum... Receio em relação a gente, o que acontece é que é uma instituição privada. Como é que você coloca gente para trabalhar lá dentro que não tem carteira?" (Marcelo Bittencourt).

Evidentemente essa tensão não vem sozinha, vem acompanhada de todas as tensões já existentes entre Zé Maria e Hasenbalg, envolvendo disputas por espaço e relações de poder, tanto quanto diferenças de concepções sobre como as relações são e devem ser estabelecidas naquele espaço. A diferença entre a compreensão de Zé Maria por um lado, de que aquele deveria ser um lugar de encontros e colaboração com certo grau de fluidez e por outro lado, a concepção de viés mais institucional e talvez até em lógica mais próxima ao funcionamento do mundo corporativo, que considera que essas relações devem ser estabelecidas sim, mas de maneira a se adequarem às estruturas já em funcionamento, tentando evitar o surgimento de organismos paralelos que fujam ao controle da instituição, que passava cada vez mais a assumir uma sistematização mais ampla de funcionamento. Não há aqui um juízo de valores sobre qual maneira é a melhor, essas duas maneiras de olhar para a gestão do Centro têm seus prós e contras e as duas foram necessárias para o desenvolvimento de diferentes aspectos da trajetória do CEAA.

Clippings: Conexão do CEAA com o mundo africano em tempo (quase) real

"Como é que você sabe disso, assim?!"

O trabalho com os clippings já vinha sendo realizado por Zé Maria há algum tempo, mas isso se desenvolve com a chegada da Equipe Clandestina, que inclusive foi contratada para ampliar esse trabalho. O trabalho consistia basicamente na preparação e venda de compilações de notícias africanas para grandes empresas sediadas no Centro do Rio de Janeiro. Marcelo Bittencourt explica como funcionava a dinâmica:

A Braspetro, Mendes Júnior, Odebrecht, várias empresas. Tanto de construção civil, empresa de ouro, ligada ao mercado de ouro, de petróleo, queriam ter informações sobre o que estava acontecendo na África, tanto informações de conjuntura, contexto político, quanto informações de economia, então inicialmente o trabalho era ir à banca de jornal, recortar tudo o que fosse sobre ouro, minério, petróleo e política. Assim, golpe de estado, coisas relevantes e curtas. Fazer uma maquetezinha, colar, fazer fotocópia e enviar para as empresas, era esse o serviço.

(Marcelo Bittencourt)

Os jornais internacionais eram de alguma maneira uma das formas mais expressivas de circulação de referenciais políticos e culturais sobre a atualidade do continente africano para o Brasil à época.

Marcelo destaca com bastante ênfase o quanto a leitura frequente desses jornais contribuiu para sua formação enquanto africanista e mais, o quanto essa formação contribuiu para que ele estabelecesse relações consistentes com africanos que vinham ao Brasil e passavam pelo Afro- Asiático. Como ele mesmo relata, essas pessoas se espantavam e o davam atenção pois percebiam o quanto estava antenado e atualizado com os acontecimentos mais recentes do continente africano, especialmente Angola, país que pesquisa desde a época da graduação em História. Essa experiência de leitura frequente dos jornais lhe deu, portanto, repertório para dialogar com algum embasamento sobre o tema com os visitantes africanos que passavam por aqui.

[...] eu entrei no Afro-Asiático com 21 anos, para 22 e comecei com essa idade a conversar... [...] conversar com o pessoal que passava por lá, com esses caras que fizeram a luta de libertação nos seus países, foram dos primeiros governos de seus países no pós-independência, autores conhecidos, prêmios internacionais na área da literatura. [...] conversava exatamente por essa coisa do acompanhamento da conjuntura dos países em função do clipping [...]. Então, quando chegavam os angolanos por exemplo, os caras ficavam surpresos. "Como é que você sabe disso, assim?!" tinha tido uma reunião três dias antes, o cara estava voando pra cá e quando ele chega, eu: "e aí, como é que foi a reunião e tal..." Maior onda! Isso tem um valor incrível [...] (Marcelo Bittencourt)

Amauri Mendes Pereira, no mesmo sentido, manifesta seu interesse pelo conteúdo daqueles jornais e a importância desse material para sua formação no Afro-Asiático, sua formação em assuntos africanos:

Chegavam regularmente jornais de Moçambique, Angola, Guiné, e eu lia primeiro do que eles, que eu trabalhava ali perto, eu trabalhava naquele momento, a partir de final de 1974, início de 1975, eu trabalhava em Laranjeiras. Então boa parte da tarde, horário de almoço eu corria para lá, e final de tarde. Corria e ficava lá, lia tudo. Me informava muito. (Amauri Mendes Pereira)

É interessante notar que o período ao qual Amauri se refere é ainda anterior ao trabalho realizado pela Equipe Clandestina. Isso provavelmente se dá porque, não na década de 1970, mas já na década de 1980, com a chegada de Jacques D'Adesky, começa a haver o estabelecimento de um fluxo de informações desse tipo chegando ao CEEA.

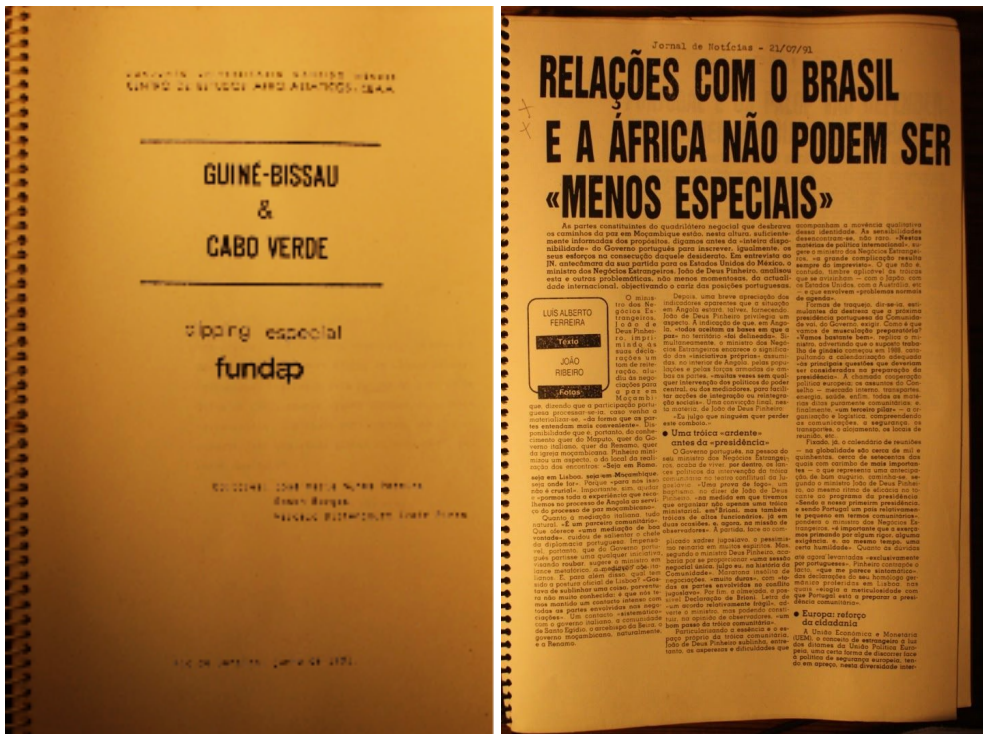
Destaco que, na contemporaneidade, talvez para algumas pessoas não faça muito sentido que esses jornais recebidos de diferentes países tenham tamanho impacto sobre o Centro, já que hoje vivemos sob um mundo em que os fluxos de informações se dissociaram

das barreiras de distância e tempo, dos modos tradicionais de tráfego de informações. Modo em que as notícias circulavam na mesma velocidade que as pessoas e cada parte do planeta vivia sua própria realidade e em seu próprio tempo. Não de maneira isolada, evidentemente, mas com conexões, relações e interinfluências que se davam em tempo e espaço muito mais longos, uma temporalidade analógica.

Principalmente nos últimos 15 a 20 anos, desde que a internet começou a chegar com força e relativa facilidade de acesso no Brasil, essas barreiras de espaço e do tempo se quebraram e os diferentes lugares do mundo passaram a estar cada vez mais conectados por redes de informação funcionando e comunicando em tempo real, pois hoje tanto pelos meios de comunicação entendidos como padrão, oficiais, quanto por meios independentes, com a utilização de redes sociais, Youtube e afins, conteúdos podem ser produzidos em quase qualquer ponto do planeta e compartilhados em tempo real ou em poucos minutos para praticamente todo o restante do globo.

No entanto, nas décadas de 1980 e 1990 o mundo não se conectava nessa velocidade ainda e a quantidade de informações que trafegava era muito mais restrita. É evidente que tecnologias como rádio e televisão já eram bem difundidas, mas a diferença é que, por esses meios tradicionais, apenas alguns lugares são de maneira hegemônica considerados como legítimos de terem seus acontecimentos noticiados em nível internacional. Esses lugares são em geral países economicamente desenvolvidos da Europa e os EUA. Os outros países que não fazem parte desse grupo, usualmente viram notícias em dois casos: quando determinado acontecimento afeta um desses países considerados centrais ou em caso de algumas tragédias ou alguns conflitos muito intensos. Mas o cotidiano, de modo geral é noticiado apenas localmente.

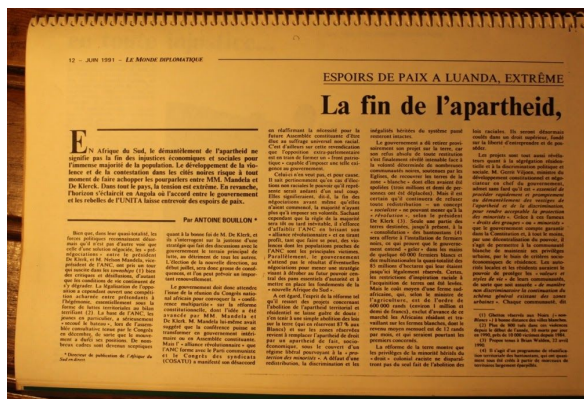
Por esse motivo, aqueles jornais africanos e das ex-metrópoles, que sempre traziam notícias africanas semanais ou até cotidianas estarem circulando no Afro-Asiáticos naquele momento era algo tão especial. Pela raridade daquele tipo de informação e conseqüentemente pelo certo privilégio que tinham as pessoas que frequentavam o CEAA de ter acesso àquilo. Não por acaso foi transformado em um negócio a venda de clippings para grandes empresas Como Odebrecht, Petrobrás e outras que demandavam aquelas informações devido sua atuação no continente africano e o CEAA, com a ótima condição que tinha de fazê-lo, respondia à demanda.



Clippings organizados pelo CEEA em 1991. Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Esses periódicos recebidos foram importantes não apenas para a circulação de informações sobre o contexto da atualidade dos países africanos durante os anos que essa dinâmica durou (segundo Marcelo Bittencourt esse trabalho foi feito até aproximadamente 2001). Foram importantes também na constituição do acervo da biblioteca, contribuindo para torná-la cada vez mais uma biblioteca de referência no campo.

De fato essa biblioteca era a biblioteca mais importante sobre a África do Brasil, eu diria da América do Sul. Certamente da América do Sul [...]. Mas essa biblioteca tinha uma peculiaridade de lhe dava um salto qualitativo extraordinário ao possuir uma parte de clipping, que foi fomentada pelo Zé Maria. Muito valioso, é o clipping, recortes de jornais. [...]. Eu havia conseguido intercâmbio para ceder revistas internacionais da África [...] na época do Zé Maria, então estabelecemos política de intercâmbio baseada nessa revista [revista *Estudos Afro-Asiáticos*]. [...] enviamos para os centros de pesquisa europeus, africanos e em troca a gente recebia de graça revistas da França, da Grã-Bretanha... [...]. Então, nesse sentido que eu diria hoje que o grande valor da biblioteca do Afro-Asiático, além de possuir livros, revistas brasileiras, era o fato de estar possuindo clippings de jornais e jornais vindos do exterior baseado nessa troca de intercâmbio. (Jacques D'Adesky)



Clippings organizados pelo CEEA em 1985 e 1991. Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Portanto, a circulação desses jornais de Angola, Cabo-Verde, Moçambique, África do Sul, Guiné Bissau e outros países africanos, além dos jornais britânicos, franceses e portugueses que traziam seções sobre suas ex-colônias, formam todos um dos meios ou um dos mecanismos de circulação de referenciais africanos dos mais diversos no CEEA, o que contribuiu sem dúvidas para o fortalecimento da intelectualidade do Centro e para mantê-lo conectado com o mundo africano constantemente, de maneira que poucos lugares faziam naquele período.

A chegada da experiência moçambicana: anos 1990 e 2000

"À
Rita, pelo encontro nos
céus do Rio
e a felicidade que é viver a seu lado."

Começo esta parte com essa epígrafe para mostrar como as relações de afeto continuam a perpassar o desenvolvimento do CEEA e das pessoas que vão se juntando ao Centro ao longo dos anos. Essa é a frase que abre o livro de José Luís Cabaço, baseado em sua tese de doutorado defendida na USP em 2008 sob orientação de Kabengele Munanga, *"Moçambique: identidade, colonialidade e libertação"*. José Luís Cabaço é moçambicano, foi Ministro dos Transportes e Comunicações e Ministro da Informação nos primeiros governos de Moçambique.

Chegou ao Afro-Asiático na ocasião do *X Congresso da ALADAA. Estados Nacionais e Globalização*, ocorrido no ano 2000 e organizado pelo CEEA da UCAM. Lá, conheceu Rita

Chaves, professora de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na USP desde 1989 e à época, professora do já existente curso de pós-graduação em história da África e do Negro no Brasil da UCAM. Monica Lima em declaração concedida na ocasião do exame de qualificação do projeto que deu origem a este trabalho relata como se deu esse encontro:

[José Luís Cabaço] Namora Rita Chaves, se casam em seguida e aí intensifica-se o intercâmbio com Moçambique! É linda a história. Eu me lembro desde o começo. [...]. Eles se conheceram nessa ocasião [do encontro da ALADAA]. E aí o Zé Luís começou a intensificar esse contato com os intelectuais moçambicanos, junto com a Rita que passou a desenvolver um trabalho de pesquisa na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo. [...]. Tudo isso circula e passa pelo Afro-Asiáticos. Era ali no Afro-Asiáticos que as pessoas iam, porque iam participar de evento, de grupo de estudo [...], dar palestra no curso e daí aproveitavam para fazer uma reunião com os interessados e era assim. Era um lugar de encontros dos que estudavam sobre África, no Rio de Janeiro, no Brasil.⁴⁵

José Luís Cabaço veio a contribuir com o curso como palestrante em momentos posteriores, como na edição de 2004. Segundo Monica Lima, José Luís Cabaço chega ao CEAA a convite de Beluce Bellucci. Curiosamente sua inserção no Centro é perpassada e intermediada, dentre outros fatores, por uma relação afetiva também. Beluce tem uma trajetória bastante rica e internacional. Tendo passado por vários países, com a experiência de residência na Argélia no início dos anos 1970, durante o período das revoluções africanas, tendo tido contato especial com os revolucionários da África lusófona. Essas revoluções foram apoiadas pela Argélia, independente desde 1962. Trabalhou por vários anos em Moçambique e em 1993 chegou ao Afro-Asiáticos.

Àquele momento o CEAA passava por um momento um pouco instável em pelo menos um aspecto. No início da década de 1990, Colin Darch, um britânico bibliotecário que já havia trabalhado no continente africano, onde se casou com uma tanzaniana e constituiu família, era coordenador do Projeto Moçambique, que foi um projeto bastante importante e de bastante responsabilidade para o Centro. Por ser o primeiro projeto desse tipo e por gerar um retorno financeiro bastante significativo para a manutenção das atividades.

Com o fim do *Apartheid*, Colin e a família resolvem ir morar na África do Sul. Era um momento inédito e promissor, a África do Sul legalmente livre daquele regime racista "Ele

⁴⁵ Declaração dada por Monica Lima na ocasião da qualificação do projeto de dissertação que deu origem a este trabalho, realizada em 07 de junho de 2019 na Faculdade de Educação da UFRJ, bairro da Urca, Rio de Janeiro. Todos os trechos extraídos de falas contidas nessa reunião foram utilizados neste trabalho sob autorização expressa de Monica Lima via e-mail.

diz, “eu quero ir para lá, a Agnes quer ir para lá, a África do Sul vai ser um barato, a gente quer viver esse momento lá.”. (Marcelo Bittencourt).

Com isso o Projeto Moçambique fica sob coordenação provisória de Marcelo enquanto buscam outro gestor para assumir o posto. Nessa busca a equipe chega a Célia Nunes, que terminava seu doutorado em Sociologia do Desenvolvimento na Sorbonne e havia construído uma trajetória política e profissional bastante semelhante à trajetória de Beluce, então seu esposo, com quem estava desde o início da década de 1970, quando se conheceram na Argentina.

Célia parecia a pessoa mais indicada para a função naquele momento. No entanto, diante do convite da equipe do Afro-Asiáticos optou por declinar. "Ela então se interessou, mas disse: “eu não posso. Por que? Porque eu estou aqui só de férias, eu vou voltar para Paris, eu tenho que terminar minha tese, mas eu vou só para defender e quem está aqui de vez é o meu marido, é o Beluce, e ele talvez se interesse [...]” (Marcelo Bittencourt). Com isso Beluce é contratado e passa a chefiar a coordenação do Projeto Moçambique e a desenvolver junto com Marcelo Bittencourt e Edson Borges outros projetos do tipo. A Partir de então, Beluce passa a integrar o Centro e pouco depois, ao retornar ao Brasil, Célia também se junta.

A Transformação do CEAA em um gestor de bolsas internacionais

Com a chegada de Beluce Bellucci para coordenar a área de África e a gestão do Projeto Moçambique em 1993, logo, com sua visão estratégica de gestor, percebeu a necessidade de ampliar o fluxo de intercâmbios de estudantes africanos no Brasil. Compreendia tanto a necessidade dos países africanos, por ter morado durante vários anos no continente e conhecido a realidade de alguns desses países principalmente do ponto de vista do desenvolvimento social, já que sua atuação em Moçambique foi inteiramente voltada para essa questão, quanto pela possibilidade de aumento do fluxo de recursos financeiros para o Afro-Asiáticos com a ampliação desses programas. Com isso, ele e Marcelo Bittencourt começaram a procurar meios para isso e foi a partir da descoberta de um mecanismo do governo brasileiro que encontraram uma brecha para a ampliação dessa atividade. Daí em diante foram estabelecidos progressivamente acordos com outros diversos países africanos, todos de língua portuguesa.

[...] nós vimos que o governo brasileiro tinha um programa, é o PEC, Programa Estudante de Convênio, de trazer estudantes de outros países, entre os quais os africanos para as universidades brasileiras. Esse

programa já existia e [...] era muito pouco utilizado, não havia quem implantasse esse programa [...]

Nós localizamos isso lá em 1993, 1994, de que podíamos dinamizar isso através de uma universidade privada. [...]

Nós aí conseguimos fazer convênios com esses organismos [africanos] porque eles tinham financiamento para esses estudantes, não é para pagar a universidade, que a universidade era oferecida aqui pelo Brasil, mas era para o aluno ter uma bolsa de estudos e sobreviver aqui, mas aí ele precisava de um apoio, então nós fizemos um programa em que trouxemos 200, 300, 400 estudantes por ano para cá para estudar de Medicina a Engenharia, Ciências Sociais, História, Letras, Direito, tudo!
(Beluce Bellucci)

A partir de então o CEAA passa a ser talvez o maior gestor de bolsas internacionais de estudantes africanos no Brasil. Vieram estudantes de Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Esses estudantes se espalharam por diversas universidades públicas do país, diferente do projeto anterior, o Projeto Moçambique, que os estudantes foram todos para o curso de Ciências Sociais da UFRJ, no Rio de Janeiro. O Afro-Asiático era responsável pela recepção dos estudantes, que chegavam todos pelo Rio de Janeiro. Permaneciam no Rio por uma semana fazendo um curso de introdução ao Brasil onde se inteiravam sobre onde iriam morar, em que condições, etc. Depois dessa semana de introdução, cada um, ou cada grupo era encaminhado para suas respectivas universidades espalhadas pelo Brasil.

O papel do CEAA era de administrar as bolsas, prestar assistência aos estudantes em todos os sentidos e atender a quaisquer necessidades desses estudantes durante sua estadia para estudos no país. Isso implicava constantes viagens de membros do CEAA para outros estados a fim de atender a essas eventuais necessidades e além disso, era também uma das tarefas fazer o acompanhamento acadêmico desses estudantes, produzindo e enviando relatórios para os responsáveis pelos intercâmbios em seus países de origem.

O que o Centro conseguiu gerar de recursos com essa atividade foi bastante importante e significativo para o financiamento de atividades internas durante os anos 1990 e início dos anos 2000, visto que isso se tornou uma atividade realmente expressiva com a vinda de, como relata Beluce, cerca de 200 a 400 estudantes por ano. Em 1994 Marcelo Bittencourt e Beluce Bellucci vão aos EUA visitar uma instituição responsável pela gestão de estudantes latino-americanos na Universidade de Harvard, a LASPAU. A intenção era conseguir trazer para o Afro-Asiático seu sistema informatizado de gestão, já que para eles a LASPAU era a referência que tinham desse tipo de atividade.

Os dois não conseguiram trazer o sistema da LASPAU para o Brasil, mas com a vivência na instituição conseguiram entender seu funcionamento e ao chegar, com a ajuda de

desenvolvedores de sistemas, criaram um sistema parecido para a gestão dos estudantes no Brasil. No ano seguinte, 1995, um grupo de pesquisadores vai a Angola para uma viagem de um mês. São eles José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt, Roquinaldo Ferreira, Monica Lima, Rita Chaves, Silvio Carvalho Filho e Carlos Eugênio Líbano Soares. Quase todos ali tinham relações com o Afro-Asiático naquele momento.

Essa viagem a Angola teve dois aspectos destacáveis para a constituição dessa história. O primeiro é a centralidade que isso tem para o fortalecimento dos intercâmbios de estudantes africanos no Brasil e o segundo aspecto é novamente o papel das relações de amizade como viabilizadora de outras relações, como as profissionais.



1-Beluce Bellucci, 2-Célia Nunes, 3- Monica Lima,
4- José Maria Nunes Pereira. Provavelmente meados dos anos 1990,
casa de Monica Lima, Rio Comprido, Rio de Janeiro.
Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Nesse momento Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Ferreira realizavam seu curso de mestrado. Marcelo em Antropologia na USP, sob orientação de Fernando Mourão e Roquinaldo na UFRJ, sob orientação de Manolo Florentino, professor do Departamento de História do IFCS. Os dois estudavam Angola, por esse motivo entraram nesse grupo, para poder desenvolver suas pesquisas. Durante sua estadia, Marcelo e Roquinaldo fecharam o mais importante acordo de intercâmbios administrado pelo Centro, na medida em que por meio desse acordo fechado com os angolanos vieram 125 estudantes só desse país para estudar no Brasil:

[...] como eu entrevistei gente da luta armada, da luta de libertação, alguns deles já não estavam mais na ativa mas conheciam militares. Aí me apresentam um coronel, acho eu, na época, que queria saber sobre essa coisa de bolsa, se a gente cuidava dos estudantes deles aqui. E foi muito rápido [...] Duas reuniões e eu mando um fax para cá “Beluce, você não

vai acreditar, tô fechando aqui, a gente tem que receber 125 civis das forças armadas angolanas que vão para o Brasil. Bolsa assim de mil dólares”, que era um montão de dinheiro, ainda é. Acho até que era mais, acho que eram mil e quinhentos dólares.

[...]. Aí o Beluce “eu não acredito!”. [...]. É, vinte e poucos anos e fechando um projeto desses. Sorte! Sorte e perseverança, insistência [...]. A gente fecha o convênio e aí, estando lá, foi um ano incrível [...] Fui para Lisboa e de Lisboa fui para a Guiné, um outro projetinho também, era menor, dez estudantes da Guiné pagos pela embaixada norte americana para fazer Medicina aqui no Rio de Janeiro. Aí foi isso.

(Marcelo Bittencourt)

Essa articulação teve a figura de Rita Chaves como peça central, desde o início. Ao começar a frequentar a USP durante o mestrado, Marcelo e Rita se aproximam e a partir da amizade criada com essa aproximação, quando surge a oportunidade de ida para Angola, Rita aciona seus contatos naquele país e com isso oferece uma rede de apoio para Marcelo e Roquinaldo que possibilita desde sua estadia no país até a articulação de contatos de ex-guerrilheiros, militares e outras pessoas que participaram da revolução no país, que era o público que interessava a Marcelo naquele momento e que não era facilmente acessível a qualquer um:

[...] a Rita ajuda em tudo [...]. Então ela foi decisiva, assim, para as primeiras entrevistas, porque quando você chega lá, imagina, não é como hoje né, Angola era muito fechada, chega lá um garoto querendo entrevistar quem lutou na luta de libertação. [...] Daí a Rita aciona os contatos dela da literatura, que é o Roberto de Almeida, que além de ser escritor, [...] também era presidente da Assembléia Nacional, o Pepetela que era super conhecido. Então ela me bota, através do circuito da literatura, com escritores, mas que também eram homens do Partido. [...]. Ou seja, a minha rede foi construída a partir da Rita Chaves, então ela foi uma peça importante.

(Marcelo Bittencourt)



1- Roquinaldo Ferreira, 2- Carlos Eugênio Líbano Soares,
3- Marcelo Bittencourt. Arquivo documental em Luanda, Angola, 1995.

Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Os convênios de intercâmbios de estudantes africanos no Brasil duraram, segundo informa Beluce Bellucci, cerca de doze anos e teve repercussão de estudantes e ex-estudantes circulando pelo CEAA até os anos 2000, quando esses convênios começam a se desarticular. É importante ressaltar que esse convênios cumpriram um papel importante no desenvolvimento dos países africanos envolvidos, na medida que ao longo de mais de uma década o Brasil, com mediação do CEAA formou profissionais qualificados que voltaram, em sua maioria para trabalhar e contribuir com seus países.

Um exemplo disso é a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em Moçambique, que tem seu quadro de professores formado por alguns desses que passaram pelo Brasil para cursar graduação e em alguns casos mestrado e doutorado também, como é o caso de José Jaime Macuane, Cristiano Matsinhe e Fernando Macia, como conta Bancelo Bittencourt em sua entrevista.

A história do CEAA entre os anos 1980 e 2000 é muito mais extensa e mais complexa do que pude expor aqui, se fazendo necessário um trabalho de pesquisa mais extenso e aprofundado do que me foi possível fazer até este momento e do que de fato é minha intenção neste trabalho, visto que meu objetivo foi reconstruir alguns traços dessa história que pudesse evidenciar momentos, eventos, pessoas e iniciativas importantes para o desenvolvimento do Centro e sua manutenção como uma referência nos estudos africanos e afro-brasileiros no país ao longo de toda sua história de existência, levando em conta suas oscilações, momentos de crise e momentos de expansão.

Minha intenção em reconstruir essa trajetória foi evidenciar as formas como as pessoas-chave chegaram e permaneceram naquele espaço, ajudando a construir essa trajetória, além de evidenciar, como dito anteriormente, o papel do afeto e das relações extra-profissionais para a mobilização das articulações e iniciativas ali realizadas ou realizadas a partir dali.

Agora gostaria de partir para uma outra questão que pode ser lida por alguns como um tema sensível ou uma questão polêmica, o que de fato em alguns casos realmente é, mas que gostaria de discutir por apresentar certas potencialidades sobre as quais me parece interessante refletir a respeito. É sobre o papel de pessoas brancas na construção da luta contra o racismo, compreendendo que a ampliação e divulgação dos estudos, cursos, palestras e encontros sobre África e temas afro-brasileiros são parte constituinte dessa luta.

Branco em lutas negras?

Um questionamento que pode surgir é sobre a existência naquele espaço, de tantos brancos falando e produzindo conhecimento sobre África e a experiência da população negra no Brasil. Discutindo, realizando encontros, ministrando cursos. Seria isso legítimo do ponto de vista da militância contra o racismo?

Posso começar a interpretar esse fenômeno a partir da análise de duas figuras atuantes no CEAA, Zé Maria e Beluce Bellucci. Zé Maria, o principal exemplo para a reflexão que construo agora, não representa o pensamento de todos os brancos que contribuíram com o CEAA, mas sua trajetória ajuda a explicar trajetórias parecidas, como a de Beluce ou Hasenbalg e até Cândido Mendes, que com seu "escudo" fez possível o desenvolvimento das discussões políticas anti-colonialistas e antirracista naquele espaço desde o período da ditadura civil militar.

Gostaria de começar essa análise pensando na ideia de cultura de luta antirracista exposta no trabalho de mestrado de Thayara Cristine Silva de Lima, em que a autora constrói essa ideia com base principalmente nas ideias de Amílcar Cabral que, falando a partir do seu contexto como líder revolucionário em Guiné Bissau e Cabo-Verde, considera que "A luta pela libertação não é apenas um facto cultural, mas também um fator de cultura" (CABRAL, 1974, p. 137). A ideia central aqui é a de que no processo de construção da luta forjam-se novos códigos culturais que modificam as subjetividades daqueles que dela participam, gerando assim novas posturas que alimentam essa cultura. Lima fala sobre a existência de uma cultura de luta antirracista:

Me dei conta de que é possível compreender não só a articulação com o movimento negro "institucionalizado", mas também as manifestações de compromisso político antirracista enquanto luta, sendo então, ambos, motores capazes de produzir cultura de luta antirracista.
(LIMA, 2018, p. 33)

Nesse sentido, compreendo que essa cultura de luta antirracista é capaz de afetar não apenas às pessoas engajadas no movimento negro institucional e organizado, como é o MNU por exemplo, nem tão somente às pessoas negras estritamente, mas é capaz de produzir efeitos sobre pessoas não negras que estejam dispostas a estar realmente em contato com as culturas negras africanas ou da diáspora.

Pensando sobre o caso de José Maria Nunes Pereira, sua profunda experiência com as

culturas africanas, através das pessoas com quem conviveu desde a infância até a fase adulta, as leituras que o formaram intelectualmente, os lugares por onde passou e as experiências que vivenciou no continente africano marcaram radicalmente sua forma de estar no mundo. Como ele mesmo referia-se a si próprio "eu sou branco, mas sou aculturado" (José Maria Nunes Pereira).

Isso quer dizer que apesar de branco, compreendia que culturalmente sua trajetória o teria africanizado e por isso provavelmente seus caminhos tomaram rumos guiados por essa formação cultural afro-brasileira e africana que recebera desde a juventude. Esse tipo de hibridização cultural é tratado teoricamente por Homi Bhabha, em *O Local da Cultura*, pensando sobre os efeitos gerados por esse tipo de processo sobre as identidades individuais ou coletivas:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade.

(BHABHA, op. cit., p.20)

De fato, sua experiência africana não faz com que ele deixe de ser branco e descendente de portugueses. Esse fato não se anula. No entanto, essa vivência africana transforma sua maneira de estar no mundo, suas subjetividades, o que o torna mais sensível para questões que sem esse contato cultural provavelmente não teria se tornado. Não por acaso acabou dedicando sua vida profissional ao apoio da causa antirracista e os estudos sobre África, que também são parte dessa luta.

Esse apoio à causa antirracista fica evidente já na década de 1970 quando se decidiu sobre a que se serviços se prestaria o Afro-Asiático. Zé Maria compreendia que sua posição, assim como não era a posição de uma pessoa branca comum que tende a ignorar as questões raciais, por outro lado, também não portava a experiência de ser uma pessoa negra em uma sociedade dominada por brancos, como a que vivemos. Portanto, não seria razoável entender a si próprio desse modo e assumir uma posição identitária nesse sentido.

Por estar no caminho do meio, naquilo que para Bhabha é o entre-lugar, decidiu-se que o CEAA não seria uma instituição negra, por não ter condições, mas sim uma instituição de apoio, o "almoxarifado do movimento negro" (José Maria Nunes Pereira), conforme citei no primeiro capítulo. Como já foi tratado na apresentação que fiz desse personagem no

primeiro capítulo, Zé Maria foi criado entre negros. Na fase adulta, na Casa dos Estudantes do Império, em Portugal, tem contato com africanos no contexto de preparações do que viriam a ser as lutas por independências nas colônias portuguesas na África e passa então a contribuir com essas lutas. Inclusive quando retorna ao Brasil, porque tornou-se um apoiador tão comprometido com a causa, sediou ilegalmente em sua própria casa um polo do MPLA, motivo pelo qual acabou sendo preso na década de 1960.

Portanto, o combate ao racismo e a todo um conjunto de ideologias e experiências ligadas este ou derivadas deste, como o colonialismo, a colonialidade e o eurocentrismo não está necessariamente atrelado a uma questão de identidade racial, mas sim aos acessos culturais e processos de socialização aos quais pessoas e grupos são expostos, às formas como temas como culturas africanas, história das experiências negras no mundo e culturas afro-diaspóricas são introduzidas e se fazem presentes em suas trajetórias. Ser antirracista não é somente uma questão identitária, mas uma questão política de socialização e educação antirracista.

Vale lembrar também a trajetória de Beluce Bellucci que se desenvolveu em sentido semelhante à de Zé Maria. Bellucci teve experiência de muitos anos vivendo em África. Primeiro o contato com os revolucionários guerrilheiros africanos na Argélia, depois os muitos anos que viveu em Moçambique imerso nas questões sociais e econômicas no país e o quanto isso o sensibilizou para a ação de articulações que possibilitou anos depois alguns passos no sentido do avanço social de vários países africanos por meio dos projetos de intercâmbios acadêmicos mediados pelo CEEA e coordenados por ele.

Minha ideia é pensar as experiências de contato com culturas negras (africanas ou na diáspora) e como isso afeta a cultura dos indivíduos e suas ideologias, ações, realizações. Como esses contatos podem produzir pessoas antirracistas.

Ao falar um pouco sobre os objetivos e o sobre o público que pretendiam alcançar com o curso de pós-graduação *lato-sensu* em história da África e do negro no Brasil, Beluce traz uma contribuição interessante em sua entrevista que certamente ajuda a compreender o papel das pessoas brancas na construção da consciência da questão racial no Brasil e no mundo ocidental, assim como seu papel na construção da luta contra o racismo.

Assim como eu dizia: história da África não é uma questão para negros. História da África e a questão racial no Brasil não são cursos feitos para negros. Se fizesse assim já estava... Não! Eu dizia, ele tem que ser sobretudo para brancos, os brancos é que têm que aprender! Você entendeu? Porque os negros estão aprendendo na luta, na exploração... Tudo o que tem aqui eles já estão aprendendo.

Então, esse curso é um curso para ser oferecido para todos, não era um curso para negros nem para brancos, é para todos. [...] Brasileiros no seu conjunto, temos que entender a questão africana e brasileiros no seu conjunto temos que entender a questão racial no Brasil. Não podemos segmentar esse conhecimento
(Beluce Bellucci)

O que Beluce nos informa diz respeito, nas entrelinhas, ao papel de não-negros na luta antirracista, mas sobretudo, ao papel desempenhado pela educação, mais especificamente pelo ensino de disciplinas como História, Economia, Sociologia e Literatura para a construção de novas mentalidades e novas compreensões sobre o continente africano e a população negra no Brasil.

Essas novas maneiras de olhar para essas questões, que não são tão novas assim, haja visto o histórico de lutas do movimento negro com esse mesmo objetivo, mas que no contexto do curso, na formação inicial daqueles estudantes que muitas vezes estavam tendo o primeiro contato em profundidade com essas temáticas somente ali, pode-se dizer que de certa maneira são novas sim.

Portanto, não apenas esse curso, mas todos os processos, encontros e atividades diversas desenvolvidas pelo CEAA ao longo de mais de três décadas podem ser compreendidos como ferramenta importante para a formação de agentes da luta antirracista na sociedade como um todo, compreendendo que a luta contra o racismo não é um problema ou uma questão a ser tratada pelos negros, mas que é uma empreitada que deve ser assumida por toda a sociedade, independente de identificação racial ou cor de pele.

É importante levar em conta que essa construção conjunta não se pretende e não é compreendida por mim como ponto pacífico e harmônico, mas sim uma construção que se desenvolve entre negociações, conflitos, dissonâncias e acordos. Contudo, apesar disso, esse curso desenvolve esse lugar de produção de mentalidades e de agentes sociais que têm o potencial e muitas vezes o objetivo de utilizar os conhecimentos ali construídos para promover reflexões do mesmo tipo em outros espaços, difundindo e ramificando cada vez mais a luta antirracista.

Há outro caso que reforça a importância do engajamento também de não-negros na luta antirracista, e não só, mas inclusive o quanto essa luta pode estar conectada com outras lutas sociais, assim como o quanto essa conexão pode ser potente para o fortalecimento da luta, apesar das inegáveis especificidades de cada uma delas. É o relato de Amauri Mendes Pereira sobre o padre Alípio de Freitas, conhecido como o padre guerreiro⁴⁶, um clérigo

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.unicap.br/webjornalismo/estilhacosdaverdade/site/?p=24>>. Acesso em 29 de dezembro de 2019.

português que em plena ditadura civil militar no Brasil aderiu à luta armada contra o regime e segundo Amauri Mendes Pereira, foi um preso político que se tornou uma espécie de mártir, pelo heroísmo de sua trajetória:

Consta que nas narrativas, as histórias da resistência à ditadura militar, [...] que o padre Alípio de Freitas foi um dos presos políticos mais torturados do tempo da ditadura [...]. Nas crônicas assim, [...] consta que ele [...] esteve em talvez todos os presídios onde tinha prisão política, [...], porque ele tinha uma característica central, ele não falava! E aí a tortura, pancada o tempo todo, choque, tortura de todo tipo e ele só gritava, xingava e cuspiam em cima dos caras. Virou assim, um mito, né? Todo grande torturador queria passar por ele para tentar dobrá-lo. E ele jamais falou nada, enfrentava, então era um grande herói, um mártir.

(Amauri Mendes Pereira)

Amauri fala sobre um evento organizado pelo Afro-Asiático em que houve participação do padre, justamente no contexto da anistia e conseqüentemente sua soltura em 1979. Segundo o entrevistado, o clima era de comemoração, pois apesar de a ditadura militar ainda perdurar alguns anos depois desse episódio e deixando algumas marcas significativas antes de chegar ao fim, a anistia representava uma vitória importante, uma conquista social e naquela ocasião, Alípio era um símbolo da vitória:

Ele estava muito vermelho e forte, vigoroso, porque acabou de derrotar o regime militar, [como quem diz] "estou livre e solto, vivendo nessa sociedade, estou vivo!". E aí [...] ele declama o poema de Solano Trindade. "Como você vê aqui, tem muitos negros, como vocês estão vendo, nosso público é principalmente de negros, movimento negro". Aí ele fica firme assim na mesa, aquela coisa toda e grita: "todos aqueles que lutam contra o racismo, contra o imperialismo, contra o colonialismo são meus irmãos!". E fala o poema de Solano [...].

"Para esses eu tenho um poema grande como o Nilo", e começam os referenciais históricos, o poema de Solano. É fabuloso porque [...] ele está dizendo ali que ele não é negro, mas ele é irmão e considera a todos irmãos, porque "todos aqueles que lutam contra o colonialismo, o imperialismo e o racismo são meus irmãos". Então eu lembro da imagem dele falando, muito vibrante.

(Amauri Mendes Pereira)

É notável o quanto aquele evento foi marcante para Amauri, visto que, ainda é uma lembrança bastante viva em sua memória. Um episódio ocorrido há exatos 40 anos e que quando acionado ainda emerge com o vigor narrativo como vimos acima. Amauri coloca em evidência a maneira como Alípio expressa compreender as lutas sociais, valorizando o entrelaçamento dessas como parte de um objetivo comum, o combate aos efeitos nocivos da modernidade criada pela Europa ocidental e cultivada desde o século XVIII, se fortalecendo até os dias de hoje, passando, evidentemente, pela década de 1970, a que Amauri se refere.

Além disso, o que parece ter marcado as memórias de Amauri nesse sentido também é o aspecto da equidade na luta, afirmada por Alípio quando diz serem seus irmãos todos aqueles que lutam contra o racismo, contra o imperialismo, contra o colonialismo.

Não posso deixar de comentar ainda algo que chama atenção nessa história. É o fato de Alípio não utilizar o argumento de irmandade na luta apenas como um artifício retórico e esvaziado, como alguém que diz mas não tem contato algum com outras lutas sociais que não a empreendida por si próprio. Isso fica evidente quando o padre declama o poema de Solano Trindade, que é um poeta e artista plástico negro comprometido com a questão racial e fortalecimento da cultura negra no Brasil. Reconhecer a importância do poeta Solano Trindade para a luta antirracista e declamar seu poema naquela ocasião, para mim é uma evidência de que Alípio realmente assumia o compromisso da luta conjunta e se esforçava para estar em contato e absorver elementos culturais que dizem respeito à luta antirracista, no empenho de compreendê-la e de alguma forma contribuir para construí-la.

Eu não teria condições de responder os porquês exatos de esses elementos aparecerem de maneira tão expressiva na fala de Amauri e terem marcado tanto suas memórias, mas, no entanto, as leituras de Amílcar Cabral (1974) me levam a interpretar essa questão entendendo que a capacidade de Alípio reconhecer as semelhanças, assim como a capacidade de compreender a necessidade de formar a unidade para a luta, apesar das diferenças, aglutinando portanto aqueles que se empenham nas lutas sociais consideradas importantes por determinados grupos, que nesse caso são as lutas contra o racismo, o colonialismo e o imperialismo. Isso tudo desperta interesse e é marcante, pois aponta para um caminho de cooperação para o combate.

É evidente que o protagonismo da luta antirracista é das pessoas negras, não por uma questão de opinião pessoal, mas pelo histórico de lutas de longa data da população negra contra o racismo e por outro lado, ninguém mais apto a decidir quais os melhores caminhos e estratégias de superação dessa mazela se não aqueles que a vivenciam.

No entanto, uma postura como a de Alípio dá impulso para que o debate do antirracismo e as ações que possam surgir desse debate ganhem força, sendo compreendida como uma questão que compete a toda a sociedade contribuir para superar, não sendo, portanto, um problema isolado dos negros.

De alguma maneira pode ser que Amauri tenha se mobilizado ao ver uma figura politicamente importante para os movimentos sociais no país assumindo esse tipo de postura, mesmo se tratando de um homem branco, que no senso comum da sociedade brasileira, nada

tem a ver com a luta contra o racismo.

Em entrevista concedida em inglês a um jornal norueguês no final de 2018, mas traduzida e publicada no Brasil no site *A fita*, em novembro de 2019, Achille Mbembe traz uma contribuição interessante para pensar sobre as fronteiras entre as lutas sociais, trazendo o argumento de que a percepção de fronteiras muito fixas e impenetráveis entre uma luta social e outro está embasada em uma noção purista de identidade que em alguns sentidos pode ser fragilizante para a construção dessas lutas, retardando ou impedindo um real avanço em nível macro no caminho de superação de determinados males:

O que é político não pode ser reduzido ao meticuloso gerenciamento de espaços emocionalmente seguros e atmosferas compartilhadas. A agência radical não tem nada a ver com o compartilhamento de fronteiras. É a respeito da desfronteirização. Simplesmente não é verdade que, a não ser que eu tenha passado pela exata mesma experiência do outro, que eu não saiba nada sobre a sua dor e deveria simplesmente me calar. Na medida em que ser humano é se abrir à possibilidade que já ali está de se tornar outro, tal conceito de self e de identidade é, por definição, anti-humano. A política do nosso tempo precisa partir do imperativo de reconstruir o mundo em conjunto. Para que a ideia de descolonização tenha impacto em uma escala planetária, ela não pode começar com a suposição de que eu sou mais puro que meu vizinho.⁴⁷

Quando Mbembe diz: "É a respeito da desfronteirização", é nesse sentido que então está a potência do Afro-Asiáticos. A promoção da convivência sob o mesmo teto, de pessoas com trajetórias, oportunidades, cor de pele, posições sociais, posições profissionais e outras diferenças unidas sob objetivos comuns e trabalhando por esses objetivos é o que tornou essa experiência de mais trinta anos aquilo que ela foi e representou no Brasil e no exterior.

Claro, com isso não deixo de ter em vista que essas diferenças também geram disparidades e relações desiguais de poder, o que envolve conflitos internos e disputas de acordo com as demandas trazidas por essas diferenças. No entanto, a ideia é assumir que os atritos, conflitos e divergências fazem parte do jogo social sempre, e para o que não há escapatória. Não seria diferente nesse caso.

⁴⁷ Disponível em: <<http://afita.com.br>>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

Capítulo III - o curso de pós-graduação *lato-sensu* em história da África e do negro no Brasil

Eu falei: "vamos fazer uma pós-graduação"

Os “finalmentes”: como surge o curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil

Até aqui tracei em linhas gerais os principais elementos que prepararam o terreno para o surgimento do curso. Falei da importância da biblioteca para unir pessoas em torno do CEAA, da constante conexão com a militância do Movimento Negro, falei da circulação transnacional de pessoas e do enriquecimento que isso traz, o papel dos afetos como mediador das relações construtivas e, por fim, uma breve reflexão sobre o papel das pessoas não-negras na luta antirracista. Todos esses elementos fizeram parte do Centro ao longo de muitos anos e esses longos anos foram necessários para a formação das condições a que se chegou nos anos 1990.

A partir de agora pretendo falar sobre alguns fatos e arranjos dentro do Afro-Asiático e do cenário político nacional que precederam imediatamente o surgimento do curso. Em 1996, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Ferreira concluíram seus cursos de mestrado. Edson Borges concluiria no ano seguinte e, José Maria Nunes Pereira já era mestre e estava cursando doutorado em Sociologia na USP.

Além desses, Beluce Bellucci já havia chegado ao Brasil com mestrado cursado na Sorbonne, Célia Nunes já havia concluído seu doutorado, também na Sorbonne, e Mônica Lima já era mestre pelo Colégio do México. Boa parte das pessoas ligadas ao Centro já eram mestres, doutores ou com doutorado em andamento. Isso é um elemento importante, porque essa formação acadêmica foi o primeiro passo para que ali se pudesse oferecer um curso de pós-graduação. Haver gente capacitada, não só do ponto de vista prático, mas do ponto de vista formal, acadêmico.

Outro fator é o surgimento de cursos de pós-graduação *lato-sensu* diversos, como informam Beluce Bellucci e Marcelo Bittencourt em suas entrevistas. Cursos não apenas nas áreas de humanidades, mas em várias outras áreas em diversas instituições. Portanto, houve o crescimento de um mercado para esse tipo de atividade naquele momento, o que se revelou uma boa oportunidade a ser explorada pela UCAM. Aliado a isso, existem as lutas do movimento negro por educação, o que provavelmente é o ponto mais importante desse

processo.



1- Benedita da Silva, 2- Maria Izabel Mendes de Almeida,
3- José Maria Nunes Pereira, 4- Ruy Afonso. Reitoria da UCAM 2004.

Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Histórico de lutas do movimento negro por educação

"Nossos passos vêm de longe"

Esse movimento social está visceralmente envolvido e comprometido com as pautas voltadas para a educação escolar e acadêmica ao longo de todo o século XX. No entanto, esse envolvimento não se restringe às dinâmicas do mundo escolar, vai para além disso. As pautas empreendidas pelo movimento negro geram reflexões e abrem campo de debate na sociedade como um todo, transformando-a e incitando seus vários setores a levar em consideração e inserir nos debates cotidianos essas pautas.

Essa concepção é fortalecida pela ideia de "movimento negro educador", elaborada por Nilma Lino Gomes:

Parte-se da premissa de que o Movimento Negro, assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social. [...] Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana. (GOMES, 2017, p. 28-38)

A partir dessa concepção, gostaria de fazer um breve panorama que informa sobre alguns aspectos e experiências que marcaram a atuação histórica do movimento negro.

Como é possível observar no artigo escrito por mim, Amilcar Araújo Pereira e

Thayara C. Silva de Lima, *O movimento negro na luta por educação, ontem e hoje* (2019), as duas conquistas consideradas como mais importantes pelo movimento negro na atualidade são as cotas raciais no ensino superior e a lei que torna obrigatório o trabalho com história e cultura da África e história e cultura afrodescendente nos estabelecimentos de ensino básico, públicos e privados, a Lei 10.639/03.

Ambas foram conquistadas mediante ideais e lutas empreendidas pelo movimento negro desde pelo menos as décadas de 1940 e 1950. A partir, por exemplo, do TEN e seus idealizadores. Sua proposta focalizava a mudança de paradigmas sobre a cultura nacional e dos currículos escolares, como podemos observar nas páginas do jornal *Quilombo*:

Há, entretanto, algo novo no projeto do TEN: educação e cultura se entrelaçam. Entendem seus idealizadores que a escolarização, pura e simples, não bastaria para criar aquilo que Guerreiro Ramos chamou de “estímulos mentais apropriados à vida civil”. Segundo ele, os negros desenvolveram um profundo sentimento de inferioridade cujas raízes estão na cultura brasileira. Para libertá-los desse sentimento **não basta simplesmente escolariza-los; seria preciso produzir uma radical revisão dos mapas culturais, que as elites e, por consequência, os currículos escolares, elaboraram sobre o povo brasileiro.** Aliás este foi o tema do I Congresso do Negro Brasileiro (*Quilombo*, nos 5 e 6). [Grifo meu]. (GONÇALVES & SILVA, 2000, p. 149).

Como se pode observar, o questionamento dos paradigmas sobre a história e cultura nacional, e conseqüentemente, o questionamento dos parâmetros definidores dos currículos escolares são uma preocupação marcante por parte dos dirigentes do TEN. Até onde pude investigar, essa é a primeira vez que a questão é colocada dessa maneira, como pauta política consolidada, tendo sido inclusive, como se observa no excerto anterior, tema do I Congresso do Negro Brasileiro.

Sobre o acesso de negros ao ensino superior e o subsídio do Estado na efetivação desse acesso, o mesmo jornal, (*Quilombo*) dirigido por Abdias Nascimento, já em sua primeira edição lançada em 09 de dezembro de 1948, registra como um de seus objetivos políticos, na seção intitulada “Nosso Programa”, ao enumerar suas propostas de ação, diz o seguinte:

Para atingir esses objetivos **QUILOMBO** propõe-se:

[...] 3 - lutar para que, enquanto não fôr tornado gratuito ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.⁴⁸

⁴⁸ Disponível em: <ipeafro.org.br> . Acesso em 07 de novembro 2019.

Nesse sentido, a conhecida frase: “*Nossos passos vêm de longe!*”⁴⁹ aponta bastante no rumo do que pretendo expressar quando falo sobre o aspecto histórico das lutas desse movimento social. Anterior à experiência do TEN, houve uma série de iniciativas da população negra no Brasil se organizando para conquistar melhores condições de vida por meio da educação. Há casos conhecidos desde o período imperial, como é o caso do professor Pretextato dos Passos e Silva que, em 1856, a pedido dos pais, que desejam que seus filhos recebam ao menos a educação primária, abre uma escola no Rio de Janeiro - então capital do império - para atender a crianças negras que eram rejeitados literalmente ou excluídos das outras escolas por mecanismos subjetivos e indiretos (LIMA & MAIA & PEREIRA, 2019, p. 180).

Um dos mais emblemáticos exemplos do início do século XX situa-se na década de 1930, na cidade de São Paulo, em uma articulação realizada pela Frente Negra Brasileira, primeira grande organização do movimento negro brasileiro:

Raul Joviano do Amaral [...] elaborou uma proposta ousada de educação política com os seguintes objetivos: agrupar, educar e orientar (Gonçalves, 2000). Criou uma escola que só no curso de alfabetização atendeu cerca de 4.000 alunos. E a escola primária e o curso de formação social atenderam 200 alunos. A maioria era de alunos negros, mas aceitavam-se também alunos de outras raças. [...]. Os líderes viam a educação como algo que deveria ser realizado pela própria iniciativa dos negros. Havia um projeto na Frente Negra Brasileira de criação do “Liceu Palmares” com o objetivo de ministrar ensino primário, secundário, comercial e ginásial aos alunos sócios. Mas aceitaria também não-sócios e brancos, brasileiros ou não. (A Voz da Raça, 25/03/1933, p. 4). (GONÇALVES & SILVA, op.cit. p.144)

Em um período posterior, a partir da década de 1940, há uma mudança na forma de atuação e na compreensão dos militantes sobre como as lutas por educação devem ser pensadas e travadas. Se antes, como vimos no trecho acima, a principal ideia vigente entre as lideranças era a de que a comunidade negra deveria ser responsável pela promoção de seu próprio desenvolvimento a partir da educação, nas décadas seguintes isso se transforma radicalmente. A educação passa então a ser compreendida como um direito social que deve ser provido pelo Estado. No entanto, é importante lembrar que essa nova concepção não

⁴⁹ A frase é parte do título de um livro organizado por Jurema Werneck; Maisa Mendonça; Evelyn C. White, *O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe*, publicado no ano 2000. Posterior foi título de outros trabalhos de Jurema Werneck. A frase ganhou popularidade nos últimos anos entre a militância negra no Brasil. Jurema Werneck é co-fundadora da ONG Criola, entidade importante para a defesa das mulheres negras neste país.

exime o movimento negro de - além de lutar para que o Estado cumpra sua função de educar a sociedade como um todo - seguir desenvolvendo suas iniciativas educacionais em prol da comunidade negra. É o caso do já mencionado Teatro Experimental do Negro:

O Teatro experimental do Negro (TEN) (1944-1968) nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira. O TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos, e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilita também a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional (GOMES, op.cit. p.30).

Essa forma de atuação que trabalha com cultura/artes e educação de maneira relacionada será acionada também em momentos posteriores no que viria a consistir a atuação desse movimento social, especialmente a partir da década de 1980, quando começa a se fortalecer a estratégia desse movimento e suas pautas na proposição e desenvolvimento de políticas educacionais junto ao Estado (GONÇALVES & SILVA, op.cit., 149). Para concluir essa sucinta explanação sobre a íntima relação do movimento negro com as pautas educacionais, citarei alguns marcos importantes que caracterizaram sua atuação nesse aspecto entre as décadas de 1980, 1990 e 2000.

Com base novamente no trabalho de Nilma Lino Gomes (2017), a partir da década de 1980, no contextos das intensas mobilizações sociais para a redemocratização do país, depois de um período de ditadura civil-militar (1964-1985), a militância negra organizada ganha um novo aspecto, focalizando com mais intensidade a partir de então, a demanda por políticas educacionais menos universalizantes junto ao Estado e atuando sobre a demanda por políticas mais específicas que contemplassem as necessidades da população negra mais diretamente.

Entre as décadas de 1980 e 1990, começa a surgir em maior número intelectuais negros engajados que passam a desenvolver estudos acadêmicos direcionados para a questão racial no Brasil, o que reforça o argumento da centralidade da questão racial como uma questão nacional. É bastante provável que parte dessa intelectualidade negra que emergiu nessa época seja fruto do trabalho de formação de acadêmicos negros no IUPERJ impulsionado por Carlos Hasenbalg, entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990, quando esteve na direção do Afro- Asiático.

É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento

que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas. (GOMES, op.cit., p.33)

Em 1995 realiza-se a "Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida", em Brasília, na data de 20 de novembro. Nessa ocasião foi entregue ao então presidente, Fernando Henrique Cardoso o "Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial" no qual as demandas de longa data por ações afirmativas se faziam presentes mais uma vez.

Outro marco importante foi a participação do Movimento Negro na preparação e no decorrer da "III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas", realizada em Durban, na África do Sul, em 2001.⁵⁰ A partir desse evento o Estado brasileiro passa a reconhecer internacionalmente a existência institucional do racismo no país e se compromete a construir mecanismos de superação desse problema.

Em decorrência desse processo — mas não só —, principalmente como fruto de décadas de luta, em 2003 é sancionada a Lei federal nº 10.639/03. No mesmo ano, há também uma movimentação dentro da estrutura de Estado para o desenvolvimento de mecanismos para o combate ao racismo institucional. É criada também em 2003 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir). No ano seguinte, em 2004, cria-se dentro do MEC a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que reforça a presença desse tipo de mecanismo na estrutura do Estado.

Os fatos ocorridos na década de 1990 me interessam de maneira especial neste trabalho, na medida em que colaboram para compreender o contexto político, logo, compreender o pano de fundo que sustenta as condições conjunturais que possibilitam o surgimento do curso aqui estudado.

Evidentemente há aí um contexto favorável e um terreno fértil para que essa iniciativa surgisse e se consolidasse, como já referido. Seus idealizadores vislumbraram a importância dessa oportunidade e não exitaram em aproveitá-la.

Quer dizer, tem uma conjuntura política, tem o Afro-Asiático que reúne a militância e jovens pesquisadores e daí, desse caldo surge o primeiro curso. Aquilo é um sucesso, e aí depois os cursos vão ganhando autonomia porque também vão tendo a parceria quer da secretaria municipal ou da secretaria estadual de educação que aí libera os professores para virem fazer o curso [...] (Marcelo Bittencourt)

⁵⁰ Para saber mais, consultar: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares-MinC; Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

Há representação do Movimento Negro no Estado desde a década de 1980, exercendo fortes pressões para a promoção de leis e políticas públicas para combate ao racismo no Brasil, o que inclui a institucionalização do trabalho com história e culturas africanas e história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino básico. Exemplos desses representantes são Abdias Nascimento, Carlos Alberto (Caó) e Benedita da Silva.

Benedita teve, inclusive, participação significativa no processo da Constituinte, compondo a representação do Movimento Negro na apresentação de propostas para a Constituição de 1988. Uma das principais pautas do movimento negro nesse processo é justamente voltada para essa questão da inclusão das experiências históricas e produções culturais africanas e afrodescendentes nos currículos escolares.

Ao mesmo tempo, na década de 1990, na continuidade das pressões do Movimento Negro sobre o Estado, começam a surgir indícios que apontavam para a inclusão dessas temáticas nos currículos escolares, o que de alguma forma vai se expressar nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, os PCNs, que, segundo Lorraine Nazário, representa um marco na educação brasileira do período pós redemocratização do país. Essa medida reafirma aquilo que já havia sido previsto na Constituição, mas que agora ganha novo fôlego e reforço que é o reconhecimento da necessidade do trabalho de questionamento e discussão a respeito de como eram tratadas até então as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares:

Tratava-se de uma importante mudança de perspectiva nos textos curriculares brasileiros, com o propósito claro de fustigar a, já citada, ideia da existência de uma cultura única, fruto da miscigenação de brancos, índios e negros e que se pretende expressão desta “mistura”. De acordo com o texto dos PCNs, essa visão acabou por gerar um ensino que não problematizava a relevância desigual dada aos traços culturais indígenas e africanos na construção tradicional da narrativa da nação.
(NAZÁRIO, 2016, p. 22)

Diante de todo esse contexto que se desenvolve de maneira mais efetiva para o que tratamos aqui, entre os anos 1980, passando pela década de 1990, quando surge o curso e chegando até os anos 2000, tendo a Lei federal nº 10.639/03 como marco fundamental, o CEAA dá um passo decisivo: a criação do curso de pós-graduação *lato-sensu* em história da África - que posteriormente inclui no nome "e do negro no Brasil". Ou seja, havia um contexto político e legal favorável à abertura de campo na sociedade para o trabalho com a temática, existia agora um efetivo docente formalmente qualificado, com mestrados e doutorados trabalhando na Universidade Cândido Mendes, especialmente no CEAA e, além disso, algo bastante relevante nessa composição - e que não pode ficar de fora - é o

comprometimento histórico do CEAA com a militância antirracista e contato constante com o movimento negro que permitiu alinhar demandas e ofertas desse tipo naquele momento.

E, finalmente então, cria-se o curso:

Bom, a necessidade era vista, era sentida. Porque as pessoas perguntavam, "não tem pós-graduação, não sei o que". E era um momento, foi logo no início, quando no Brasil começa a se falar muito de curso de pós-graduação. Nós tínhamos ali um comitê central. O comitê central no Afro-Asiático era composto por mim, pelo Marcelo Bittencourt e pela Célia Nunes. Depois nós tínhamos um outro ampliado, que eram essas três pessoas mais o Zé Maria, o Édson Borges e o Roquinaldo... [...]

Por que é que eu falei daquelas três pessoas iniciais? Porque as ideias iniciais surgiram primeiro aí, nesse núcleo. [...] Ele surge nesse triângulo aqui. [a ideia] De transformarmos aquele ensinamento que estava ali já presente em pós-graduação foi minha. Eu falei: "vamos fazer uma pós-graduação". Aí eu pedi para o professor Zé Maria fazer o primeiro projeto do curso, ele faz então. [...]. Aí, esse coletivo grande redesenhou. [...]. Cada um depois recheou as coisas, foi um processo muito democrático o da construção, mas quem escreveu a primeira versão desse modelo foi o Zé Maria e sobre essa versão é que nós discutimos, sobre uma ideia minha de criação do curso de pós-graduação. (Beluce Bellucci)



Cartaz de divulgação da primeira edição do curso de pós-graduação em história da África oferecido no Brasil. Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

Primeira turma e a presença marcante do movimento negro

"Opa! Esse mundo, será que dá para mim? Dá, tem que dar!"

Para começar a tratar das características do curso de fato, assim como de seu desenvolvimento e implicações ao longo das décadas de 1990 e 2000 considero pertinente tratar antes de tudo, de sua primeira edição, mais especificamente sobre as características da primeira turma. Minha escolha tem um motivo especial, pois essa primeira turma se destaca das demais por características muito específicas, o que tem a ver com as condições criadas pelo CEAA ao longo de sua trajetória.

Para tratar um pouco das características dessa turma, Monica Lima relata sua experiência inicial com o curso.

[...] a primeira turma do Afro-Asiáticos, da turma de 1996, do primeiro curso de história da África era uma turma 90% de gente da militância, eu diria. Talvez eu esteja exagerando, mas vamos pôr lá, 70% da turma era a turma da militância.

Eu nem tinha dimensão da história de vida de algumas daquelas pessoas, mas eram pessoas muito importantes no movimento negro carioca. Nossa, muito importantes.

Era uma turma majoritariamente negra, majoritariamente! Foi feita até uma reportagem a esse respeito, e com um grupo grande de militantes e que faziam intervenções e perguntavam muito durante as aulas (Monica Lima).

A esse respeito e nesse mesmo sentido, complementando a caracterização dessa turma, além do trecho acima eu gostaria de apresentar mais alguns trechos de entrevistas que colaboram para compreender de maneira um pouco mais profunda o que foi essa experiência e, colaboram igualmente para que se comece a refletir sobre as possibilidades dos porquês de essa ter sido uma turma especial.

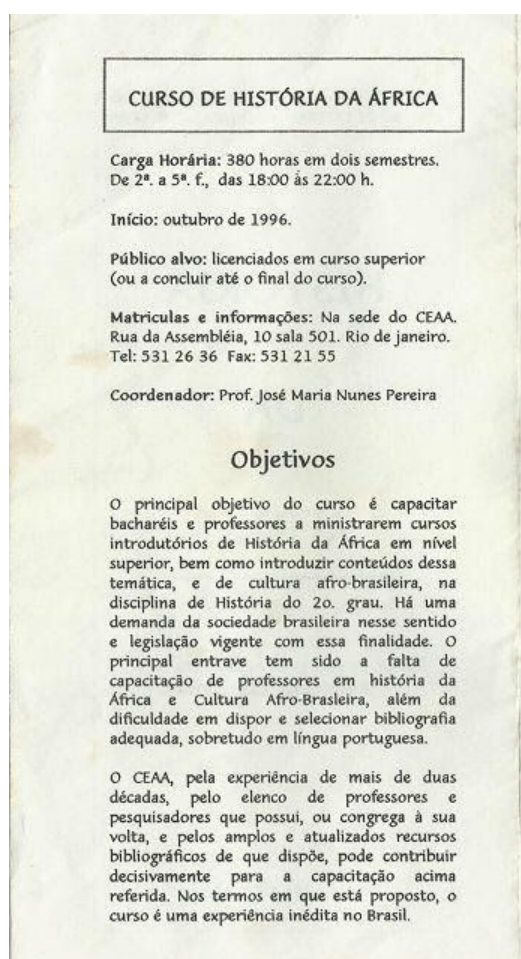
Marcelo Bittencourt fala sobre a composição dessa turma de maneira um pouco mais detalhada. Havia basicamente dois grupos na composição daquele público. Os militantes do movimento negro que compunham a maior parte do grupo, como pode ser notado no trecho anterior, estudantes que cursavam os últimos períodos de graduação e os já graduados que buscam reinserção no mundo acadêmico:

[...] isso é importante vocês terem registado aí, o curso começou durante a semana, porque como ele era no Centro da cidade, a ideia era pegar as pessoas depois do trabalho. Por que? Porque a primeira turma não tinha o perfil de professor do ensino fundamental e médio, a primeira turma era uma turma de militantes do movimento negro, alguns jovens estudantes da graduação e uns poucos que estavam fazendo [...] uma espécie de reciclagem

para tentar entrar na pós [graduação] *stricto-sensu*, porque era uma pós [graduação] *lato-sensu*.

Então era, se não me engano era terça, quarta e quinta. Ele era três dias na semana, no miolo da semana [...] (Marcelo Bittencourt)

Apesar de essa turma não ter perfil marcado pela presença expressiva de professores, isso não parece ter sido proposital, pelo contrário, havia o objetivo de atingir também professores, na medida em que um dos propósitos do curso era formar pessoas capazes de ministrar outros cursos sobre o tema, em nível de graduação e em nível de educação básica, como mostra o programa de divulgação dessa primeira edição.



Parte do programa da primeira edição do curso de pós-graduação *lato-sensu* em história da África, 1996.

Fonte: arquivo pessoal de Monica Lima.

Isso se explica, a meu ver, por um certo erro estratégico cometido pela equipe de planejamento. Digo isso pois a equipe do CEEA tinha larga experiência com as dinâmicas e lógicas de funcionamento do mundo acadêmico. No entanto, havia muito pouco contato com a educação básica até então. Havia professores da educação básica que frequentavam o Afro-Asiático, como é o caso de Amauri Mendes Pereira, que tem formação em Educação

Física e naquele momento atuava como professor da educação básica. Porém, até aquela altura da década de 1990, havia pouca ou nenhuma inclinação do CEAA para as questões do ensino básico, algo que começou a mudar radicalmente com a chegada do curso.

Beluce Bellucci deixa evidente o quanto o Afro-Asiático precisou aprender a lidar com esse novo público ao qual pretendia atingir:

[...] nós bolamos um curso que ele tinha quarenta sábados [...] de oito horas! Eram oito horas! No início não era assim, no início era dado duas ou três vezes por semana, à noite e tal, não funcionou legal. O melhor curso para você pegar professor é dar sábado o dia inteiro. (Beluce Bellucci)

A partir da segunda turma o curso já passou a contar com um número maior de professores. No entanto, a presença massiva desse público só se deu nas edições do início dos anos 2000, visto que, pelo menos até a edição de 1999, quando se realizou a terceira edição, as aulas ainda aconteciam durante a semana. Conforme é possível observar no excerto da entrevista de Marcelo Bittencourt acima, esse primeiro grupo não era homogêneo no que diz respeito aos interesses e objetivos dos estudantes ao participarem do curso.

Havia aqueles estudantes que estavam nos últimos períodos de graduação e que muitas vezes pretendiam cursar mestrado. Vários desses consideravam que o curso do CEAA poderia ajudar na preparação para o passo seguinte, compreendendo o curso *lato-sensu* como uma espécie de degrau para chegar ao mestrado.

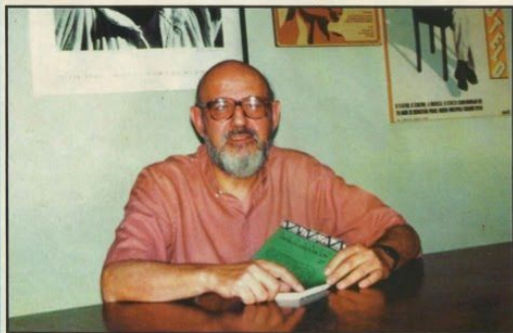
Havia ainda aqueles profissionais já graduados em diferentes áreas que buscavam por essa via uma reaproximação do mundo acadêmico, conforme comentei anteriormente. No que diz respeito aos interesses dos militantes do movimento negro que ali se encontravam, Marcelo Bittencourt declara:

[...] você tinha a militância, e uma militância que também tem que ser dito, estava a fim de estudar África. Tinha questão suficiente para eles só querem discutir a questão racial no Brasil, isso já é suficiente, mas eles estavam interessados em estudar África [...] (Marcelo Bittencourt)

Nossa memória reconstruída

Pós-graduação em História da África forma especialistas para o Segundo Grau

Por Wedencley Alves



Ao entrar numa sala da pós-graduação de um respeitado instituto de pesquisa, o visitante depara-se com uma turma formada em

sua maioria por alunos negros. Para o leitor, esta cena se passou: (a) em Angola, (b) em Cuba ou (c) nos Estados Unidos? Pense rápido e depois

responda - no Brasil.

Isso mesmo. Lá na rua da Assembléia, 10, centro do Rio, no edifício Cândido Mendes, funciona o Centro de Estudos

Afro-Asiáticos, um dos mais importantes institutos de pesquisa sobre África no País.

Lá, funciona o departamento de pós-graduação em História da África, que mantém o curso de especialização no tema. A percentagem de alunos negros, futuros especialistas, chega aos 80%.

O coordenador José Maria Nunes Pereira, provalmente, o maior africanólogo do país, e um dos fundadores do CEEA, afirma que esse curso é o desdobramento natural das teses sustentadas pelo centro. Uma delas, a de que a África é matriz da formação brasileira, ao lado das contribuições europeias e indígenas. A outra, que toma a África como palco de um dos fenômenos mais básicos da História Contemporânea do pós guerra - com os movimentos de descolonização e libertação.

Demanda - Este curso teve a aprovação e apoio do

Capes e pretende atender a necessidade de se especializar profissionais em História da África. Isto porque já há uma grande demanda por profissionais formados nesta área. A demanda vem da consolidação da disciplina História da África nas Universidades e do surgimento da cadeia em cursos de segundo grau.

Em alguns estados brasileiros, já há legislação que inclua essa disciplina no currículo do segundo grau, principalmente na rede pública.

O curso tem uma carga horária de 450 horas, distribuídas em 11 matérias ministradas por 12 professores, dos quais 11 têm experiência de campo na África, além, é claro, de sólida formação acadêmica.

Alguns alunos estão usufruindo de bolsas concedidas por organizações do movimento negro, como o IPCN e a Fundação de Palmares.

Produção acadêmica no Brasil vem crescendo

De acordo com o coordenador do curso de pós-graduação em História da África do CEEA, a produção acadêmica brasileira sobre a África, embora longe do ideal, começa a tomar volume. Segundo José Maria Nunes Pereira, essa produção é muito forte em li-

África, da Universidade de São Paulo, e a *Estudos Afro-Asiáticos*, do CEEA, que está saindo neste fim de ano com um número dedicado a Angola.

CEEA foi o berço do movimento negro fluminense



teratura africana de língua portuguesa e em Ciências Sociais. Na primeira, contam-se mais de uma dezena de teses de doutorado, geralmente defendidas na USP e na UFF.

No momento há duas revistas especializadas na publicação desses trabalhos: a *Revista*

Se hoje o CEEA é um lugar de reflexão para a pesquisa, essa mesma reflexão aparecia nos anos 70 em forma de engajamento político. Foi nas reuniões, conta José Maria Nunes Pereira, realizadas aos sábados que surgiu a idéia da criação de importantes entidades

do movimento negro. Dali, surgiram forças militantes, como o IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, o grupo André Rebouças, da UFF, e a Sociedade Internacional Brasil/África.

Curiosamente, para quem não está dentro do movimento, o clima de

discussões retomava em outro ambiente a mesma motivação encontrada nos bailes *soul*, que ganhou caráter ideológico. Isso se deu em meados dos anos 70, um pouco antes do renascimento do movimento negro em São Paulo, com o MNU.

Matéria da Revista Black People sobre o curso de pós-graduação em história da África do CEEA, 1996.

Figura 1: José Maria Nunes Pereira.

Figura 2: Monica Lima ministrando aula à primeira turma do curso.

Fonte: arquivo pessoal de Monica Lima.

Dentre os estudantes dessa primeira turma estavam algumas figuras históricas e emblemáticas da militância negra do Rio de Janeiro, como afirma Monica Lima no trecho citado acima e também como informam outros entrevistados. Amauri Mendes Pereira, como

já se evidenciou até aqui, foi um personagem presente em praticamente toda a trajetória do CEAA e simultaneamente presente no processo de re- fortalecimento do movimento negro carioca. Além dele, há outras tantas figuras importantes e emblemáticas que se fizeram presentes naquele curso.

Marcelo Bittencourt cita algumas dessas pessoas, o que permite que se tenha alguma noção qualitativa de quem fez parte dessa composição e permite igualmente que se comece a construir uma compreensão dos significados dessa contribuição do movimento negro para a definição das características fundamentais inerentes à experiência da primeira turma:

O Amauri fez a primeira turma, Januário [Garcia]⁵¹ [...], Yedo [Ferreira] [...], o velho João [Conceição]⁵² [...]. Assim, dirigentes históricos do movimento negro no Rio de Janeiro fizeram - Nazaré!⁵³ - fizeram parte da primeira turma de estudantes do curso de *lato-sensu*. [...]
Acredito eu que tivesse mais gente da militância do movimento e, mais do que da militância, dirigentes do movimento negro no Rio de Janeiro do que alunos recém-saídos da graduação [...] que fossem pensar em fazer mestrado.
(Marcelo Bittencourt)

Essa presença tão marcante de militantes do movimento negro na primeira turma do curso tem relação com a proximidade histórica do CEAA com esse movimento social, assim como com os dias e horários de oferecimento das aulas, que eram de segunda a quinta-feira entre 18 e 22 horas, como pode-se observar na imagem do programa do curso. Porém, há pelo menos mais um aspecto importante para a compreensão dessa presença que é a política de concessão de bolsas de estudos a vários militantes.

Apesar de ser um curso privado e pago, esse projeto recebeu financiamento externo para acontecer, o principal deles foi a CAPES, mas também houve investimento da Odebrecht. Isso trouxe a possibilidade do oferecimento de bolsas de estudos que consistem na isenção quase integral do pagamento das mensalidades e em alguns casos também, na concessão de bolsas em dinheiro, para aqueles estudantes com condições financeiras mais restritas.

⁵¹ Januário Garcia é fotógrafo e militante histórico do Movimento Negro.

⁵² De acordo com informações contidas na entrevista concedida a mim por Amauri Mendes Pereira durante a realização da pesquisa para este trabalho, João Conceição é um militante histórico do movimento negro que pertence a gerações de militantes pré Movimento Negro contemporâneo, que surge no final da década de 1970. João Conceição chegou a ser presidente do IPCN.

⁵³ Até o momento de finalização deste trabalho, não consegui encontrar referências de quem é a personagem citada por Marcelo Bittencourt.



1-Orlando Fernandes, 2-Amauri Mendes Pereira, 3-Januário Garcia, 4-Paulo Roberto dos Santos, 5-Benedito Sérgio, por volta da década de 1990, provavelmente no CEAA.
Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

E uma coisa que nunca nós fizemos. Nós fizemos no início e depois nós cortamos. Era dar bolsa totalmente 100%. Porque isso a experiência foi péssima, muitos alunos aí que receberam isso, que nós tínhamos lá uma cota para dar bolsa, recebia 100 %, assistia dois meses de aula e depois abandonava, aí queimava para aquele que queria estudar. Então nós falamos, "não, você vai ter que dar os dois... os dois primeiros meses são pagos". Se você quiser largar depois vai ser problema teu. Isso foi uma coisa que depois continuou assim e foi legal. Mas a gente deu bolsa para muita gente, muita gente... Esse era o objetivo, fazia parte do pacote nosso de... Ensino. (Beluce Bellucci)

Essa política possibilitou a participação, por exemplo, de Amauri Mendes Pereira, que naquele momento estava começando a fazer um movimento de relativo afastamento da militância do movimento negro por motivos práticos de necessidade de dedicar mais tempo ao provimento de seu próprio sustento e de sua família:

[...] eu estava saindo da direção do IPCN, tinha uma roda de capoeira [...]. Naquele momento em que eu não aguento mais, vou para o pé do berimbau, o Zé Maria bota a mão no meu ombro:

- "De qualquer maneira você tem que ir amanhã no Afro-Asiático".
- [Ofegante] "como assim, Zé?".
- "Vamos começar um curso de história da África".
- [Ofegante] "como assim curso de história da África?".
- "Você tem que estar lá".

- "Não posso, eu não posso porque agora eu vou me dedicar à minha vida, vou trabalhar, vou pegar dupla regência no município".
- "Tem uma bolsa de estudos".
- Então eu aceito", (risos).
- Chego lá no outro dia e tinha uma bolsa de estudos da CAPES para fazer

o curso de história da África. Aquilo fez toda a diferença.

Porque na verdade depois de sair da direção do IPCN eu não sabia o que fazer da vida, eu vivia ali e agora eu não vivo mais.

(Amauri Mendes Pereira)

Ou seja, ter recebido essa bolsa de estudos financiada pela CAPES foi para Amauri - e provavelmente para vários outros estudantes - a única maneira possível de participar do curso, na medida em que muitas vezes apenas a isenção de mensalidade não é capaz de garantir por si só que aqueles com condições financeiras mais frágeis participem de projetos desse tipo. A iniciativa do CEAA de convidar militantes do movimento negro para participar do curso e conceder essas bolsas é mais um indício de que aquela instituição estava engajada em contribuir com a luta social antirracista.

O caso de Amauri guarda particularidades importantes, já que, além de ter sido bolsista, esteve tanto na posição de estudante, quanto na posição de professor, nas edições seguintes. Vale lembrar que esse "salto" da posição de estudante para a de professor não se dá como um toque de magia, de uma hora para a outra. Amauri vinha desde os anos 1970 participando de discussões, congressos, encontros e cursos sobre África. Além disso, seu contato com a bibliografia sobre a temática que lhe conferiu um acúmulo prévio de conhecimento no assunto. Acúmulo esse que o curso de pós-graduação ajudou a sistematizar e aprimorar, mas que, diferente de alguns outros estudantes, não significou um primeiro contato com a temática.

A experiência de Amauri representa, portanto, um diálogo entre os conhecimentos construídos na militância e os conhecimentos construídos na universidade, o que sem dúvidas é um tipo de articulação que se mostra cada vez mais potente.

Entre naquele curso e foi uma loucura para mim. Estava ressignificando inteiramente a minha vida. Ter que olhar África com aquela lente que o Zé alertava. Ele sempre falava "olha, a África tem todas as maravilhas e os horrores de história de gente. Tem traições, covardias, cooptação, tem canalhices e também tem honra, coragem, força, moral e espiritual".

A gente sabia, mas era diferente ler os textos sobre isso [...]

Então, tudo isso a gente vai aprendendo e vendo que é uma outra história. Já não é aquela história só romântica, só de heroísmos, só de lutas, é uma história da revolução. Com grandes momentos e momentos difíceis de digerir.

(Amauri Mendes Pereira)

Foi a partir da vivência como estudante de pós-graduação naquele espaço que Amauri começou a pensar em seguir uma carreira acadêmica e se aprofundar nos estudos sobre África e relações raciais. "Opa! Esse mundo, será que dá para mim? Dá, tem que dar!" (Amauri Mendes Pereira). O próprio entrevistado relata como se deu o processo de transformações internas e tomada de decisão para o investimento em uma trajetória acadêmica que o levou, vários anos depois, a se tornar professor do Instituto de Educação da UFRRJ.

Tudo isso eu fui aprendendo com a Monica Lima, com o Fernando [Rosa Ribeiro], com Célia [Nunes]... Eu lia tudo mas lia para brigar. Eu lia o Fanon, lia Marx, tudo o que parecia... O Samir Amin, nós líamos muito, mas para brigar. E agora eu estou obrigado a ler Samir Amin em um curso do Zé Maria e discutir, resenhar e escrever sobre isso.

Isso foi uma revolução para mim, existencial. Aí, de maneira que quando acaba o curso, eu estou inteiramente ligado que eu vou fazer um mestrado nisso aqui, nunca antes havia pensado nisso [...].

(Amauri Mendes Pereira)

Ainda sobre as características fundamentais dessa primeira turma, encontrei nos arquivos pessoais de Luena Pereira um informe publicado pela Universidade Cândido Mendes que ao anunciar a formatura dessa turma, apresenta alguns dados bastante precisos e concretos sobre sua composição. Segundo esse documento houve: "Vinte e um concluintes (14 mulheres, entre as quais a oradora da turma) brasileiros e um angolano, todos bolsistas pela CAPES ou pela Odebrecht".⁵⁴

Turmas seguintes e a maior participação de professores das redes públicas de educação básica

As turmas seguintes a essa turma inaugural passaram a assumir gradativamente um perfil diferente. Com as articulações que foram estabelecidas com as redes públicas de ensino básico do Rio de Janeiro (municipal e estadual), mais professores começaram a compor as turmas. Essa composição formada por um número maior de professores é fortalecida também pela mudança de horário e dias que ocorreu nas edições a partir do início dos anos 2000. Ao invés de ser oferecido de segunda a quinta-feira, com carga horária de 380 horas distribuída em dois semestres, como era, por exemplo, a primeira edição, o curso passa a ser oferecido aos sábados com carga horária de 360 horas distribuídas de diferentes maneiras a depender da

⁵⁴ Trecho extraído de documento contendo informe interno da UCAM. Esse documento foi consultado em setembro de 2019 e encontra-se no arquivo pessoal de Luena Pereira.

edição. Essa mudança de dia trouxe efeitos positivos para a popularidade do curso entre professores do ensino básico, visto que, como afirma Beluce Bellucci em trecho citado anteriormente, os cursos oferecidos aos sábados são mais facilmente acessíveis aos professores em função de sua rotina profissional.

Além de um número maior de professores do ensino básico participando desse curso, não posso deixar de citar a participação de estudantes africanos também. Participaram como estudantes alguns daqueles jovens que vieram ao Brasil por meio dos convênios de bolsas de estudos internacionais gerenciados pelo CEEA, principalmente aqueles que vieram para fazer cursos universitários em áreas ligadas às ciências humanas e realizaram seus cursos de graduação na cidade do Rio de Janeiro.

Esse interesse de pessoas vindas do continente africano em participar de um curso de formação em história, cultura, economia, política e literaturas africanas e afro-diaspóricas é algo sintomático que reafirma o argumento principal deste trabalho, que é a constatação e a análise da existência da circulação de referenciais de cultura e de lutas negras e antirracistas entre as margens do Atlântico sul.

Os africanos conheciam pouco a história da África, nós não podemos esquecer isso. Os africanos... Embora haja centros de estudos que foram feitos em todos esses países [...] era uma elite muito pequena, então, boa parte dos estudantes, para você ver, eles estavam com dificuldades de fazer a graduação para esses alunos lá, por isso que eles mandavam para cá. Então, esses alunos tampouco conheciam a problemática africana.
(Beluce Bellucci)

Ou seja, a circulação e difusão de conhecimentos sobre África se dá de maneiras e por vias tão pouco óbvias e previsíveis que em determinados contextos esses conhecimentos e referências podem ser mais facilmente acessíveis aqui, do outro lado do Atlântico, do que em África. A ponto de colaborar inclusive para a formação política, histórica e cultural de indivíduos africanos que adquirem certos conhecimentos sobre seu próprio continente de origem estando fora dele, no Brasil.

Ano 2000 e os marcos fundamentais da consolidação dos estudos africanos como um campo profissional no Brasil: X ALADAA e a abertura de concursos para a área de África nas universidades públicas

A partir dos anos 2000 são realizados alguns eventos no cenário nacional que impactam diretamente o CEAA e o curso sobre o qual trato aqui em particular. O primeiro desses foi a realização do congresso internacional X ALADAA, no ano 2000, sediado pelo CEAA. Esse evento reuniu centenas de pessoas de diferentes países que trabalham e discutem questões em torno dos estudos africanos. Aliás, como já citado no capítulo I, a ALADAA é uma das mais importantes organizações voltadas para os estudos africanos existentes nas Américas.

Ter organizado e recebido esse evento de tamanha envergadura trouxe ao CEAA uma notoriedade de bastante importância naquele momento, visto que essa realização representava um reconhecimento do Centro como uma instituição de referência no campo dos estudos africanos.

Segundo Beluce Bellucci, isso é um marco e um reconhecimento não apenas para o CEAA, mas marca uma nova fase do desenvolvimento do trabalho com estudos sobre África no Brasil: "Então no ano 2000 esse congresso marca essa mudança, de que a partir dali começa a haver, não mais formação de indivíduos, mas a constituição de instituições [dedicadas] aos estudos africanos e da questão racial no Brasil." (Beluce Bellucci).

Outro fator que não se trata exatamente de um evento, mas de um processo, e que funciona neste trabalho como uma evidência do início de uma real ampliação e consolidação do campo dos estudos africanos no Brasil, é o crescimento de concursos surgidos em universidades públicas para a área de história da África. Sobre isso, em um de seus textos, Marcelo Bittencourt apresenta algumas informações elucidativas:

A partir de 2003 começam a ocorrer os concursos para professor de História da África nas universidades públicas brasileiras. Entre 2003 e 2011 foram

30 concursos em História da África e 19 concursos para vagas que conjugavam História da África com outros conteúdos, como História da Ásia, Escravidão, História do Brasil ou mesmo Estudos Africanos. Marcia Pereira chegou ao número de 62 professores ministrando disciplinas de História da África entre janeiro de 2010 e janeiro de 2012. (BITTENCOURT, p. 12-13, no prelo.)

O terceiro fator nessa composição é o advento da Lei federal nº 10.639/03, já citada algumas vezes até aqui. Esse talvez seja o evento mais relevante e com maiores consequências para os rumos que o curso tomou, principalmente a partir de 2004. Essa legislação institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África e história e cultura afro-brasileira nas instituições públicas e privadas de ensino básico no país. Com isso, há uma série de mudanças e adequações às quais a estrutura do curso é submetida para estar de acordo com a nova situação que surgia naquele momento.

Até então, desde o início do curso, pouco havia se modificado. Desde meados da década de 1990 a área de estudos sobre África tinha se refortalecido dentro do CEEA em relação aos estudos afro-brasileiros e questões étnico-raciais, o que se refletiu no curso e se estabeleceu como uma característica forte, algo que se transforma com a instituição da Lei:

O Afro-Asiáticos ele tinha esse espectro, só que assim, a gente tinha mais contato com os africanos. Que tinha essa coisa mesmo, foi se definindo essa identidade mais de estudos africanos e menos de estudos afro-diaspóricos. O Afro-Asiáticos tem um papel nisso.

Tanto que o curso durante muito tempo foi história da África! e tinha muito essa orientação, que a gente tinha que trabalhar com África, não com história do negro no Brasil. Mas aí vem a Lei 10.639 e aí as coisas se modificaram. (Monica Lima)

Até 2003, ano de instituição da Lei, como cita Monica Lima, o nome do curso era "história da África". Já na edição seguinte, em 2004, torna-se "história da África e do **negro no Brasil**". Não é apenas o nome que se modifica, o conteúdo curricular também se altera. Considerando os programas resumidos de cursos aos quais tive acesso foram os de 1996, 1998, 1999, 2004, 2007 e 2009. Até 1998, havia uma variação entre nove e treze disciplinas oferecidas, dependendo da edição, tendo sempre uma ou duas disciplinas metodológicas, sendo essas "Métodos e Técnicas de Pesquisa". Essa última esteve presentes em todas as edições analisadas, enquanto "Metodologia do Ensino Superior" não foi oferecida em todas as edições. Houve nesse primeiro período um enfoque muito maior para os estudos sobre África, havendo apenas uma disciplina com o nome "História e Cultura Afro-Brasileira", que também não foi oferecida em todas as edições do curso.

Além disso, os professores desses primeiros anos até 2004 se mantiveram praticamente os mesmos, com pequenas variações pontuais. Estiveram em todas as edições analisadas, invariavelmente os seguintes professores: Monica Lima, José Maria Nunes Pereira, Rita Chaves, Beluce Bellucci, Célia Nunes, Carlos Serrano. No entanto, professores como Mariene Nogueira da Silva, Edson Borges, Ana Senna e Marcelo Bittencourt também foram figuras muito frequentes, apesar de não estarem presentes em todas as edições

analisadas até 1999. Apesar de, no que se refere ao estudo das características do curso até a instituição da Lei 10.639/03, eu ter tido acesso apenas aos programas resumidos de 1996, 1998 e 1999, faltando analisar os programas referentes às edições de 1997, 2000, 2001, 2002 e 2003, tudo leva a crer que houve poucas variações até 2004, já que o marco fundamental que ocasiona as mudanças e reestruturações no curso chegam apenas com a Lei em 2003. A narrativa de Beluce Bellucci a esse respeito corrobora para o fortalecimento dessa ideia:

Porque por causa da lei [Lei 10.639/03], abriu o mercado de trabalho, [...] quer dizer, ele [o estudante do curso] já pode ser professor de África! É um mercado de trabalho!

Porque não havia no Brasil... Quando surgiu a Lei [10.639/03] as universidades aí tinham que dar... As escolas tinham que dar um curso, então tem que contratar um professor de história que dê aquilo. Não tinha professor de história que soubesse África para dar. Questão racial então, menos ainda. Então, isso depende de quem, depende dos programas nas universidades, que fazem o programa e formam o indivíduo nisso. Nessa especialidade, nessa competência.

Então, [...] a partir dos anos 2000 vão surgir esses programas para formar professores com essas competências e daí que nós fomos muito acionados, o curso aí cresceu bastante. (Beluce Bellucci)

Para reforçar a compreensão desse processo de transformações no curso, Monica Lima destaca a capacidade aguçada de Beluce em compreender a conjuntura que se estabelecia naquele momento e agir de maneira a aproveitá-la e traçar um plano para aumentar a abrangência do curso de pós-graduação em história da África:

[...] O Beluce era muito rápido nessas coisas e percebeu que ali iria ter uma demanda. Claro! Porque os professores não tinham sido preparados para lidar com essa temática em sala de aula. Então o Beluce foi e falou "vamos atender a essa demanda". Ele é rápido nessas coisas. Aí deu a virada no curso.

Isso não quer dizer que eles deram essa virada estratégica, que eles não reconhecessem que isso era importante, evidentemente reconheciam, mas foi fruto dessa nova conjuntura, seguramente. (Monica Lima)

A partir de 2004, portanto, há várias mudanças. Muda-se o nome de "história da África" para "história da África e do negro no Brasil", como já foi comentado. Além disso há a expansão do número de estudante, há conseqüente expansão do número de professores e expressiva diversificação dos temas, existindo agora muitos professores convidados de outras universidades para participar do curso.

Palestrantes

Beluce Bellucci - Mestre e doutorando em História Econômica pela USP e Diretor do Instituto de Humanidades da UCAM

Edson Borges - Mestre em História Social pela USP. Pesquisador do CEEA/UCAM

Fernanda Felisberto da Silva - Mestre em Estudos Africanos pelo Colégio do México (COLMEX).

Hebe Maria Mattos - Mestre e Doutora em História Social pela UFF

José Gonçalves - Doutor em Economia Agrícola e Desenvolvimento pela UFRRJ. Pesquisador do Centro de Estudos de Educação e Desenvolvimento (CEED, Ondjiva, Angola).

José Luis Cabaço - Doutorando em sociologia pela USP, pesquisador visitante do CEEA/UCAM. Ex-ministro dos Transportes e Comunicação de Moçambique.

José Maria Nunes Pereira - Doutor e Mestre em Sociologia pela USP. Pesquisador do CEEA/UCAM.

José Octávio S. Van-Dúnem - Mestre e Doutor em Sociologia pelo IUPERJ.

Marcelo Bittencourt - Mestre e Doutor em História pela UFF. Supervisor Acadêmico do Instituto de Humanidades da UCAM e pesquisador do CEEA.

Milton Guran - Doutor em Antropologia Social e Etnologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França). Professor do Instituto de Humanidades/UCAM

Mônica Lima - Mestre e doutoranda em História pela UFF.

Patrícia Teixeira Santos - Mestre e doutoranda em História pela UFF.

Rita Chaves - Doutora em literatura pela USP. Professora da Universidade da São Paulo (USP) e da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

Informações:

**INSTITUTO DE HUMANIDADES
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS**

Praça Pio X, 7 - 9º andar
Tel: 2233 9294 Fax: 2518-2798
f.antonio@candidomendes.edu.br
www.ucam.edu.br/humanidades

Universidade Candido Mendes, decreto de reconhecimento SRF nº de 24/11/1997 - D.O.U. Nº 228 - Seção 1 - Pág. 27484 de 25/11/1997

Universidade Candido Mendes - UCAM
Instituto de Humanidades

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

HISTÓRIA DA ÁFRICA E DO NEGRO NO BRASIL

Pós-Graduação Lato Sensu - 360 h/a

2004

Objetivos

Aperfeiçoar, atualizar e especializar profissionais da área das Ciências Humanas nos temas, metodologias e teorias da História da África e do Negro no Brasil. Contribuir para a superação da reconhecida carência dos professores da educação básica no trato com os conteúdos dessa temática, conforme a Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Suscitar vocação de pesquisa em temas africanos e afro-brasileiros.

Seguindo essa orientação, o Curso será ministrado numa abordagem pluridisciplinar, com o aporte da sociologia, economia, antropologia, ciência política e literatura.

Público-alvo

Destina-se a professores das redes pública e privada de ensino, pesquisadores, profissionais liberais e ativistas sociais, cujo interesse conduza ao aprofundamento da realidade africana e da história de africanos e afro-descendentes no Brasil.

Figuras-1 e Figura-2: Material de divulgação da edição do ano 2004 do curso “História da África e do negro no Brasil”.

Fonte: arquivo pessoal de Luena Pereira.

A edição de 2004, conforme consta no calendário de aulas daquela edição, encontrado no arquivo de Luena Pereira, contou com professores como Hebe Mattos (UFF), Patrícia Teixeira Santos (à época da UFF e atualmente da UNIFESP), Sheila de Castro (UFF), Mariza

Soares (UFF), Keila Grinberg (à época da UCAM e atualmente da UNIRIO), Ivana Stolze (PUC), Álvaro Nascimento (à época da UFRJ e atualmente da UFRRJ), José Gonçalves (USP) e Fernanda Felisberto (à época do Colégio do México e atualmente da UFRRJ), além de José Luís Cabaço (à época ligado à USP), Milton Guran (à época do Instituto de Humanidades da UCAM) e José Octávio S. Van-Dúnem (Doutor pelo IUPERJ).

Alguns desses nomes não constam no calendário geral de aulas do ano de 2004, no entanto, aparecem no material de divulgação dessa mesma edição. Além disso, a diversificação de temas é algo que marca essa mudança. Agora há um número maior de disciplinas sobre questão racial no Brasil, história afro-brasileira e sobre história atlântica com enfoque para questões afro-diaspóricas. De 2004 a 2009 surgem temas como: "Escravidão africana as Américas", "resistência escrava no Brasil", "abolicionismo e abolição no Brasil", "teorias da racialização", "a participação do Brasil nos temas: Pan-africanismo, negritude, diáspora...", "A África e o negro na sala de aula", dentre outros tantos.

O curso também oferecia a oportunidade frequente de os estudantes terem acesso às pessoas que vinham do continente africano e algumas que vinham de outras regiões do mundo e traziam contribuições que agregavam um aspecto internacional à experiência daquela pós-graduação.

As visitas desses intelectuais, políticos e literatos eram frequentes no CEAA. Conforme relata Monica Lima, "nós tínhamos contato com esses intelectuais, era uma visita obrigatória! Um intelectual antirracista, se vinha ao Rio de Janeiro, ele ia ao Afro-Asiáticos. E aí o Zé Maria arrumava alguma coisa para a gente ir conversar com ele." (Monica Lima)



1- Luanda, 2- Beluce Bellucci, 3- Pepetela, 4- Luiz Rodolfo Viveiros de Castro, 5- Dorival Castro, 6- Marcelo Bittencourt. UCAM, CEAA, Praça Pio X, nº 7, maio de 2000.

Sendo assim, a própria estrutura curricular e programática previa espaços para participações e palestras dessas pessoas que vinham de fora sem prejudicar o andamento regular do cronograma das disciplinas.

Beluce Bellucci narra como se estruturava esse programa e esse cronograma para estar apto a receber as participações de palestrantes de fora:

[...] era modular, então tinha um módulo sobre economia política que era dado, tinha "x" sábados, às vezes até intercalados, para não ficar na sequência. [...]. Cada um desses cursos já previa horários para receber professores de fora, nós sabíamos que sempre vinham. Como era módulo, se chegou um professor aqui que nesse sábado vai vir, eu cedia o meu horário, ele dava aula e eu recuperava no outro mais a frente, porque os meus
estavam garantidos, entendeu? (Beluce Bellucci)

Dentre essas pessoas de outros lugares do mundo, principalmente do continente africano, que contribuíram com palestras nesta pós-graduação, há algumas figuras ilustres que merecem destaque como Pepetela⁵⁵, Ruy Duarte⁵⁶, e Appiah⁵⁷.

Criação do Instituto de Humanidades: os profundos impactos sobre o CEAA

Durante este processo que levou ao fortalecimento do curso e ao aumento da procura, houve concomitantemente, o processo de expansão da Cândido Mendes e criação, entre 2000 e 2002, do Instituto de Humanidades. Nesse Instituto são criados cursos de graduação na área de ciências humanas, tais quais História, Ciências Sociais, Relações Internacionais e Letras. Isso faz parte do processo de transformação das Faculdades Cândido Mendes em Universidade Cândido Mendes.

A criação do Instituto de Humanidades traz mudanças para a estrutura e para o funcionamento do CEAA. A famosa biblioteca é incorporada à uma biblioteca maior, a do Instituto, e o próprio CEAA passa a ser agora uma das partes que compõem essa organização maior.

⁵⁵ Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, conhecido pelo pseudônimo de Pepetela, é um escritor angolano. Membro fundador da União dos Escritores Angolanos. Grande parte da sua obra literária foi publicada após a independência de Angola, sendo alvo de inúmeros estudos em várias universidades e instituições de ensino em Angola e em outros países, como o Brasil. Em língua portuguesa suas obras foram publicadas em Angola, Portugal e Brasil, além de estarem traduzidas em quinze outras línguas. Disponível em:

<<https://www.ueangola.com/bio-quem/item/53-pepetela>>, acessado em 27 de Janeiro de 2020.

⁵⁶ Ruy Duarte de Carvalho foi um escritor, cineasta e antropólogo angolano.

⁵⁷ Kwame Anthony Appiah é um filósofo e escritor anglo-ganês, especializado em estudos culturais e literários. Atualmente é professor na Universidade de Princeton.

Para Beluce, essas mudanças, pelas quais ele mesmo foi um dos grandes responsáveis, parece ter fortalecido o CEAA, que dentro de uma estrutura mais articulada e com recursos mais diversos, ganha força para desenvolver seu trabalho, como declara em sua entrevista:

Então, esse programa é bastante articulado entre graduação, pós-graduação... Nós tínhamos a biblioteca e os cursos de extensão decorrentes dos cursos de pós-graduação. Isso foi bastante importante porque era um projeto acadêmico bastante integrado. Graduação, pós-graduação e atividade de docência, pesquisa, biblioteca e publicação. Nós tínhamos duas revistas, nós tínhamos a revista de *Estudos Afro-Asiáticos* e criamos a revista *Candelária*, que era para os estudantes de graduação. Estudantes e professores da graduação. Isso tudo formou um campo teórico bastante interessante no qual o Centro de Estudos fazia parte e cresceu ali junto. (Beluce Bellucci)



Biblioteca do Instituto de Humanidades, UCAM, Praça Pio X, Centro do Rio de Janeiro. Por volta de 2002.
Fonte: arquivo pessoal de Beluce Bellucci.

No entanto, essa posição não é unânime entre os ex-integrantes do Centro. Para Marcelo Bittencourt, essas mudanças, apesar de coerentes com as demandas do momento e o contexto àquela época, parecem ter enfraquecido o CEAA dentro da estrutura da universidade, tendo em vista que sua incorporação por uma estrutura organizacional maior e mais complexa fez com que se dissipassem as energias que antes tinham aplicação concentrada no CEAA, sendo necessário, a partir de então, distribuir forças para essas diferentes frentes de atuação que estavam surgindo "O curso já tinha deixado de ser o carro chefe,[...] Ele tem uma secretaria, funciona dentro do Instituto de Humanidades, mas não é o

carro chefe, porque aí a gente tem que cuidar de graduação, né, graduação." (Marcelo Bittencourt). Para complementar a compreensão desse processo, Marcelo diz ainda:

O que foi criado é uma biblioteca do Instituto de Humanidades, porque deixa de ser Afro-Asiáticos. Quer dizer, o Afro-Asiáticos, ele não acaba, mas ele desaparece [...] Dentro de uma coisa maior que é o Instituto!... Por que Instituto de Humanidades? Porque tinha graduação em História, Ciências Sociais, Relações Internacionais e Letras. Com esses quatro cursos de graduação o Afro-Asiático é um centro de pesquisa, né? Ele desaparece, ele fica aqui dentro. Ele está dentro do Instituto de Humanidades. Ele é o pai do Instituto de Humanidades, mas o filho fica muito maior do que ele. [...]. Durante quatro anos, até quebrar a universidade. (Marcelo Bittencourt)

Pouco depois da criação do Instituto de Humanidades há o início de uma crise das universidades particulares Brasil afora em que várias delas quebraram. Algo que se agudiza com a crise econômica mundial de 2008.

Esse processo inicia os acontecimentos e circunstâncias que marcam o fim dessa experiência histórica que foi o CEAA. O Afro-asiático começa a se desarticular, professores começam a ter seus salários atrasados e em pouco tempo aquela instituição, que havia sido tão sólida, potente e produtiva se dissolve.

O CEAA é, entre os três centros de estudos sobre África que marcaram a história do campo no Brasil, o único que nasce e se mantém em uma universidade privada. Esse fato garante algumas vantagens em relação aos centros que dependem das universidades públicas. Com isso quero dizer que, as universidades públicas estão muito mais vulneráveis às instabilidades e mudanças políticas ocorridas no Brasil.

Não por acaso, como nos informa Mariana Schlickmann (2015), no período que sucedeu o golpe civil-militar de 1964, os centros que funcionavam em universidades públicas sofreram reestruturações em função da nova ordem instaurada e dos novos rumos políticos do país, o que causa uma dependência e falta de autonomia certamente prejudicial ao desenvolvimento dos trabalhos, para o qual tais centros foram criados, pois essas mudanças se baseiam em fatores, por vezes, absolutamente externos às necessidades daquelas instituições, não tendo suas especificidades e necessidades consideradas em alguns casos.

No entanto, há prós e contras nisso. Uma instituição como a UCAM, por não desfrutar da segurança de ter uma fonte de recursos certa, como é o caso dos centros ligados às universidades públicas, apresenta ter um "calcanhar de aquiles" por estar à mercê das imprevisibilidades da difícil relação entre oferta e procura, da relação mercadológica na qual é indispensável a oferta de produtos que se adequem às demandas de quem pode pagar por

esses produtos, para que assim a manutenção dessa oferta seja sustentável.

No caso do CEAA, com o aumento crescente de oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diversas universidades privadas do Brasil e a consequente saturação momentânea desse mercado, que culmina na crise e quebra de várias universidades privadas entre o início e meados dos anos 2000, a universidade é obrigada a se reestruturar para tentar sobreviver. O curso começou a perder a importância e a força que teve na década anterior até começar a se desfazer, se desarticulando e se transformando em um curso EAD, que foi a saída possível para o quadro aterrador que se desenvolveu.

Quando a universidade começa a ter dificuldades e a dificuldade da universidade é pagar salário de professor e funcionário, aí os cursos quebram, porque as pessoas que iam se inscrever para o curso, começam a sair notícias no jornal, de que a universidade faz greve, universidade privada fazendo greve... Aí as pessoas, "bom, eu não vou me matricular num curso que eu não sei se eu vou terminar, porque eu não sei se isso vai acabar". [...]A gente começa a ter salário atrasado a partir de 2002, aí para de pagar os salários em 2003. Final de 2003, ali setembro, outubro de 2003 fica assim, dois, três meses sem salário.

Eu sei, tenho certeza das datas porque foi quando eu saí. Porque é isso, não tinha grana, não tinha grana de família, então não dava. Então eu falei, "não vou ficar...", não tem nenhum sinal de melhora!

(Marcelo Bittencourt)

Não por acaso também boa parte dos profissionais que, com a crise da UCAM se viram em uma situação difícil para se manter na instituição, aproveitam o momento de surgimento de concursos para a área de África e saem da UCAM para ingressar como professores em universidades públicas, pela segurança e estabilidade que essa possibilidade representou naquele momento e que a UCAM definitivamente tinha deixado de proporcionar:

[...] quanto mais atrasa, quanto mais professor vai embora, quanto mais aluno vai embora, não renova a matrícula... E acabou, isso virou um buraco. [...]. Era um corpo docente excelente que nós tínhamos lá na Cândido Mendes, não é à toa. Andrea [Marzano] entrou na Unirio, a Keila [Grinberg] entrou na Unirio[...], depois outros entraram na UFF, na UFRJ... Nem saíram aqui do Rio, eram cariocas, né, moravam no Rio já [...]. Foi abrindo concurso, foram entrando, para você ver como era um corpo docente de primeira linha.

E daí a Cândido Mendes desidratou muito. (Marcelo Bittencourt)

Há ainda outros aspectos sobre essa desarticulação do curso e do CEAA. A partir do que pude perceber, essa desarticulação acontece em pelo menos em duas fases. A primeira, como relata Marcelo, que teria ocorrido no início dos anos 2000 e uma segunda fase, que se inicia em 2008 com a crise financeira em âmbito global que tem seu estopim naquele mesmo ano. É importante levar em consideração que tal desarticulação, que parece ter um

andamento mais intenso e acelerado a partir de 2008, não se limita ao curso tratado aqui de maneira especial, mas atinge à UCAM como um todo, do mesmo modo que atinge a outras universidades privadas.

A fala de Beluce também traz algumas contribuições importantes para a compreensão da desarticulação do CEAA e enfraquecimento da UCAM, principalmente no que diz respeito à área de humanidades:

Todas aquelas médias estavam muito ruins. E aí IUPERJ que era da Cândido Mendes também estava com os salários atrasados... Aí houve uma debandada de professores, entre os quais eu. Todo mundo... Eram professores que viviam da Cândido Mendes, aquilo lá não era um hobbie para mim, é minha profissão. [...] com a ausência de pagamento os professores foram embora. Em seis meses saiu todo mundo. O IUPERJ saiu e foi todo para a UERJ e nós, cada um foi para um canto. [...]. Ficou o Jacques D'Adesky que estava lá, que aí assumiu o Afro-Asiáticos, a revista [*Estudos Afro-Asiáticos*]. Eles [...]. Fizeram acho que mais um número só. Tentaram, [...] iam fazer a comemoração dos 25 anos da revista, me pediram um artigo [...]. Eu escrevi o artigo e aí a revista não saiu. Tinha sido o último número, já tinha saído. Isso foi em 2012 mais ou menos. E aí, a biblioteca eles tiveram que desativar. [...]. O MEC descredencia o mestrado e o doutorado e os cursos de pós- graduação que nós tínhamos e que eram cheios de alunos passaram a não ter mais quase aluno nenhum, entrou em bancarrota.

(Beluce Bellucci)

Ressalto aqui mais uma vez a questão das vantagens e desvantagens de um centro como este pertencer a uma instituição privada. Não por acaso, dentre os três centros mais importantes do país o CEAA foi o que mais se dedicou e se destacou nas relações com a militância antirracista, sua biblioteca inigualável e a intensa circulação de estudantes, intelectuais e políticos, assim como a produção significativamente importante da revista *Estudos Afro-Asiáticos* ao longo de sua existência. Isso tudo foi possível, dentre outros fatores, devido à liberdade que a disponibilidade de recursos financeiros pode proporcionar e à liberdade de ação que uma instituição privada pode exercer, já que não depende de instâncias superiores do poder público e de políticas públicas para tomar decisões. No entanto, não por acaso também é o único dentre os três que se desarticulou dessa maneira, tão vertical.

A agilidade e liberdade que o Centro ganha por funcionar dentro da lógica de mercado, sem depender diretamente da estrutura pública é a mesma agilidade com que ele pode se desarticular e o sólido trabalho construído durante décadas pode ser interrompido e perder quase que por completo suas forças, pois diante de crises, uma instituição como essa é bastante mais vulnerável às instabilidades econômicas e às demandas de mercado no país e no mundo, o que pode pesar contra a continuidade do trabalho, o que foi o caso do CEAA e da

UCAM.

Última fase: história da África e do negro no Brasil oferecido como curso EAD

Com essa desarticulação, para manter a existência do curso nesse novo contexto, foi preciso criar uma nova estratégia que estivesse de acordo com as novas demandas do público e as possibilidades que restaram de sobrevivência de pelo menos uma parte do trabalho realizado por anos pelos profissionais do Afro-Asiático. Essa estratégia foi a mudança de plataforma. A partir de então a modalidade presencial seria extinta e o que passaria a existir seria a modalidade de Educação à Distância (EAD). Essa mudança ocorre não apenas com o curso aqui estudado, mas acontece também com outros cursos oferecidos pela UCAM.

A transformação do curso em EAD é outro ponto controverso entre os entrevistados no sentido da avaliação das perdas e ganhos trazidos com essa mudança.

Para Beluce Bellucci, que foi o responsável pela transição, tendo sido também aquele que permaneceu por mais tempo na instituição, trabalhando lá até 2010, o curso à distância pode ser bastante efetivo e atender às necessidades dos estudantes de maneira bastante satisfatória, contanto que seja bem planejado.

É uma tecnologia que chega lá. Você pode formar lá na Bahia, no Amazonas... E fizemos vários cursos, tem gente aí do Brasil inteiro que fizeram esses cursos e é uma tecnologia boa. As plataformas educacionais, quando feitas por gente séria é muito boa. [...] E não é só videoaula, EAD não é só videoaula, isso que é o engano. [...]. De uma hora de aula você pode ter dez minutos, quando muito, de vídeo, o resto tem que ser texto, gráficos, imagens... [...] É um negócio complicado para você montar.

Só que é pior porque eu não posso, no presencial eu posso perguntar, "professor, não entendi isso aqui", aí você já não pode.

Então isso eu acho que foi uma coisa legal, só que eles a partir daí, como faltou recurso financeiro eles nunca mais investiram como deveriam investir para poder desenvolver plenamente o EAD. (Beluce Bellucci)

Mais adiante o entrevistado conclui dizendo:

[...] Não é que eu sou a favor de que tudo tem que ser EAD, mas para curso de pós-graduação e mesmo um conjunto de disciplinas da graduação, podem ser feitos em plataforma EAD. E mesmo em disciplinas presenciais você pode utilizar das plataformas EAD que ajudam demais o aluno. Você faz as chamadas classes de aulas invertida, quer dizer, ele já tem o acesso àquilo que vai ser dado no dia seguinte, na aula presencial, ele já tem lá o acesso, ele já pode ler, já chega lá e está consciente do que vai ser tratado, aí você fala as coisas e ele já... Então é muito legal.

(Beluce Bellucci)

Apesar do entusiasmo de Beluce com esse tipo de plataforma, o que faz bastante sentido, de acordo com os benefícios que ele apresenta, ele reconhece por outro lado que há perdas, como a falta do contato presencial e da espontaneidade da construção do conhecimento de maneira coletiva em sala de aula. Portanto, o trecho da fala de Beluce evidencia que a educação à distância tem seu lugar e quando os cursos são bem elaborados pode ser uma ferramenta potencializadora do aprendizado e do alcance do conhecimento independente das distâncias físicas.

No entanto, é justamente no aspecto reconhecido como uma perda que Monica Lima critica esse tipo de plataforma como radicalmente divergente dos sentidos iniciais da forma de construir conhecimentos desenvolvidas no CEAA historicamente:

Eu acho que a cidade do Rio de Janeiro perdeu, a pesquisa, porque era um lugar que ainda poderia ganhar algum fôlego se tivesse encontrado um caminho além da educação à distância que é uma coisa que, o nome já está dizendo, é à distância, e o Afro-Asiáticos foi sempre o lugar de agregar pessoas, de juntar gente, de encontros. Uma educação à distância nunca iria preencher esse lugar.

(Monica Lima)

Últimas notícias: como está o curso hoje

Atualmente o curso é ainda oferecido na modalidade EAD e pode ser consultado no site⁵⁸ da UCAM. A carga horária é de 450 horas e as disciplinas oferecidas são as seguintes: "África independente", "África até o século XIX", "África colonizada", "A história do negro no Brasil", "Trabalho de conclusão de curso - África", cada uma com carga horária de 90 horas. Hoje o curso não é mais vinculado ao CEAA, que se desarticulou e se dissolveu há alguns anos. Atualmente é administrado pela Pró-Reitoria de Educação a Distância, localizada na Rua da Assembléia, nº 10, Centro do Rio de Janeiro, prédio esse que fora sede do CEAA até meados da década de 1990.

Tentei por algumas vezes fazer contato com a administração do curso via Whatsapp e via e-mail na intenção de obter acesso às informações mais detalhadas sobre bibliografia/material de apoio didático, temas e abordagens utilizados atualmente, no entanto não obtive respostas e, portanto, apresento aqui apenas as informações encontradas no site da instituição.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.eaducam.com.br/curso/>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2020.

Considerações finais

Neste trabalho busquei apresentar perspectivas sobre a história do CEAA e sua profunda relação com a produção e o ensino dos conhecimentos sobre África e diáspora negra ao longo de quase quarenta anos de existência e pleno funcionamento.

Não há dúvidas de que o Afro-Asiáticos foi um lugar de encontros. Entre figuras ilustres e pessoas comuns, os indivíduos que por ali circulavam traziam consigo suas experiências, histórias e conhecimentos, os quais naquele espaço, naquele lugar de encontros, se punham em contato e entre negociações e conflitos, justamente no espaço do que Homi Bhabha chama de "entre lugar" (BHABHA, 1998) geraram sempre novas iniciativas e desenvolveram novos elementos a partir dos encontros dessas diferentes experiências que sempre compartilharam aquele lugar.

A circulação transnacional de pessoas, assim como as relações historicamente mantidas entre o CEAA e a militância do movimento negro fizeram daquele espaço o que ele foi. Um lugar com significativa participação no desenvolvimento das relações entre Brasil e África, além de ter sido um centro de estudos e pesquisas em assuntos africanos e afro-diaspóricos que esteve entre os mais importantes do país.

Espero ter conseguido deixar evidente ao longo deste trabalho a existência de alguns elementos que considero fundamentais para que esse Centro tenha ganhado as dimensões que ganhou e para que tenha sido pioneiro no Brasil ao oferecer o curso de pós-graduação *lato-sensu* que primeiro ganhou o nome de "história da África" e posteriormente, acompanhando as discussões e demandas nacionais sobre o ensino de África e questões da diáspora africana, tornou-se "história da África e do negro Brasil". Esses elementos dos quais falo são os afetos, que perpassam as relações pessoais e profissionais, contribuindo constantemente para a viabilização de projetos e iniciativas naquele espaço.

Monica Lima traz em sua fala um trecho que resume bem o sentido da importância desses laços afetivos como uma das bases para a manutenção das relações profissionais que possibilitaram ou pelo menos colaboraram para o desenvolvimento das atividades do Centro ao longo dos anos:

Eu sou daquelas pessoas que acredita que o afeto move as coisas, não é à toa. "O afeto é revolucionário" (risos). E nós éramos, de verdade, nós éramos amigos. Então, assim, nós éramos amigos que amavam estudar história da África. Nós éramos amigos que fomos aprendendo a transformar o nosso amor pelo estudo, pelo conhecimento sobre história

da África em material de ensino e aprendizagem. Um grupo de pessoas que ficaram amigos no trabalho. Eu sou amiga de Rita Chaves, eu sou amiga de Marcelo Bittencourt. Enfim, amiga de Luena Pereira. E são pessoas do meu mais profundo afeto. E a gente trabalhava, fazia essa coisa nova, diferente, movido também por "estou fazendo parceria com pessoas que eu gosto, com quem eu gosto de trabalhar. (Monica Lima)

É também um elemento fundamental a biblioteca, que durante praticamente todo o período de existência do Centro foi um fator que estimulou e motivou o encontro de pessoas com diferentes experiências e vivências sob um objetivo comum, adquirir conhecimentos sobre África e diáspora africana, visto que, segundo relatam alguns entrevistados e parte da bibliografia consultada, aquela biblioteca foi a mais importante nesse assunto existente no Brasil.

A respeito do curso de pós-graduação em história da África e do negro no Brasil, procurei trabalhar seu processo de constituição, suas principais características e as mais importantes transformações pelas quais passou desde sua criação.

Gostaria de ter discutido com mais profundidade questões sobre currículo e bibliografia utilizada, para o desenvolvimento de uma análise qualitativa mais detalhada, o que deverá ser um dos objetivos a serem alcançados nos próximos trabalhos.

No entanto, dentro das possibilidades de acesso a informações tanto de fontes orais quanto de fontes documentais que consegui alcançar, espero ter construído uma narrativa que contribua para o fortalecimento do conhecimento sobre a história dos estudos africanos no Brasil, assim como contribuído também para o conhecimento sobre a história do ensino de história africana e afro diaspórica neste país, tendo em vista a centralidade do CEAA nesse campo.

Bibliografia

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amauri; PEREIRA, Amilcar. *Entrevista com Joel Rufino dos Santos*. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 491-518, julho-dezembro de 2013.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar. Textos em história oral*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. 1.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

BARATA, Denise. *A Educação tradicional na Iorubalândia e sua institucionalização*. Revista Augustus (Rio de Janeiro), v. 14, n. 27, 34-49, fev. 2009.

BARBOSA, Muryatan Santana. *O debate pan-africanista na revista Présence Africaine (1956-1963)*. História (São Paulo), v.38, 2019.

BARTHOLOMEU, Juliana S. 2019. "Lélia Gonzalez". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/autor/l%C3%A9lia-gonzalez>>

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Marcelo. *Reflexões Atlânticas: perspectivas e abordagens sobre a história da África*. No prelo.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CABRAL, Amílcar. *Guiné-Bissau nação africana forjada na luta*". Lisboa. Editora Nova Aurora, 1974.

CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação, V. 13 n. 37, 45-56, jan./abr. 2008

FERREIRA, Glauco. B. *Eu aceito (a identidade), eu respeito (a diferença): reflexões sobre categorias identitárias e o debate sobre o essencialismo - possíveis problemáticas na parada da diversidade de Florianópolis*. Florianópolis: Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GROSGOUEL, Ramón. *Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas*. In:

- CASTRO-GÓMEZ, S., GROSFUGUEL, R. (ed.) *el giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- DURÃO, Gustavo Andrade. *Négritude, construção e contestação do pensamento político-intelectual de Léopold Sédar Senghor (1928-1961)*. In: O pensamento africano no século XX, José Rivair de Macedo (org.), 1. ed., São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Movimento negro e educação*. Revista Brasileira de Educação, Set. 2000, nº 15.
- GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.
- HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.22, n 2º, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- LIMA, Thayara C. S. de. *A Cultura de luta antirracista e as potencialidades do contato entre docentes de História e o movimento negro para a implementação da Lei 10.639/03*. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- LIMA, Thayara C. Silva de; MAIA, Jorge Lucas; PEREIRA, Amilcar Araujo. O movimento negro na luta por educação, ontem e hoje. In: *História oral e educação: experiência, tempo e narrativa*/ Organizadores: Everardo Paiva de Andrade, Juniele Rabêlo de Almeida- São Paulo, SP. Letra e Voz, 2019.
- MAIA, Jorge Lucas. *Ícones da pátria em debate: um estudo das disputas por narrativas em torno da memória nacional e da construção do currículo escola em livros didáticos de história em Moçambique, pós-independência*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.
- MOREIRA, Carlos Eduardo... [et al.]. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. - São Paulo: Alameda, 2006.
- MAZRUI, Ali A. "*Procurai primeiramente o reino político...*". In: História Geral da África VIII: África desde 1935/ editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- NAZÁRIO, Lorraine Janis Vieira dos Santos. *A lei e os livros: transformações na produção didática de História após a Lei 10.639/03* / Lorraine Janis Vieira dos Santos Nazário. 2016, 72f.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “*Por uma autêntica democracia racial!*”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 111-128, jun. 2012.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Os estudos africanos no Brasil – Um estudo de caso: o CEAA*. In: Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Centro de Estudios Avanzados, Programa de Estudios Africanos, 2008.

_____. *Os estudos africanos no Brasil e as relações com a África - um estudo de caso: O CEAA (1973-1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 153. 1991.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. “O Movimento Negro e a crise brasileira”. In: *Política e Administração*, Vol. 2. Julho – setembro de 1985.

SANTOS, Natália Neris da Silva. A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos / Natália Neris da Silva Santos. - 2015. 205 f.

SEGURA-RAMÍREZ, Héctor Fernando. *Revista Estudos Afro-Asiáticos (1979-1997) e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do sub-campo acadêmico dos relações raciais no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 169, 2000.

SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959-1987* [manuscrito] / Mariana Schlickmann. - 2015. 135 f.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O Movimento Negro na Travessia da “Ponte” Brasil-África”. In: *Afro-Brasil - Debates & Pensamentos*, 2015.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares-MinC; Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

Walsh, Catherine. *Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas*. *Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.